

ANDRÉS A. THOMPSON ORGANIZADOR

# ASSOCIANDO-SE À JUVENTUDE PARA CONSTRUIR O FUTURO

APOIO



Associando-se à juventude para construir o futuro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Associando-se à juventude para construir o futuro / [organizador Andrés A. Thompson... [et. al.]; revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni]. – São Paulo: Peirópolis, 2005.

ISBN 85-7596-067-9

Vários autores. / Organizador: Andrés A. Thompson. / Edição bilingüe: português/espanhol. / Apoio: W. K. Kellogg Foundation. / Bibliografia.

1. Juventude – América Latina 2. Juventude – Aspectos sociais – América Latina  
3. Juventude – Caribe 4. Juventude – Aspectos sociais – Caribe 5. Participação social – Brasil 6. Participação social – Caribe 1. Thompson, Andrés A.

05-8986

CDD-305.235098

305.23509729

Índices para catálogo sistemático:

- |  |              |
|--|--------------|
| 1. América Latina: Juventude e sociedade: Sociologia | 305.235098   |
| 2. Caribe: Juventude e sociedade: Sociologia         | 305.23509729 |

# Associando-se à juventude para construir o futuro



ORGANIZAÇÃO

ANDRÉS A. THOMPSON

TEXTOS

BERNARDO KLIKSBERG

YURI CHILLÁN

REGINA NOVAES

CHRISTINA VITAL

DINA KRAUSKOPF



APOIO



Copyright @ 2006 by autores

Este livro foi publicado com o apoio da Fundação W. K. Kellogg.

Equipe da Fundação Kellogg que participou do livro:

Andrés A. Thompson

Blas Santos

Carolina Coppel Urrea

Clemencia Munoz-Tamayo

Francisco B. Tancredi

Jana Arriagada Riedemann

Lis Hirano Wittkamper

Susana Shoaie Baker

Organização

Andrés A. Thompson

Coordenação

Maria Carolina Trevisan

Rogério Renato Silva

Editora

Renata Borges

Editora assistente

Noelma Brocanelli

Design e editoração

Negrilo Produção Editorial

Ilustrações de capa e miolo

Morandini

Revisão do texto em português

Mineo Takatama

Tradução do espanhol

Fernando Legón

Revisão do texto em espanhol

Mariana Corullón



EDITORA FUNDAÇÃO PEIRÓPOLIS LTDA.

Rua Girassol, 128 – Vila Madalena

05433-000 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: (55 11) 3816-0699 e fax: (55 11) 3816-6718

editora@editorapeiropolis.com.br

www.editorapeiropolis.com.br



Filiada à Libre – Liga Brasileira de Editoras

# Apresentação

Há 75 anos, William K. Kellogg criou em Battle Creek, Michigan, a fundação que atualmente leva o seu nome. Daquela época até hoje, a contribuição da Fundação Kellogg para o desenvolvimento teve um significado muito maior do que o dinheiro doado para ajudar milhares de pessoas excluídas em várias partes do mundo a recuperarem a sua dignidade, a se organizarem para defender os seus interesses e a encontrarem novas alternativas de desenvolvimento para as suas comunidades.

Para celebrar esse aniversário e criar as bases para o trabalho futuro, a Fundação Kellogg organizou uma série de conferências, em diferentes lugares, ao longo do ano de 2005. Os participantes de toda a região da América Latina e o Caribe foram recebidos na cidade de São Paulo, onde participaram durante três dias de discussões na sede do Parlamento Latino-Americano no Memorial da América Latina.

Uma das fontes mais importantes desse encontro, que facilitaram e nortearam as discussões, foram os trabalhos solicitados a destacados pensadores da região. Graças à agudeza intelectual e à paixão humana de Dina Krauskopf, Regina Novaes, Bernardo Kliksberg e Yuri Chillán, aliadas ao trabalho coletivo da equipe latino-americana da Fundação, os participantes da conferência puderam concordar ou divergir e até encontrar espaços comuns de colaboração, que ficaram refletidos no Chamado à Ação que resultou da conferência.

Para que as palavras dos autores dos trabalhos não ficassem no ar, resolvemos reuni-las em forma de livro, para que pudessem circular entre os participantes e entre todos aqueles que acreditam e apostam que a juventude latino-americana assumirá mais e melhores espaços de participação, decisão e liderança na mudança social que está acontecendo.

Além de desejar a todos vocês uma boa leitura e um uso prático do livro, não poderia terminar estas palavras sem agradecer especialmente aos mencionados autores, a Carolina Trevisan e a Rogério Silva pelo cuidadoso trabalho editorial, à editora Peirópolis pelo zelo profissional e a toda a equipe que junto comigo teve a responsabilidade de levar a conferência a bom termo.

Curtam o livro, usem-no e multipliquem as idéias dele pelos quatro cantos do mundo!

ANDRÉS A. THOMPSON (ORGANIZADOR)

*Diretor de programas para América Latina e o Caribe*

*Fundação W.K. Kellogg*

# Sumário

Associando-se à juventude para construir o futuro Andrés A. Thompson .....	9
O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações Bernardo Kliksberg .....	21
Morfologia e cenários das políticas públicas para a juventude: uma leitura com base no perfil regional e na expectativa latino-americana Yuri Chillán .....	59
A juventude de hoje: (re)invenções da participação social Regina Novaes e Christina Vital .....	107
Juventudes na América Latina e no Caribe: dimensões sociais, subjetividades e estratégias de vida Dina Krauskopf .....	149



# Associando-se à juventude para construir o futuro

## **Chamado à ação**

---

Os povos da América Latina e do Caribe são reconhecidos em todo o mundo por diferentes razões: pela criatividade, heterogeneidade e diversidade, pelas tradições e cultura e pela capacidade de realizar ações coletivas pelo bem comum. Recentemente, entretanto, a região tornou-se também conhecida por seu grande abismo social, especialmente em termos de distribuição de renda e riqueza.

Nessa questão, a região da América Latina e do Caribe é líder mundial em desigualdade, com cerca de 44% de seus habitantes vivendo em condições de pobreza (2003). Os jovens são particularmente afetados por essa situação: 58 milhões deles são pobres e 21,9 milhões, extremamente pobres – números que continuam a crescer. Desse contingente, os mais afetados estão em áreas rurais ou são do sexo feminino, de descendência indígena ou africana, ou pertencentes a outro grupo étnico. Sua capacidade de geração de renda é limitada pelo desemprego, pelo subemprego ou por falta de acesso a crédito. Além disso, sistemas educacionais e de saúde ineficientes, incapazes de prover serviços igualmente satisfatórios aos jovens de baixa renda, funcionam como barreiras adicionais ao seu desenvolvimento. A esse ambiente adverso soma-se uma situação familiar e social desfavorável – lares desfeitos e grupos populacionais dispersos –, impossibilitando-os de recorrer às estruturas de suporte tradicionais.

Apesar desses obstáculos, definir os jovens da América Latina e do Caribe somente com base em seus problemas seria incorreto e injusto. Na verdade, o engajamento desses jovens em movimentos e organizações sociais e sua crescente influência em políticas públicas evidenciam que eles fazem parte da solução para o problema do subdesenvolvimento latino-americano. A questão que se apresenta, portanto, não é como transformar os jovens, mas sim como os jovens podem contribuir para transformar a sociedade. Esses jovens já estão atuando nas esferas política e social; seu papel deve ser reconhecido e fortalecido, de forma que os transforme numa alavanca decisiva para combater a pobreza e o subdesenvolvimento da região.

## **Agenda para a mudança**

---

O Programa da Fundação W. K. Kellogg para a América Latina e o Caribe coloca os jovens como protagonistas do desenvolvimento. Considerados fundamentais para quebrar o ciclo intergeracional de pobreza, os jovens já provaram sua capacidade de intervir de forma enérgica e comprometida no ambiente que os cerca – como sua família e comunidade – e nas esferas política, social e econômica. Com base nisso, o Programa para a América Latina e o Caribe emprega uma abordagem diferenciada, em que o protagonismo juvenil é peça fundamental para romper o ciclo de pobreza.

A maior parte dos programas para jovens da região busca oferecer-lhes melhores oportunidades de educação e emprego. A Fundação Kellogg, por sua vez, prefere investir diretamente nos jovens, ajudando a criar um ambiente comunitário que lhes permita crescer individualmente e contribuir para o bem-estar social e econômico. Para promover o desenvolvimento local sustentável, a Fundação ajuda famílias, comunidades e instituições públicas e privadas a aprender a desempenhar novos papéis, preparando as gerações futuras para viver em uma sociedade mais justa e equitativa.

No ano de seu 75º aniversário, a Fundação W. K. Kellogg promoveu uma conferência de três dias para discutir seus programas, reunindo diversas instituições parceiras, ativistas de movimentos juvenis, fomentadores de desenvolvimento social, intelectuais, representantes governamentais e lideranças dos setores privado e social. Juntos, eles exploraram o contexto atual de desenvolvimento na América

Latina e no Caribe, bem como os fatores de influência para os jovens e suas famílias. O evento serviu ainda para analisar o papel e o perfil das organizações envolvidas com o movimento juvenil na América Latina, incluindo as novas tendências em políticas públicas voltadas à juventude, e abriu espaço para discussões em grupo, painéis, metodologias interativas e envolvimento cultural e artístico. Ao final da conferência, os participantes elaboraram em conjunto um documento, o Chamado à Ação.

### **Questão: pobreza e desigualdade são os principais desafios para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe** \_\_\_\_\_

Conhecida em muitos círculos como a “década perdida”, os turbulentos anos 1980 na América Latina foram marcados por um crescimento significativo do percentual de pessoas pobres, bem como por crises fiscais e por um aumento das dívidas nacionais.

Na década seguinte, a porcentagem diminuiu, embora permanecesse ainda em um patamar acima daquele encontrado nos anos 1980. No entanto, como resultado do grande aumento populacional, o número de pessoas pobres subiu em termos absolutos, passando de 135 milhões em 1980 para 221 milhões em 2000 – em especial nas zonas rurais. Para a região como um todo, a renda *per capita* permaneceu praticamente inalterada, com exceção do Chile e do México, países em que se verificou um aumento substancial desse indicador.

Ao considerarmos a desigualdade, entretanto, o desequilíbrio da região torna-se bem mais evidente. No Brasil e na Guatemala, por exemplo, os 10% da população de maior renda detêm mais de 50% do total da renda nacional, ao passo que os 20% de menor rendimento recebem menos de 3% desse total. Ao contrário do que possa parecer, estudos recentes mostram que a desigualdade não tem crescido, mas sim persistido na região ao longo de muitas décadas.

Por outro lado, indicadores educacionais têm demonstrado melhorias significativas na América Latina e no Caribe, com redução do índice geral de analfabetismo nos últimos vinte anos. Ainda que essas tendências regionais e nacionais sejam encorajadoras, os níveis de alfabetização variam muito de acordo com o gênero, sendo duas vezes menores entre as mulheres.

A área da saúde também apresentou progressos na América Latina e no Caribe nas últimas décadas. No entanto, a região tem-se defrontado com uma transição importante – à medida que doenças infecciosas tendem a se tornar mais raras aumentam os casos de doenças cardíacas e câncer. E, como no caso da distribuição de renda, há diferenças impressionantes entre ricos e pobres nessa área.

A região apresenta ainda outros indicadores positivos, como a maior participação dos cidadãos na vida política e o crescimento de organizações de defesa dos direitos civis. Contudo, para que um desenvolvimento mais sustentável seja possível, é necessário ampliar as oportunidades para as mulheres. Nesse sentido, ainda que tenham ocorrido avanços significativos, as mudanças foram lentas e inconsistentes. No Peru, entre 1950 e 2001, o percentual de mulheres no Congresso passou de zero a 20%. Para as minorias étnicas da América Latina, o progresso foi muito menor: esses segmentos estão atrasados economicamente e permanecem excluídos da vida política em praticamente toda a região.

## **Oportunidade: associar-se à juventude para construir o futuro** \_\_\_\_\_

Superar a pobreza, a exclusão social e a desigualdade são os principais desafios ao desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Instituições multilaterais, governos, empresas e a sociedade civil lançaram várias iniciativas para enfrentar essas questões. Entre elas incluem-se: o Fórum Social Mundial, que incentiva as expressões da participação juvenil e a liderança; o surgimento e o crescimento de movimentos e de organizações sociais juvenis; o acesso a novas tecnologias de informação e comunicação; e a crescente preocupação com o papel dos jovens como promotores de mudanças. Essas forças sugerem que a época está madura para que se adote uma abordagem mais avançada e colaboradora para trabalhar com os jovens.

*Associar-se à juventude* exige que se reconheça a importância dos jovens como protagonistas do desenvolvimento local – uma estratégia que oferece um ponto de entrada poderoso e inovador para o debate sobre essa questão. Parcerias bem organizadas podem transformar os jovens em agentes primordiais desse processo, com capacidade para organizar, intervir e atuar em diversos níveis: na família, no sistema educacional, nos seus pares, nas comunidades e na sociedade como um

todo. Os jovens não devem ser considerados beneficiários das políticas e dos programas de desenvolvimento, mas, acima de tudo, eles devem assumir cada vez mais a responsabilidade pelo seu próprio presente e futuro. Políticas públicas para a juventude devem ser implementadas com base nesse modelo participativo – amparadas tanto em sua capacidade de articular questões pertinentes às áreas públicas, voltadas para saúde, educação e emprego, como em sua habilidade para legitimar e financiar movimentos juvenis e incentivar a democracia.

Este é o momento certo para começar a agir. Os povos da América Latina e do Caribe não podem mais sustentar novas “décadas perdidas”. É preciso mobilizar nossas forças políticas, econômicas e sociais para solucionar os graves problemas de pobreza e distribuição desigual de riqueza. Para isso, não basta desenhar políticas públicas consistentes, voltadas apenas para setores específicos da sociedade, ou aumentar o valor dos investimentos sociais corporativos. Tampouco é suficiente fortalecer a capacidade das organizações não-governamentais. Ainda que todos esses passos sejam necessários, eles não terão sucesso ou persistirão sem o fortalecimento e o aproveitamento do potencial e da energia dos jovens – incluindo aqui tanto movimentos juvenis como organizações que trabalham com os jovens. E, uma vez que a colaboração é um fator essencial, devemos nos perguntar: o que é preciso para estabelecer uma parceria bem-sucedida com os jovens?

## **Abordagens promissoras**

---

Nos últimos três anos, a Programação da Fundação Kellogg para a América Latina e o Caribe tem utilizado uma abordagem voltada para o desenvolvimento local, que promove alianças interinstitucionais e a participação juvenil em microrregiões selecionadas. As comunidades estão trabalhando para desenvolver o capital humano, social e econômico. Estão melhorando a qualidade e a capacidade de inclusão dos seus sistemas educacionais, desenvolvendo a liderança e a identidade cultural como um meio de aprimorar as instituições sociais e o crescimento pessoal e fomentando o empreendedorismo como forma de construir as economias locais, solidárias e participativas.

O engajamento social dos jovens é acompanhado pelo envolvimento de suas famílias, comunidades, escolas, líderes religiosos, dos mais velhos e de outras pessoas para o seu desenvolvimento. Por ser uma abordagem nova para a região, é preciso realizar também um trabalho cuidadoso com organizações comunitárias, familiares e instituições públicas e privadas, de forma que possam apoiar a concretização desse novo papel para os jovens.

Atualmente, observam-se três estágios de participação juvenil nas comunidades em que financiamos projetos.

## Estágio 1

No primeiro estágio, os jovens envolvem-se avidamente em atividades para fortalecer a auto-estima, ampliar habilidades pessoais ou oferecer alternativas de formação profissional. Esse nível de envolvimento produz energia e entusiasmo e concentra-se, em grande parte, no indivíduo. Essas atividades geram nos jovens protagonismo e engajamento, ao passo que os adultos encantam-se com a criatividade, com a energia e com o potencial demonstrado pelos jovens. Tal fenômeno é notado em praticamente todos os projetos apoiados pela Fundação. Nesse estágio, o principal objetivo é criar oportunidades para a transformação pessoal dos jovens – física, intelectual, mental, emocional, espiritual e social.

## Estágio 2

No segundo estágio, os jovens são incentivados a formar grupos e realizar ações para a melhoria das comunidades, enfocando aspectos que eles próprios consideram importantes. Essas ações incluem, por exemplo, a criação de eventos culturais e esportivos, a limpeza de espaços públicos, a reforma de áreas de lazer deterioradas ou a contratação de professores. Esse nível de participação fortalece as relações entre jovens, grupos de jovens e movimentos sociais, permitindo que gerenciem seus próprios problemas e aqueles da sociedade em geral. É nesse estágio que pode surgir o ativismo juvenil.

### Estágio 3

No terceiro estágio, as atividades dos jovens tornam-se institucionalizadas – geralmente por meio de mudanças em políticas públicas. Alguns países possuem uma estrutura jurídica que incentiva a participação cívica (caso da Lei de Descentralização e da Lei de Participação Popular, na Bolívia, por exemplo), ao passo que outros podem ter ministérios ou secretarias da juventude, que participam da estrutura de governança nacional. Os jovens trabalham próximos aos adultos para ajudar a estabelecer as prioridades da comunidade e têm acesso a informações orçamentárias que lhes permitem participar ativamente e monitorar os gastos públicos. É nesse estágio que podem ocorrer alianças intergeracionais.

No entanto, mesmo em países que possuem uma estrutura executiva e legislativa para abordar temas relacionados à juventude, não há garantia de que as instituições abrirão suas portas à real participação juvenil, criando uma visão compartilhada que leve ao desenvolvimento sustentável e autônomo das gerações mais jovens. Ainda que haja vontade política, adultos, jovens e organizações devem estar preparados para promover uma participação juvenil consistente, que seja desejada e bem aceita pela comunidade. Nos primeiros dois estágios, os jovens são vistos à parte de suas comunidades, no papel de beneficiários ou agentes que iniciam e finalizam projetos. Sua generosidade e energia para a realização de iniciativas é motivo de entusiasmo e inspiração; porém, a verdadeira confiança ainda não está presente. De fato, em virtude dos padrões tradicionais, algumas organizações podem demonstrar desconfiança e medo em relação à energia e à criatividade dos jovens. Porém, no terceiro estágio, a confiança e a satisfação tornam-se evidentes no desempenho claro e significativo dos jovens.

Conscientes desses problemas e possibilidades, as organizações da região financiadas pela Fundação Kellogg lutam para construir parcerias com grupos de jovens e, simultaneamente, promover o envolvimento de famílias, governos locais, grupos religiosos e organizações não-governamentais. Todos os participantes locais devem estar cientes da importância do envolvimento juvenil para o destino de sua comunidade e da capacidade de tal envolvimento para revitalizar e gerar conquistas que irão ajudar a romper o ciclo de pobreza.

Experiências anteriores demonstraram que a utilização de uma abordagem integrada, centrada nos jovens e voltada para o desenvolvimento, é a forma mais



eficiente de garantir a diminuição da pobreza. Devem-se buscar intervenções que enfoquem uma área específica (por exemplo, emprego, saúde ou educação), com envolvimento local em vários níveis, tais como planejamento, implementação e tomada de decisão. Os diversos atores – empresas, governo, organizações comunitárias e Ongs – devem direcionar seus investimentos e incentivos para a melhoria de sistemas universais, como a educação pública. Esses elementos são os verdadeiros pilares da mudança e do desenvolvimento local sustentável.

Com base nessas premissas, a Fundação Kellogg vem promovendo a implementação de conjuntos articulados de projetos em microrregiões selecionadas da América Latina e do Caribe. Esses conjuntos de projetos são construídos com base em um modelo que propõe duas alavancas principais para gerar mudanças comunitárias:

- *engajar os jovens como atores sociais fundamentais*, envolvendo-os no processo de construção de uma visão para o futuro da comunidade e levando-os a

contribuir com sua energia para a implementação de estratégias locais de desenvolvimento; e

- *incentivar a formação de alianças comunitárias e a colaboração inter-setorial*, envolvendo indivíduos, organizações da sociedade civil, empresas e governos locais, para alinhar esforços e criar um ambiente que promova a inclusão e a participação dos cidadãos em geral e, mais especialmente, dos jovens.

Com essas alianças e a real participação dos jovens – não apenas como beneficiários, mas principalmente como parceiros na criação de um futuro possível – espera-se que as comunidades sejam capazes de *construir uma visão compartilhada* sobre como melhorar o seu bem-estar. Em última análise, essa visão deve englobar três estratégias para o desenvolvimento local:

- desenvolvimento do *capital humano*;
- fortalecimento do *capital social*;
- aumento do *capital produtivo*.

Ao ampliar as oportunidades de acesso a uma melhor educação, incentivar o empreendedorismo e apoiar a geração de renda para os jovens e suas famílias, os projetos ajudam a dar uma nova orientação às comunidades. O trabalho com as famílias e a comunidade, visando incluir os sonhos e a energia dos jovens, proporciona a criação de um ambiente de confiança, de colaboração e de diálogo entre as gerações. O desenvolvimento dos capitais humano, social e produtivo *promove um processo autônomo e sustentável de desenvolvimento local*, que contribui para mudar os sistemas comunitários.

O engajamento de líderes comunitários e governantes locais desde o princípio é fundamental, pois ajuda a garantir que eventuais inovações – surgidas no âmbito dos trabalhos realizados – serão gradativa e efetivamente incorporadas nas práticas e políticas implementadas pelo governo e por organizações locais. O leque de mudanças positivas inclui melhorias do sistema escolar (infra-estrutura e currículo), aumento da renda familiar e criação de um ambiente social mais justo, seguro e inclusivo. E, com essas vitórias iniciais, é possível preparar o terreno para a concretização de mudanças permanentes nas atitudes de indivíduos e líderes, levando a uma nova cultura, sem traços paternalistas.

Ainda que mudanças em políticas para a comunidade sejam um dos bons resultados dessa abordagem, a iniciativa tem por objetivo *promover mudanças em sistemas mais amplos*. A sistematização e a avaliação cuidadosas das lições aprendidas, somadas a estratégias de comunicação e disseminação, deverão facilitar a replicação desses projetos com outras fontes de financiamento, ajudando a garantir que novas políticas incorporem métodos e ferramentas já testados *in loco*.

Com a crescente pressão para que as sociedades da América Latina e do Caribe tornem-se mais democráticas e o direcionamento de recursos de agências internacionais para a redução da pobreza, os incentivos para a ampliação do trabalho descrito acima deverão continuar.

## **Comprometimento da Fundação W. K. Kellogg** \_\_\_\_\_

A Fundação Kellogg está preparada para desempenhar vários papéis com o objetivo principal de colocar o jovem da América Latina e do Caribe na linha de frente dos esforços para superar a pobreza e a desigualdade na região.

- Atuaremos como convocadores, incentivando os principais participantes a explorar, planejar e implementar coletivamente estratégias integradas, abordando a pobreza por meio da participação e do engajamento dos jovens. Exemplos dessa abordagem incluem o financiamento de projetos em microrregiões selecionadas, a facilitação da formação de redes e do aprendizado entre os jovens e a criação de espaços que propiciem a discussão e a interação, como a Conferência Latino-Americana, em São Paulo.
- Atuaremos como parceiros, mobilizando governos e empresas para iniciativas conduzidas com sucesso e alavancando nossos recursos de maneira estratégica para expandir nossa atuação em busca do desenvolvimento sustentável.
- Continuaremos a engajar diversos parceiros, promovendo um caminho alternativo para o desenvolvimento na região e a diminuição da pobreza.
- Seguiremos investindo dinheiro, talento e conhecimento em intervenções locais conjuntas, ajudando a informar e inspirar ações em outras frentes.
- Continuaremos a facilitar processos de desenvolvimento integrado e sustentável nos locais em que atualmente operamos, explorando também inovadoras formas de mobilização da juventude.

## Resultados da conferência

---

Com a Conferência Latino-Americana comemorativa ao seu 75º aniversário, a Fundação Kellogg pretendeu levantar questões importantes relativas ao papel da juventude na América Latina e no Caribe e refletir sobre elas:

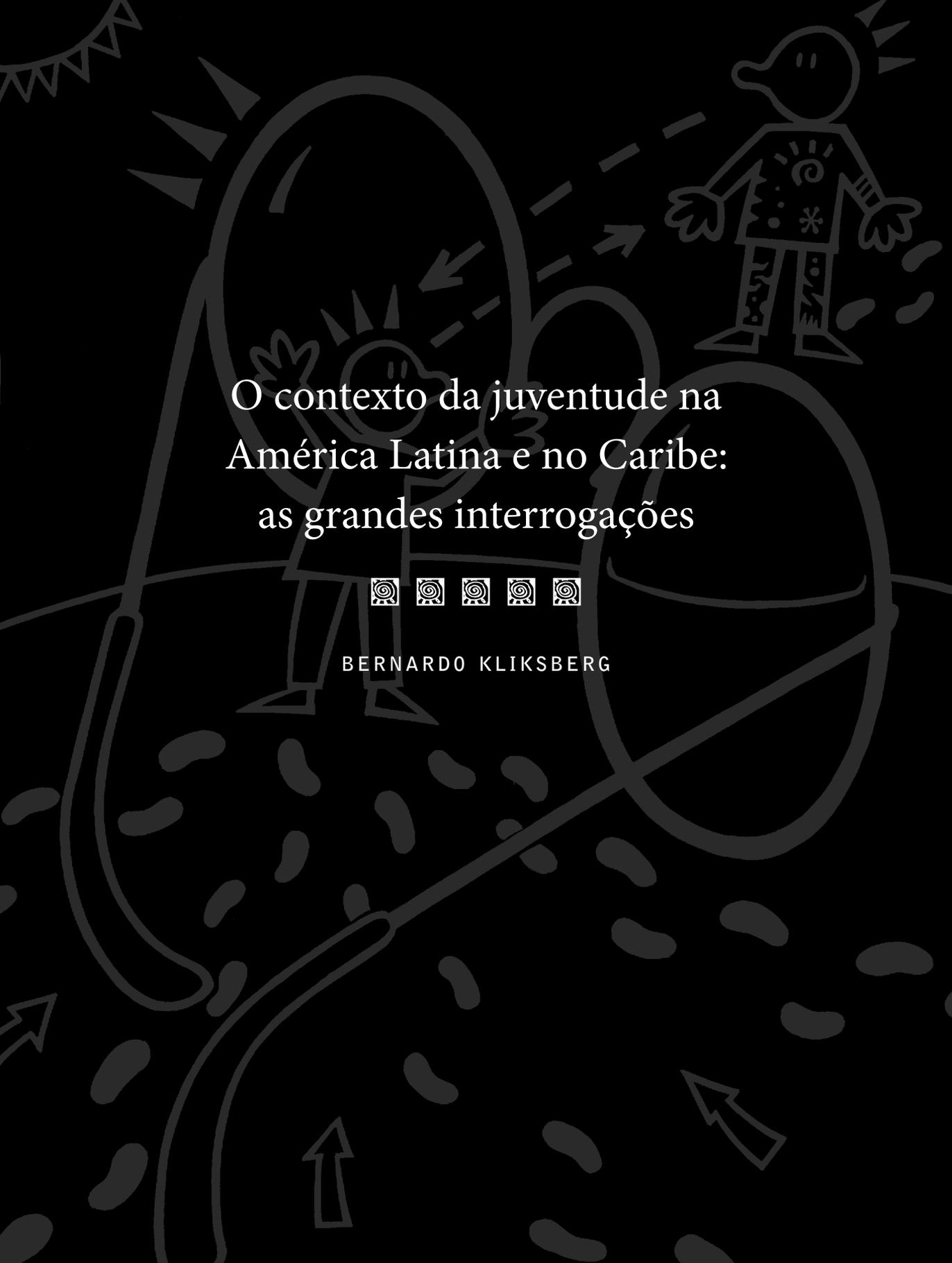
- Por que os jovens? O que deve ser feito para ajudar os jovens da América Latina e do Caribe a construir projetos de vida positivos para si mesmos e para suas comunidades? Quais os caminhos e as oportunidades para cada um dos diferentes segmentos de jovens (índios, mulheres, negros e outros)?
- Que fatores ou circunstâncias podem ajudar ou prejudicar a participação ativa dos jovens nos esforços para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável? Existem práticas e exemplos bem-sucedidos que deveriam ser disseminados, expandidos e replicados?
- A participação ativa dos jovens muda o seu *status* em suas respectivas comunidades? De que forma? O que fazer para que isso possa ocorrer?
- Que fatores podem ajudar ou prejudicar as relações intergeracionais? Que ações específicas e positivas podem ser tomadas para estimulá-las?
- Como podemos ajudar jovens e adultos a criar relações mutuamente benéficas e de igualdade em projetos sociais? Como projetos sociais podem criar um diálogo positivo entre jovens e adultos que sirva para redefinir a relação de poder usual?
- Entre os vários campos existentes (emprego, saúde, educação), quais os pontos de entrada mais promissores para a juventude? Há exemplos bem-sucedidos a serem seguidos?
- Que novas abordagens podem ser utilizadas para melhorar os papéis desempenhados pelas famílias, tendo em vista sua diversidade, na promoção do desenvolvimento juvenil?
- Sexualidade e gênero são fatores fundamentais para a formação da identidade do jovem; considerando-se as diferenças entre urbano/rural, homens/mulheres, entre outras, o que pode ser feito nessa área para assegurar o seu desenvolvimento saudável?
- Que papel as organizações e os movimentos juvenis desempenham no contexto mais amplo da América Latina? Como suas ações podem ser apoiadas?

Quais os pontos fortes e fracos dos movimentos juvenis em toda a região?

- Que papéis as novas instituições públicas, criadas para trabalhar com a juventude, vêm desempenhando na América Latina e no Caribe? Elas estão cumprindo seus objetivos e atendendo às expectativas dos jovens? Elas promovem cidadania ou dependência?

Com base nas respostas a essas e outras perguntas surgidas durante o evento, a Conferência levou à criação de um *Chamado à Ação* coletivo e criativo. Mudança, comprometimento e ação são necessários para garantir um futuro melhor aos povos da América Latina e do Caribe.

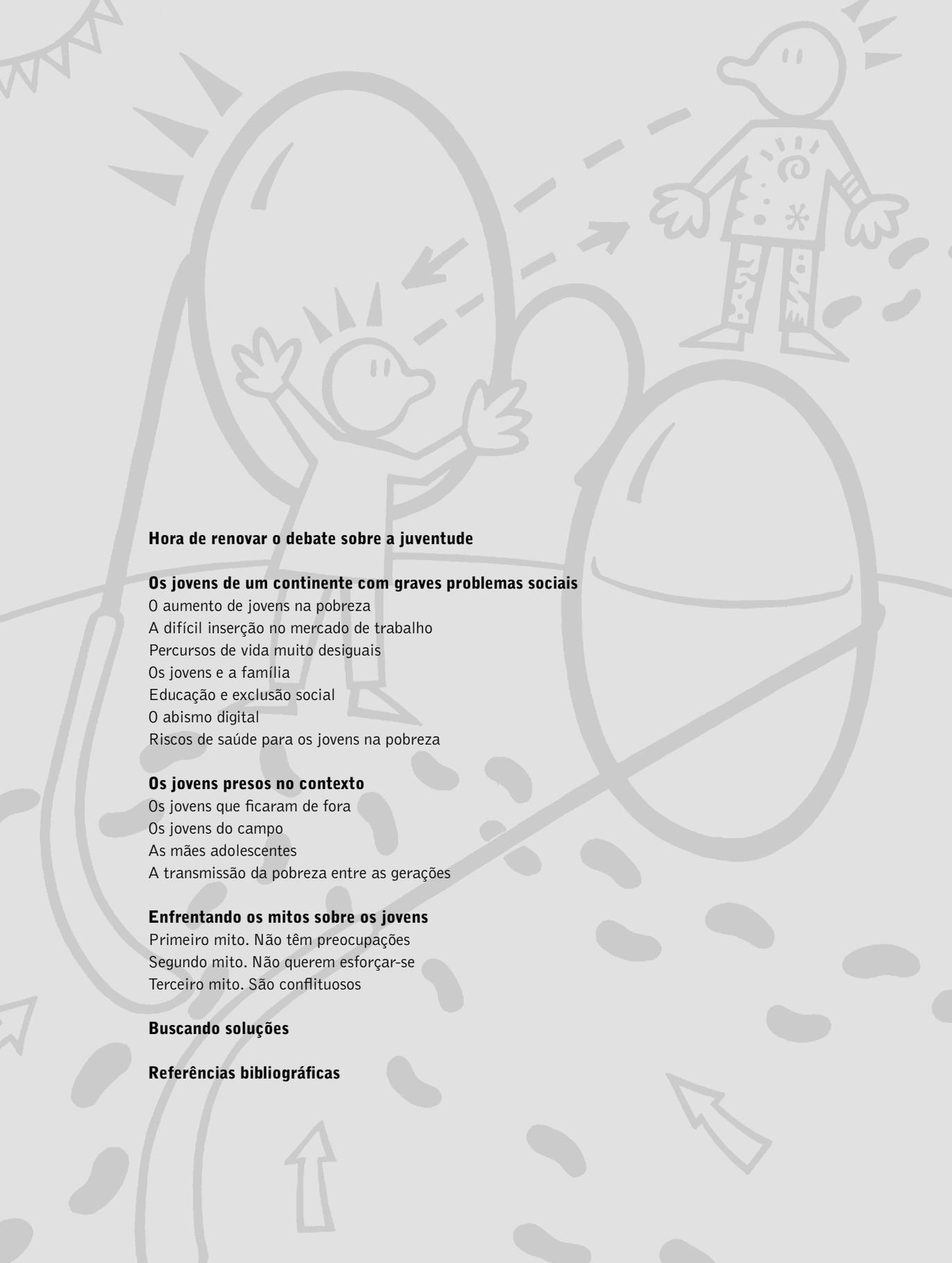
W.K. KELLOGG FOUNDATION  
Programa para a América Latina e o Caribe



O contexto da juventude na  
América Latina e no Caribe:  
as grandes interrogações



BERNARDO KLIKSBERG



## **Hora de renovar o debate sobre a juventude**

### **Os jovens de um continente com graves problemas sociais**

- O aumento de jovens na pobreza
- A difícil inserção no mercado de trabalho
- Percursos de vida muito desiguais
- Os jovens e a família
- Educação e exclusão social
- O abismo digital
- Riscos de saúde para os jovens na pobreza

### **Os jovens presos no contexto**

- Os jovens que ficaram de fora
- Os jovens do campo
- As mães adolescentes
- A transmissão da pobreza entre as gerações

### **Enfrentando os mitos sobre os jovens**

- Primeiro mito. Não têm preocupações
- Segundo mito. Não querem esforçar-se
- Terceiro mito. São conflituosos

### **Buscando soluções**

### **Referências bibliográficas**

## **Hora de renovar o debate sobre a juventude** \_\_\_\_\_

Com frequência apenas aparecem como referência secundária em meio a discursos ou análises mais amplas, como nota de rodapé ou como menção simpática. Merecem muito mais do que isso. Os jovens representam cerca de 40% da população da América Latina. Porém não é apenas seu peso quantitativo, eles também são o maior agente potencial de mudanças. Eles têm mais disposição do que qualquer outro setor social para comprometer-se com causas nobres, com ideais, com desafios coletivos. Estão desejosos de ser convocados para isso.

Ao mesmo tempo, eles têm uma facilidade especial para tomar parte nas mudanças tecnológicas aceleradas que caracterizam este século. Nasceram na nova cultura das ultramudanças, das revoluções tecnológicas contínuas, em que o computador e a internet fazem parte da forma de viver. Eles têm flexibilidade, plasticidade, desejo de participar de iniciativas.

Por outro lado, o meio em que eles são formados, o estímulo que recebem para participar, os valores que herdaram, os modelos de referência que exercem influência sobre eles formarão os cidadãos que vão decidir, com sua atividade ou passividade, a qualidade dos sistemas democráticos latino-americanos.

No entanto, considera-se que eles são uma etapa transitória da existência, não merecem análise nem políticas específicas.

Isso é um erro que pode ter custos consideráveis. Eles nasceram numa América Latina concreta, a dos anos 1980 e 1990, imersa em processos históricos diferentes daqueles de décadas anteriores, e em um mundo que, nas últimas décadas, sofreu transformações de enorme envergadura nos campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. Sua vivência histórica é, portanto, diferente daquela de gerações anteriores e incide todos os dias em seus dilemas, buscas e condutas.

A aceitação de sua especificidade, da necessidade de indagar-se sobre o que pensa, sente e por que age como age essa juventude, vista com frequência pelo prisma da desvalorização, e o alarme devido a seus possíveis conflitos são uma necessidade imperiosa para não seguir cometendo erros de abordagem e para construir caminhos que permitam mobilizar seu imenso potencial.

Assim como deve evitar-se perder a especificidade da juventude, é necessário superar um segundo erro de alta persistência. Generalizá-la. É imprescindível olhar, conjuntamente, as histórias coletivas com uma análise desagregada. Numa América Latina como a dos últimos 25 anos, onde foram desenvolvidos esperançosos processos de democratização, mas, ao mesmo tempo, grandes setores da população encontram-se abaixo da linha da pobreza e as desigualdades históricas ficaram acentuadas, há diferentes “circuitos de vida” juvenis.

Ilustrando o que podem significar as disparidades da região, recente informe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2004) sobre o México revela que coexistem municípios que desfrutam níveis de vida semelhantes aos dos mais avançados do planeta com outros onde predomina a pobreza extrema. Assim, a *delegación* de Benito Juárez (uma das dezesseis regiões em que está dividida a Cidade do México) tem um índice de desenvolvimento humano comparável ao da Alemanha, Espanha ou Itália. Em comparação, o município de Metlatonoc, no Estado de Guerrero, tem um índice inferior ao da Guiné, Benim ou Tanzânia. Não é a mesma coisa para um jovem nascer em um ou outro município. Não é a mesma coisa viver numa zona rural e num centro urbano. Não é a mesma coisa fazer parte de uma família localizada nos 20% da população que tem os maiores salários e nascer entre os 30% de menores salários. Há uma grande diferença entre fazer parte da classe média alta e ser da classe média decaída para a posição inferior de “novo-pobre”. E também entre ser socioeconomicamente branco e negro ou indígena. Até mesmo o gênero continua tendo significativa importância. Uma análise realista deve indagar necessariamente esses diversos destinos

do jovem que fazem surgir vulnerabilidades, riscos e oportunidades muito diferentes, e reações particulares em termos de estratégias de vida.

Com base nessas coordenadas, o presente trabalho visa contribuir para o debate sobre os jovens latino-americanos e seu futuro, convocado pioneiramente pela Fundação Kellogg, em seu 75º aniversário, apresentando elementos de juízo sobre alguns aspectos-chave.

Em primeiro lugar, propõe-se reconstruir certos aspectos do cenário econômico e social global da região, os quais têm alta incidência sobre os jovens, marcando alguns dos impactos sobre sua vida cotidiana. Em segundo, procura-se focalizar alguns dos quadros problemáticos mais graves que estão sendo gerados. Em terceiro, são encarados certos mitos circulantes sobre os jovens, que simplificam e distorcem a percepção da realidade e travam a identificação de soluções efetivas. Por último, extraem-se as conclusões finais e são apontadas algumas políticas que poderiam melhorar estruturalmente a situação.

O momento atual é histórico e muito indicado para renovar a discussão sobre a juventude e passar de clichês a dados objetivos e análises profundas. No terreno político há um forte movimento em direção à democratização que se inicia nas bases da sociedade civil, que terá muito mais força se conseguir obter a participação maciça dos jovens. No campo econômico, foi criada uma “janela de oportunidade” ao se reduzirem significativamente as taxas de fecundidade da região e diminuir a pressão demográfica. No campo social, a sociedade está colocando no centro da agenda pública a necessidade de priorizar de uma vez a luta contra a pobreza e contra a desigualdade, que tem entre suas vítimas preferenciais os jovens.

**O MOMENTO ATUAL É HISTÓRICO E MUITO  
INDICADO PARA RENOVAR A DISCUSSÃO SOBRE  
A JUVENTUDE E PASSAR DE CLICHÊS A DADOS  
OBJETIVOS E ANÁLISES PROFUNDAS.**

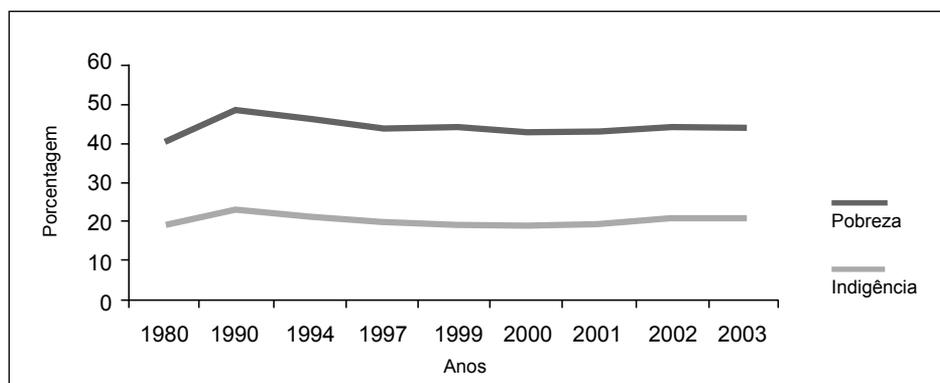
## Os jovens de um continente com graves problemas sociais \_\_\_\_\_

A década de 1980 foi denominada “década perdida para o desenvolvimento da América Latina”, por causa de seus baixos níveis de crescimento e do aumento da pobreza. Os anos 1990 foram chamados de “década perdida para a equidade”, por causa da explosão de desigualdade que a caracterizou. O último quinquênio, 1998-2003, foi chamado “a meia década perdida”, pelas deteriorações que se produziram em indicadores básicos. A recuperação de 2004 remediou em muito baixa proporção as tendências anteriores. Nesse quadro global, alguns dos desenvolvimentos de maior peso na vida coletiva e na situação dos jovens foram os mencionados a seguir.

### O aumento de jovens na pobreza

Com oscilações, a América Latina tem mantido, desde o início dos anos 1980, altos níveis de pobreza e uma tendência persistente ao seu crescimento absoluto e, em alguns casos, relativo. Isso sucedeu também à pobreza extrema, como pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1. Incidência da pobreza e da indigência na América Latina – 1980-2003 (pessoas em %)



A elevada taxa de pobreza existente em 1980, correspondente a 40% da população, foi superada em 2003, quando alcançou 44% dela. Entre 2000 e 2003 o número de pobres aumentou em 20 milhões e deteriorou-se ainda mais a pobreza, pois 14 milhões deles eram indigentes, pessoas que se encontram na pobreza extrema.

Os jovens, apesar de suas supostas vantagens relativas em termos de adaptabilidade às novas tecnologias e de flexibilidade, foram fortemente impactados pelo aumento da pobreza. Entre 1990 e 2002, o número de jovens pobres aumentou em 7,6 milhões, chegando a 58 milhões. Os indigentes jovens subiram 800.000, alcançando a cifra de 21,2 milhões.

Os jovens pobres representavam, em 2002, 41% de todos os jovens, e os jovens indigentes, 15% de todos os jovens. Os números referentes às mulheres jovens eram 2,7% maiores que os dos homens em relação à pobreza e 1,3% piores em indigência.

Entre outros casos, num país com tanto potencial econômico como a Argentina, as políticas dos anos 1990 fizeram milhões de jovens cair na pobreza. Em 2003, 54% de todos os jovens entre 14 e 22 anos eram pobres. No Panamá, segundo o Informe Nacional sobre Desenvolvimento Humano de 2002 (Castillo, 2003), 57% dos pobres eram menores de 20 anos.

A distância entre os jovens rurais e os urbanos era muito pronunciada, como se pode ver no quadro 1.

**Quadro 1.** América Latina (13 países) – Incidência de pobreza e indigência urbana e rural por volta de 2002 (em porcentagem)

Pobreza	População jovem		População total	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Média ponderada	33,4	54,8	34,9	57,9
Média de países	37,3	55,6	40,7	59,9
Indigência				
Média ponderada	8,9	27,9	10,7	33,4
Média de países	13,0	33,2	16,0	38,2

**Fonte:** Cepal (2004), *A juventude da América Latina*. Com base em processamentos especiais de pesquisas em domicílio.

Mais da metade dos jovens rurais era pobre, e mais de um entre cada quatro, indigente. Mesmo assim entre os jovens negros e os jovens indígenas os números eram muito superiores às médias gerais.

## A difícil inserção no mercado de trabalho

A taxa de desemprego subiu pronunciadamente nas últimas duas décadas, passando de 6,1% em 1980 para 8,3% em 1990 e a 10,9% no ano 2000. Mas o aumento foi ainda maior nos grupos jovens, apesar de suas supostas vantagens relativas. O mercado de trabalho se fez cada vez mais inacessível para amplos setores de jovens.

Segundo as estimativas de Abdala (2002), no ano 2000 o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos era 2,5 vezes mais elevado que o desemprego geral. Tomando-se o grupo de jovens de 15 a 19 anos, a situação piorava e quadruplicava. Segundo os dados da Organização Ibero-Americana da Juventude (Chillán, 2004), o desemprego entre os jovens é cinco vezes maior do que o verificado entre os adultos maiores de 45 anos. De acordo com sua estimativa, de cada 100 novos contratos de trabalho que aparecem na América Latina, 93 são para adultos e apenas sete para jovens, estes últimos, além disso, sendo em sua maioria de tempo parcial.

Tokman (1997) faz uma observação adicional de alta relevância. Ele revela que quando há crescimento econômico significativo as taxas de desocupação baixam, mas as dos jovens demoram mais para diminuir. Pelo contrário, quando a economia se contrai, e aumenta o desemprego, a taxa correspondente aos jovens sobe mais rápido. A expansão do desemprego juvenil é uma das “variáveis de ajuste” mais utilizadas com as correspondentes conseqüências regressivas para eles.

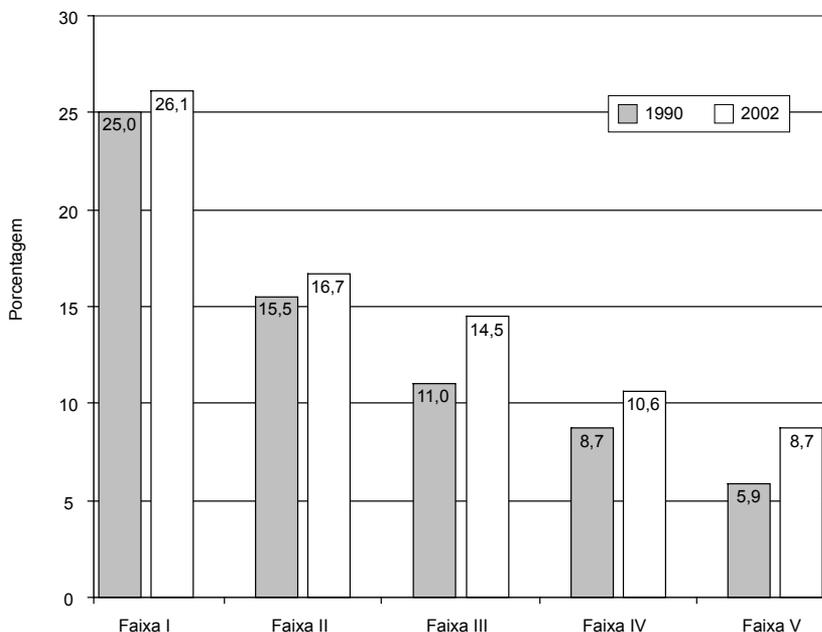
A incidência do desemprego teria um claro caráter socioeconômico, como pode ser observado no gráfico 2.

Em 2002, a taxa subiu para 28,2% entre os 20% mais pobres da população (era de 8,7% entre os 20% mais ricos).

Por outro lado, neste último grupo, um segmento significativo do desemprego deriva da sua tendência a prolongar os estudos para se preparar melhor para o acesso ao mercado de trabalho por causa das crescentes demandas por qualificação. No grupo mais pobre, ocorre a tendência inversa. Começa-se a trabalhar o quanto antes, até mesmo deixando os estudos, para gerar algum tipo de salário. No entanto, sua taxa de desemprego igualmente é três vezes mais alta que a da faixa mais alta.

Juntamente com o desemprego é observado entre os jovens um crescimento dos empregos de baixa produtividade. Trabalham por conta própria, sem crédito, apoio tecnológico ou inserção sólida no mercado: vendedores ambulantes, empre-

**Gráfico 2.** América Latina (17 países) – Taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo a divisão por faixas de renda *per capita* doméstica, total nacional, no período de 1990-2002 (em médias simples)



Fonte: Cepal (2004), *A juventude da América Latina*. Com base em cálculos especiais das pesquisas em domicílio.

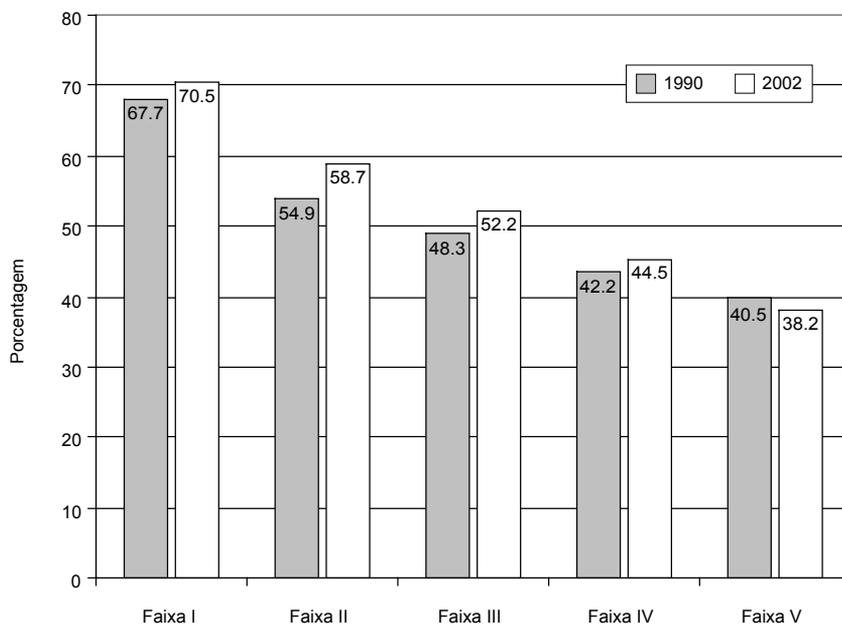
gadas domésticas e outros trabalhos da economia informal. Esses empregos representavam, no ano 2000, 69,1% dos jovens ocupados entre 15 e 19 anos e 49,4% daqueles entre 20 e 24 anos.

A situação é muito diferente na divisão por faixas de salários, como pode ser verificado no gráfico 3.

Os trabalhos de baixa produtividade quase duplicam na primeira faixa, mais pobre, em comparação com os da quinta faixa, o que implica que os jovens bem preparados foram os que optaram numa proporção muitíssimo maior pelos trabalhos de alta e média produtividade que geraram as economias da América Latina entre 1990 e 2002.

As condições difíceis do mercado de trabalho criaram também fortes tendências à precarização do trabalho. Houve um grande aumento de contratações de mão-de-obra que não obedeciam às normas legais e formou-se um vasto seg-

**Gráfico 3.** América Latina (16 países) – Porcentagem de jovens entre 15 e 29 anos de idade em empregos de baixa produtividade, segundo a divisão por faixas de salário *per capita* dos lares, no período 1990-2002 (em médias simples)



Fonte: Cepal (2004), *A juventude da América Latina*. Com base nos cálculos especiais das pesquisas em domicílio.

mento de pessoas cujos salários não lhes são suficientes para superar o limiar de pobreza, ainda que tenham trabalho.

Até mesmo os empregados da economia formal têm dificuldades de sobrevivência. Assim, os salários mínimos eram, em 1997, 30% menores que os de quinze anos atrás (Tokman, 1997).

A influência desses processos sobre os jovens num mercado tão tenso para eles foi muito intensa. Muitos deles encontram-se nessas modalidades.

Segundo os cálculos de Abdala (2002), esses problemas têm uma expressão mais severa ainda para as mulheres. A atividade laboral feminina cresceu fortemente, mas a taxa de desemprego da mulher é cerca de 50% maior que a dos homens, e a informalidade, cerca de 12% mais alta.

## Percursos de vida muito desiguais

A América Latina é descrita como a região mais desigual do mundo. Os números da distribuição sempre regrediram na região, mas a situação piorou ainda mais nas últimas décadas. Segundo uma análise recente (Filgueira, Peri, 2004), “o novo modelo de crescimento da América Latina altera em conjunto a maioria dos países da região até um nível mais alto de concentração dos salários, independentemente de suas conquistas no campo econômico”.

Efetivamente, estima-se que os 10% mais ricos possuam 48% dos salários da região e os 10% mais pobres, apenas 1,6%. Os índices de Gini de distribuição dos salários da região mostram que equivalem a menos da metade dos do mundo desenvolvido, e são os piores do mundo.

Em 2002 eram: Brasil, 0,64; Bolívia, 0,61; Argentina, 0,59; Honduras, 0,59; Nicarágua, 0,58; Paraguai, 0,57. Mesmo os mais baixos – Uruguai (0,46) e Costa Rica (0,49) – são maiores que os piores do sudeste asiático e da Europa oriental.

A desigualdade latino-americana não se expressa apenas na distribuição dos salários. Percorre todas as dimensões da estrutura social. Os índices de Gini de acesso à propriedade da terra são ainda piores que os de distribuição dos salários. Desse modo, é profundamente desigual a possibilidade de acesso ao crédito. As pequenas e médias empresas recebem menos de 5% do crédito outorgado pelo sistema financeiro, apesar de serem as principais empregadoras da região.

São desiguais os indicadores vitais mais básicos do campo da saúde, como a mortalidade infantil, a mortalidade materna e a esperança de vida. Enquanto apenas 10 de cada 1.000 crianças morrem na Costa Rica antes de completar cinco anos, essa taxa sobe para 99 na Bolívia e para 146 na faixa mais pobre da população desse país. A proporção é de 52,1 para cada 1.000 na República Dominicana, 47,3 em Honduras e 44 na Nicarágua. Estima-se que 300.000 crianças de menos de 5 anos morram a cada ano na América Latina e no Caribe de doenças que são facilmente evitáveis ou podem ser tratadas.

É altamente desigual o acesso à educação de boa qualidade e à tecnologia<sup>1</sup>.

1. O autor aprofunda a análise das desigualdades latino-americanas em suas obras *Más ética, más desarrollo* (Temas, 2004) e *Desigualdade na América Latina* (Unesco, Cortez, Brasília, 2000).

Tudo isso se reflete nos setores jovens da população. Os “trajetos de vida” são totalmente diferentes segundo o estrato social a que pertencem. Os setores de estratos altos podem aspirar a ter níveis de educação, saúde, trabalho e moradia semelhantes aos de jovens de países desenvolvidos. Por outro lado, os jovens mais pobres vêem sua vida drasticamente marcada pela falta de oportunidades oferecidas pela sociedade. Devem começar a trabalhar com uma idade precoce, suas possibilidades de cursar estudos primários e secundários são limitadas, correm riscos significativos na saúde, não possuem rede de relações sociais que possa impulsioná-los, não há crédito para eles, sua inserção no mercado de trabalho é muito problemática, dificilmente conseguem sair da situação de privação de suas famílias.

Em sociedades como as latino-americanas, onde se aprofundou a desigualdade, a mobilidade social tendeu a congelar-se. Amplas camadas das classes médias viram-se em perigo. O empenho dos jovens não se concentrou, como em décadas passadas, em ascender socialmente, mas em ajudar seus familiares a sobreviver, e não empobrecer. Isso implicou abandonar os estudos universitários, sair para trabalhar com idades mais baixas e, algumas vezes, conduzir finalmente à migração. No ano 2000, estimava-se que viviam nos Estados Unidos 1,9 milhão de jovens procedentes da América Latina e do Caribe.

São sociedades muito polarizadas, com diferentes modos de viver o período da juventude, e, em muitos casos, repressoras dos seus potenciais e causadoras de forte angústia e sofrimento pessoal.

Por outro lado, há a coexistência, a percepção de que ao mesmo tempo em que existem jovens que estão quase à beira do desespero há aqueles que nem mesmo sabem o que fazer com os bens incontáveis à sua disposição. Isso cria na sociedade fortes tensões, as quais buscam uma saída.

## Os jovens e a família

Qual o impacto que esses processos têm na família? Ela continua a ser a unidade essencial para os jovens. Várias pesquisas recentes corroboraram seu peso fundamental na afetividade, na saúde psíquica, no equilíbrio emocional, na maturidade, na inteligência emocional, na capacidade de aprendizagem e em outras áreas-chave.

**Quadro 2.** América Latina (17 países) – Tipos de família e de lar dos jovens entre 15 e 29 anos – 1999-2002 (em médias simples)

	Tipos de lar/família					Total
	Nuclear	Estendida	Composta	De uma pessoa	Lar sem núcleo	
Total de jovens – 2002	56,0	33,5	3,3	1,1	4,2	100
Total de jovens – 1999	57,2	34,6	2,9	1,0	4,2	100
Total de homens – 2002	58,4	32,2	3,1	1,5	4,8	100
Total de homens – 1999	57,5	33,5	2,9	1,5	4,6	100
Total de mulheres – 2002	57,5	34,7	3,4	0,7	8,7	100
Total de mulheres – 1999	56,9	35,7	2,9	0,6	8,8	100
Total de chefes – 2002	69,4	10,6	1,7	9,1	9,2	100
Total de chefes – 1999	68,3	11,6	1,8	9,0	9,4	100
Tot. de chefes homens – 2002	73,3	9,9	1,8	7,8	7,2	100
Tot. de chefes homens – 1999	72,5	11,1	1,7	7,8	7,0	100
Total de chefas – 2002	52,0	14,1	1,5	14,3	18,1	100
Total de chefas – 1999	48,5	14,5	2,0	14,6	20,4	100

Fonte: Cepal (2004), *A juventude da América Latina*. Com base em cálculos especiais das pesquisas em domicílio dos respectivos países.

Os jovens latino-americanos continuam a ter sua incontestável importância.

Pesquisas em domicílio do ano 2002 indicam que a grande maioria dos jovens de 15 a 29 anos vive com sua família. A estrutura da família pode ser vista acima, no quadro 2. Apesar de seus detratores, a família nuclear continua constituindo 58% das famílias da América Latina. Somando as famílias estendidas, ambas representam 91,5% de todas as famílias.

Vivem com sua família 87,7% dos jovens do Chile; 84%, da Colômbia; 68,8%, da Bolívia; e 80%, do México. Os períodos de permanência junto da família não se reduziram, mas aumentaram, o que pode estar relacionado, entre outras razões, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Pesquisas indicam terminantemente o grande valor que os jovens dão ao núcleo familiar. Apesar da desconfiança de várias instituições da sociedade, a família permaneceu como seu reduto afetivo, o lugar onde podem expressar-se plenamente, dar voz a suas confidências e encontrar guias e orientação.

Confiam particularmente nas mães, em seguida nos pais e irmãos; 33,5% dos adolescentes e jovens bolivianos contam seus problemas à mãe, 13,3%, aos irmãos, e

9,6%, ao pai. Dos jovens chilenos, cerca de 56,5% fazem confidências à mãe, 24,2%, aos irmãos, e 23,6%, ao pai.

Contrastando com a imagem de conflituosidade das novas gerações com suas famílias, esses são os dados concretos sobre como os jovens do México e da Bolívia consideram sua relação com os pais.

**Quadro 3.** México e Bolívia – Relação com os pais (em porcentagem)

	México		Bolívia <sup>a</sup>	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Boa	73,7	88,9	77,4	90,2
Regular	15,3	7,9	17,0	8,5
Ruim	1,8	1,1	4,5	0,9
Outras <sup>b</sup>	9,2	2,1	-	-

Fonte: Pesquisas sobre a juventude de ambos os países. Incluídas na Cepal (2004), *A juventude da América Latina*.

a: Na pesquisa boliviana foram agrupadas as categorias “muito boa”/“boa” em “boa”; “ruim”/“péssima”, em “ruim”.

b: Inclui as categorias “não convivo com ele/ela”, “não especificado” e “informação inexistente”, que se encontram na pesquisa mexicana.

Como se pode perceber, as relações são bastante positivas. Apenas uma porcentagem muito pequena – inferior a 2% no México e a 5% na Bolívia – tem relações ruins com o pai, e o número diminui para 1% em relação à mãe.

O que os jovens valorizam na família? O apoio e o carinho aparecem em diversas realidades, como as do México e do Chile, como sendo aspectos centrais. Pesquisas indicam também que os jovens vêem a família como um espaço harmônico em que os conflitos são solucionados principalmente por meio do diálogo.

Uma das maiores desigualdades que se apresentam na região, silenciosa, quase inadvertida, é a pronunciada desigualdade de acesso a esses benefícios únicos que provêm do núcleo familiar. A pobreza pode causar tensão e destruir famílias. O “estresse socioeconômico”, que significa desocupação permanente, precariedade e o fato de serem obrigados a conviver com muitas pessoas, agrava extremamente o clima familiar.

O papel do pai, como a principal fonte de receita, pode ser totalmente desvirtuado quando não consegue ter acesso a emprego permanente e sua autoridade familiar é deslegitimada. Nessas situações, desocupado, com poucas perspectivas de trabalho, ciente de que a família espera dele algo que não pode dar e da perda do

seu papel, em diversos casos ele “foge” da família. Aparece assim uma figura muito comum nos lares humildes da região: a mãe pobre, sozinha, e chefe do lar.

Essas mães, a maioria das quais jovens, realizam na América Latina um trabalho excepcional, defendendo o núcleo familiar mediante sacrifícios desmedidos. Estimativas da Cepal revelam que o montante de pobreza na região seria 10% maior se não fosse o imenso esforço dessas valorosas mães. No entanto, elas não conseguem suprir a carência de uma figura masculina e de um ambiente familiar completo, que tanto pode contribuir para os jovens.

Não são apenas as famílias pobres que são destruídas. Em recentes processos de pauperização da região, foi gerada uma altíssima conflituosidade nos lares de classe média que se tornaram pobres em poucos anos. Esse foi o caso da Argentina nos anos 1990. Estima-se que, nesse período, mais de 7 milhões de pessoas – 20% da população – deixaram de pertencer à classe média para passar a viver abaixo da linha da pobreza. São chamados de “novos-pobres”. Segundo um estudo da Universidade de Buenos Aires (Tausk, 2001), em diversas famílias em que há desocupação prolongada, como ocorreu em muitos desses casos, no final “o cônjuge masculino tenda a se autodestruir e a destruir seu núcleo familiar”. Essas tensões podem afetar severamente os jovens. Elas repercutem tanto em suas famílias de origem como nas novas famílias que pretendem formar.

Um aspecto muito grave dos efeitos da desigualdade latino-americana é “a taxa de rejeição”. Esse indicador mede o número de casais jovens que gostariam de constituir uma família, mas não o fazem por causa das incertezas econômicas, dificuldade de contar com moradia, baixas possibilidades de ter um emprego e outros fatores semelhantes. Kaztman (1997) encontrou no Uruguai alta correlação entre a diminuição real dos salários e o aumento das taxas de rejeição. Os graus de desigualdade na América Latina explodem nos jovens que se encontram nesse nível elementar, o de criar situações muito diferentes quanto à possibilidade de formar uma família e de sustentá-la depois de criada.

## Educação e exclusão social

Há pleno consenso de que os níveis de educação são estratégicos para os países, para as famílias e para as pessoas. As tendências estatísticas das últimas décadas indicam a superioridade competitiva dos países com maiores conquistas na educação,

a oferta de oportunidades melhores para as famílias que tenham melhor formação escolar e melhores salários, que significam mais capital para investir na educação.

A Cepal estimou que, nas condições atuais, são necessários doze anos de escolaridade para ter credenciais mínimas com vistas em obter um trabalho que esteja acima da linha da pobreza.

Por outro lado, juntamente com sua importância para o trabalho, a educação aparece como fonte de outros patrimônios. Estudos indicam que há uma grande correlação entre educação e indicadores de saúde. Maior patrimônio educacional permitirá o exercício cotidiano de uma cultura de saúde mais avançada. Mesmo assim a educação ajuda a formar capital social. Melhores níveis educacionais permitirão acesso a redes de relações mais amplas e qualificadas.

Definitivamente, a educação é para os países, as famílias e as pessoas uma grande reserva de oportunidades de desenvolvimento.

Além disso, nunca é possível deixar de considerar que ela é um fim em si mesma – é o caminho de mobilização e realização de alguns dos potenciais mais ricos do ser humano.

Tudo isso tem um significado especial para os jovens. Suas experiências escolares e as possibilidades de acumular capital educacional relevante vão condicionar de forma importante a sua vida de trabalho futura. Também vão incidir no seu capital de relações. Por outro lado, a educação é para eles o grande marco de inclusão social, depois da família. Entre os companheiros, são criadas as amizades e os aspectos básicos da sua personalidade.

A população da América Latina tem na educação uma de suas principais queixas. No processo de democratização, os investimentos nesse campo aumentaram e foram obtidos consideráveis progressos na esfera do acesso à escola primária e no declínio das taxas de analfabetismo.

No entanto, os resultados dos sistemas educacionais da região continuam muito distantes das metas desejáveis. Desse modo, demonstram uma brecha cada vez mais pronunciada em relação às conquistas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Enquanto nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 85% dos estudantes terminaram a escola de nível médio, na América Latina apenas um terço deles concluem essa fase. Segundo a Cepal (2004), completaram a escola de nível médio apenas 34,8% dos jovens de 20 a 24 anos e 32,6% dos jovens de 25 a 29 anos.

Atualmente, quase todas as crianças ingressam na escola primária, mas a taxa de evasão, repetência e atraso escolar é muito alta. Em 2002, a média latino-americana de conclusão do ensino primário foi de 66,7%, e em um conjunto de países chegou a apenas 50%.

Como consequência disso, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999 apenas 33,6% da população juvenil tinha mais de 10 anos de escolaridade; 40,3%, de 6 a 9 anos; e 24,3%, de 0 a 5 anos. Em 2002, apenas 6,5% dos jovens de 25 a 29 anos concluíram a faculdade.

A segmentação social da América Latina apresenta pontos muito graves na área educacional. A evasão, a repetência e o atraso estão concentrados nas regiões de menor demanda e foi criada uma enorme brecha entre as regiões de menor e maior demanda.

Segundo estimativas do BID (1998), os 10% mais ricos da população têm 12 anos de escolaridade e os 30% mais pobres, 5 anos. Se tomarmos os 10% mais pobres, a brecha se amplia: apenas 4 anos de escolaridade.

A maioria dos jovens de origem humilde ficam pelo caminho. Dos 20% mais pobres da população, apenas 47,9% completam a escola primária. Metade não conclui. Dos 20% mais ricos, 80,5% conseguem terminá-la. Na escola secundária, apenas 12% dos 20% mais pobres da população consegue completá-la – um entre cada dez jovens de origem humilde. Dos 20% mais ricos, 58,2% consegue. Finalmente, apenas 0,9% dos 20% mais pobres termina a faculdade, ou seja, um entre cada cem. Dos 20% mais ricos, a quinta parte consegue terminá-la.

Quando se introduz a etnia, a situação torna-se ainda mais grave. A juventude indígena sofre ainda mais fortemente essas exclusões. Na Guatemala, a taxa de repetência na escola primária entre alunos indígenas é de 90%. Na Bolívia, as crianças de língua indígena têm o dobro de probabilidade de repetir do que os de língua hispânica (Unicef, 2004).

As causas da evasão se devem a questões muito concretas. Têm relação, entre outros fatores, com a precariedade econômica da família, que obriga muitas crianças e jovens a abandonar os estudos parcial ou totalmente para contribuir com algum salário para a família, com a própria debilidade do núcleo familiar para acompanhar o jovem e com seu escasso capital educativo. Oitenta por cento dos jovens das cidades da América Latina vêm de famílias cujos pais não têm dez anos de escolaridade.

A brecha educacional na juventude latino-americana não é apenas quantitativa, não se trata somente de mais anos de escolaridade. Há também importantes aspectos qualitativos. É muito diferente o tratamento educacional que recebem os diversos setores, como foi documentado em várias pesquisas. Entre outros aspectos, aqueles que freqüentam escolas privadas têm mais horas de aulas, docentes mais bem remunerados, mais recursos de apoio e melhor infra-estrutura do que podem oferecer as escolas públicas.

Dentro da educação pública as diferenças podem ser significativas. Aparecem até mesmo num país de alto desenvolvimento educacional como a Argentina, que está fazendo atualmente grandes esforços pela eqüidade na educação. Um estudo recente (Cippec, 2004) aponta que “os meninos de camadas sociais mais desfavorecidas freqüentam as escolas mais descuidadas pela prefeitura, que possibilitam menos acesso a computadores e equipamento, com docentes mais jovens e com menor experiência, repetem mais as séries na escola primária, têm piores resultados de aprendizagem no nível médio”.

Esse quadro se reproduz em toda a América Latina com muito mais gravidade. Os jovens das áreas rurais e de bairros mais pobres tendem a receber uma educação com condições gerais mais desfavoráveis, com menos horas de aulas anuais e com menos recursos de suporte. Adicionalmente, os educadores enfrentam problemas muito mais graves, como o que descreve uma professora primária de Salta, Argentina (*La Nación*, 2004), chamando a atenção para a quantidade de tarefas extrapedagógicas que lhes cabe desempenhar, como “o controle nutricional dos meninos, a presença efetiva nas aulas, a violência familiar e a alimentação”.

NA SITUAÇÃO REAL DE UMA AMÉRICA LATINA,  
A PROMESSA DA EDUCAÇÃO SE TRANSFORMA EM  
ILUSÃO PARA AMPLAS CLASSES DE JOVENS. DE 60%  
A 80% DOS JOVENS NÃO CHEGAM À ESCOLARIDADE  
FORMAL MÍNIMA NECESSÁRIA PARA TER ACESSO AOS  
REQUISITOS ATUAIS DO MERCADO DE TRABALHO.

Na situação real de uma América Latina com essas questões abertas, a promessa da educação se transforma em ilusão para amplas classes de jovens. De 60% a 80% dos jovens não chegam à escolaridade formal mínima necessária para ter acesso aos requisitos atuais do mercado de trabalho. Sua carga de aprendizagem é, além disso, de baixa qualidade. Isso reforça de várias maneiras as outras segmentações vigentes nessa região tão desigual.

## O abismo digital

A internet aparece como uma janela de oportunidades para os jovens do início do século XXI. Abre a eles imensas possibilidades de reforçar seu trabalho na escola, seu conjunto de bens educativos, de receber informações extracurriculares que enriqueçam sua base formativa, de ter acesso rapidamente a informações sobre trabalho, de capacitação e, em geral, de aumentar radicalmente sua conectividade.

Por outro lado, os jovens contam com vantagens muito claras nessa área sobre as gerações de mais idade. Nasceram na cultura da internet, e seus potenciais de inserção e criatividade com ela costumam superar amplamente os dos adultos.

Sua expansão na América Latina, mesmo que bem distante das médias dos países desenvolvidos, tem sido vigorosa. No entanto, aqui, novamente as segmentações impõem severos limites ao acesso da juventude a esse instrumento que tanta contribuição pode trazer.

A estratificação dos acessos mostra a presença de grande abismo digital. Assim, por exemplo, dados recentes da Argentina (Cepal, 2004) indicam que dos 10% mais ricos da população 8 entre cada 10 pessoas têm acesso à internet, mas dos 10% mais pobres apenas uma, e dos 30% mais pobres apenas três.

A distância do abismo pode ser percebida com toda a clareza em outro indicador muito sugestivo. Nas camadas altas e médias altas existe o acesso à internet em computadores de propriedade do jovem ou de sua família, na maior parte dos casos nas próprias casas. Nas camadas pobres, em locais públicos, onde o acesso é pago.

Uma política pública vigorosa que democratize as possibilidades de incorporação ao espaço virtual, abrindo oportunidades de aprendizagem e gerando uma ampla rede de locais de acesso gratuito, como foi feito em outras décadas com as bibliotecas públicas, poderia claramente ter um papel fundamental para abrir

esse caminho tão próximo aos jovens a muitíssimos outros que agora são excluídos dele.

A isso deveria ser acrescentado um fortalecimento das possibilidades de reforço da cobertura e ofertas do sistema escolar, que pode significar a inclusão do computador na sala de aula e na educação a distância.

## Riscos de saúde para os jovens na pobreza

As condições da saúde pública são um produto social. Estão vinculadas ao que uma sociedade faz em áreas como a criação de condições básicas favoráveis à saúde, a implementação de programas sistemáticos de saúde preventiva, a geração de uma cobertura de saúde universal. Assim como foi assinalado por Amartya Sen (1981), um problema tão essencial à saúde como a desnutrição não tem a ver apenas com as disponibilidades de alimentos, mas também com todas as reestruturações sociais que permitem ou dificultam que esse direito elementar seja satisfeito.

A saúde dos jovens latino-americanos está imersa no cenário socioeconômico já delineado, que cria condições de risco significativas para amplos contingentes de jovens.

São inegáveis os avanços em saúde no continente ligados ao progresso geral das ciências médicas e a esforços importantes das políticas públicas e outros setores da sociedade; no entanto, também apontamos um grande desafio: a desigualdade na saúde. Quando se verificam as médias, encontramos grupos de alta vulnerabilidade, nos quais os jovens têm uma representação desproporcional em diversos problemas.

Há, assim, um perfil de risco de saúde próprio do jovem pobre, que constitui, como foi mencionado, mais de 40% de todos os jovens, e outro perfil do jovem de outros estratos sociais, com uma distância considerável entre ambos.

Entre os maiores riscos que afetam os jovens marginalizados, rurais, indígenas e afro-americanos, encontramos os seguintes, que fazem parte da sua vida cotidiana.

1. A pobreza influencia diretamente a esperança de vida. As privações em matéria de desnutrição, a vida em ambientes expostos a toda ordem de poluições, as dificuldades de acesso à água potável, os déficits de saneamento, a carência

de assistência médica são alguns dos tantos fatores vinculados à pobreza que podem gerar limiares de vulnerabilidade muito maiores.

2. Há uma significativa correlação entre níveis de educação e esperança de vida. Em estudos feitos no Chile (Vega, 2003) fica evidente que a diferença na esperança de vida entre aqueles que têm entre 1 e 8 anos de escolaridade e aqueles que têm 13 ou mais se aproxima dos 9 anos. O mesmo tipo de tendência foi corroborado em outras realidades. Além disso, os dados indicam que esse indicador está subindo. Escolaridade maior tem um significado crescente em termos de prevenção de riscos de saúde. As graves brechas educacionais entre os jovens antes referidas vão ter influência, portanto, em suas condutas em matéria de preservação de sua saúde.
3. As mães jovens, que são uma proporção importante nas camadas mais humildes, padecem de riscos muito mais altos que a média das mães da população. Seus níveis de desproteção durante a gravidez, e no próprio parto, são consideravelmente superiores às médias. Segundo dados do Banco Mundial (2004), entre os 20% mais pobres da população 43% das mães não recebem assistência especializada durante a gravidez e 60% não a usufruem no parto. Isso causa um impacto nos índices de mortalidade materna entre as jovens desfavorecidas e riscos de danos no parto. Estima-se que em 2003 tenham morrido 23.000 mulheres latino-americanas no momento de dar à luz, proporção 28 vezes maior que as médias dos países desenvolvidos.
4. Existe um grande alarme em relação ao HIV/Aids na América Latina. Sua incidência na mortalidade de jovens – 2,9 a cada 100.000 – é objeto de preocupação. Estima-se que a esse índice deva-se acrescentar a existência de 5 a 7 portadores soropositivos. Entre os fatores que contribuem para essa situação se encontram alguns vinculados à pobreza, como a obrigação de conviver com muitas pessoas no mesmo lar, a promiscuidade e a instalação de grupos de drogas em regiões mais pobres. Por outro lado, mesmo que de 70% a 73% da população esteja informada da doença e de como ocorre a transmissão dela, menos de 10% adotam medidas para a prevenção, o que implica a realização de um enorme trabalho na educação dos jovens a esse respeito.
5. Na América Latina recrudescem os problemas acerca do tráfico de pessoas e da prostituição juvenil, estimulados por interesses econômicos, pelo chamado “turismo sexual” e pelos grupos de marginais envolvidos com drogas, que

destroem milhares de vidas jovens, e entre os danos que causam podemos citar maior vulnerabilidade à Aids. Assim, na República Dominicana, onde tem havido constantes denúncias em relação a isso, observa-se que a taxa de mortalidade de mulheres jovens por HIV/Aids é 300% maior do que a de homens jovens: 12,2 mulheres a cada 100.000, comparado com 3,9 homens.

6. A mortalidade juvenil na América Latina apresenta um traço patológico muito especial. É alimentada pela violência. A mortalidade juvenil é de 134 a cada 100.000. Quase o triplo da espanhola, que é de 49 a cada 100.000. Estima-se que de cada 100 falecimentos de rapazes jovens 77 sejam atribuídos a causas violentas (Cepal, 2004). Entre as mulheres, são 38 a cada 100. A região padece de uma violência juvenil de tipo epidêmico. Ante um fenômeno tão regressivo e antijuvenil, convém evitar os tratamentos superficiais e procurar uma análise mais profunda que explore suas correlações com outros desenvolvimentos importantes do cenário socioeconômico, como os que foram apontados, entre eles os altíssimos níveis de desocupação juvenil, as dificuldades educacionais e a fragilidade de muitas estruturas familiares sob o embate dos processos de pauperização.
7. A tendência à privatização dos serviços de saúde e a redução das assistências médicas públicas deixaram muitos jovens fora das possibilidades de cobertura que seus núcleos familiares possam prover ou que eles possam adquirir por si mesmos. Nos núcleos familiares abatidos por várias restrições econômicas, a saúde é um dos gastos que tendem a ser marcadamente reduzidos. Por outro lado, jovens com as dificuldades de inserção mencionadas anteriormente têm sérios problemas para investir em seguros de assistência médica. Tudo isso os deixa sujeitos a uma alta vulnerabilidade.
8. Normalmente, as análises sobre a saúde dos jovens são centradas em aspectos físicos. Assim, é menosprezado o fato de que os jovens necessitam, com frequência, de apoio psicológico. Em situações tão “difíceis” em termos de restrições de oportunidades, sobrevivência, tensões contínuas como as que derivam do contexto econômico atual, a demanda latente por ajuda psicológica é potencialmente muito maior. No entanto, esse tipo de assistência para os jovens foi relegado a um plano secundário em toda a América Latina e não aparece sequer como prioridade.

Em geral, a situação da saúde juvenil é caracterizada pela presença de amplos setores de jovens com dificuldades potenciais ou explícitas de saúde de tipo bem específico, que são muito pouco focalizadas pelas políticas oficiais de saúde e pela sociedade.

Apenas são atendidos adequadamente quando passam por graves problemas, mas não lhes é dado o reconhecimento devido em termos de políticas preventivas sistemáticas, com metas a longo prazo.

As tendências traçadas sumariamente na questão da pobreza, desocupação, desigualdade, educação e saúde geram dificuldades cotidianas para muitíssimos jovens latino-americanos desenvolverem suas potencialidades.

Conduzem, em diversos casos, a quadros problemáticos que não têm explicação nas decisões ou condutas dos jovens, mas no modo como essas tendências condicionam severamente seus âmbitos de opção. Examinamos alguns deles a seguir. Eles testemunham a imprescindibilidade de se implementar com todo o empenho políticas coerentes que destravem os graves “bloqueios de oportunidades” que geram aqueles quadros.

## **Os jovens presos no contexto** \_\_\_\_\_

Muitos jovens latino-americanos chegam hoje a verdadeiros “becos sem saída” em aspectos-chave da sua existência, transformando-se em “problemas” para a sociedade. Por trás desses problemas há jovens promissores, que são levados a situações muito penosas pelos modos de funcionamento dos contextos nacionais.

Descrevemos a seguir, superficialmente, alguns desses quadros problemáticos.

### **Os jovens que ficaram de fora**

Milhões de jovens latino-americanos estão fora do mercado de trabalho e ao mesmo tempo do sistema escolar. Estimativas indicam que essa é a situação de 23,6% dos jovens entre 15 e 29 anos de idade: um de cada quatro jovens é, portanto, um excluído social. Um estudo com base em pesquisas em domicílio de 15 países constata que, entre os jovens de 15 a 24 anos, os que não estudam nem trabalham representavam entre 12% e 40% dos lares pobres (Cepal-Celade, 2000). Entre ou-

tros, num país como a Argentina, era estimado, no ano 2002, que mais de 400.000 crianças e adolescentes abandonam anualmente os estudos e 1 milhão de jovens de 15 a 19 anos estavam fora do sistema escolar (Pepe, 2004).

A categoria de exclusão tem uma dimensão econômica. Significa que não recebem salários ou recebem muito esporadicamente, tendo assim sérias dificuldades de sobrevivência. Significa que não conseguem iniciar uma vida laboral e, por conseguinte, não têm condições de passar por experiências de aprendizagem e crescimento produtivo. Ao mesmo tempo, sua rede de possíveis relacionamentos estreita-se preocupantemente, dado que o trabalho é um lugar fundamental para nutri-la.

A tudo isso se junta uma circunstância fundamental. Os jovens estão em pleno processo de garantir sua auto-estima. A marginalização social vai diretamente contra ela. Em lugar de ser fortalecida, ela fica enfraquecida. Isso gera problemas psíquicos, de conduta e de relacionamento.

Num rigoroso trabalho sobre os efeitos da desocupação prolongada, o prêmio Nobel de economia Robert Solow (1995) assinala que os economistas convencionais erram quando a analisam como um mero problema de ajuste da oferta e da procura. Supõem que os que querem trabalho insistirão, baixarão suas pretensões salariais cada vez mais e, finalmente, a oferta e a demanda se encontrarão.

Solow mostra que, na verdade, as pessoas sofrem e se retraem do mercado de trabalho porque têm medo de ser rejeitados, em momentos em que sua auto-estima já está muito fragilizada. Eles se afastam até mesmo socialmente para não se sentirem envergonhados e diminuídos diante de grupos sociais cujos membros têm trabalho.

No caso dos jovens, todos esses efeitos são acentuados. Eles estão iniciando a constituição de personalidades integradas, e a exclusão os priva dos estímulos, aprendizagens e reconhecimento necessários e atenta contra sua integridade psicológica e mesmo contra sua dignidade.

Os jovens marginais urbanos ficam “isolados”. A isso se soma, com frequência, o enfraquecimento que ocorre no núcleo familiar. Como foi visto, a pobreza incide sobre a geração de famílias desarticuladas.

Sem modelos de referência e identidade fortes no nível familiar e de trabalho, ficam expostos para se deparar nas ruas com outros jovens que se encontram em situações semelhantes.

Estudos sobre as gangues de delinqüentes juvenis que se expandiram em diversos países centro-americanos e reúnem centenas de milhares de jovens, informam que, quando perguntados sobre o motivo por que se imiscuem em grupos que levam uma vida desregrada e perigosa, costumam responder que é o único lugar da sociedade em que são admitidos.

A exclusão social, juntamente com a desarticulação familiar, coloca um setor da juventude da América Latina numa situação de “jovens encurralados”, que pode impelir sua inserção no mundo das gangues e do crime e transformá-los em vítimas propícias para as máfias da droga.

É fundamental ver a origem do problema, e não apenas seus sintomas finais, para poder enfrentá-lo adequadamente. Um recente relatório do Unicef e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (dezembro, 2004), produto de observações de campo na Guatemala, El Salvador e Honduras, nos previne desse aspecto.

O relatório chama a atenção para a informação tendenciosa da mídia em relação às gangues, o que produz uma estigmatização social generalizada dos meninos, meninas e adolescentes pobres de vários países da América Central. Diz o relatório também que essa manipulação tendenciosa gera medo e rejeição na opinião pública, que se traduz em estigmatização e discriminação social das crianças e dos adolescentes pobres.

É assinalado ainda que “as políticas estatais sobre essa questão devem ser dirigidas à satisfação de necessidades fundamentais, à criação de oportunidades de vida e relacionadas aos direitos civis e políticos, incluindo o direito a um julgamento justo”. Ressalta que muitos dos integrantes das quadrilhas pertencem às camadas mais pobres da população, não tendo acesso à educação, alimentação, habitação, saúde, segurança pessoal, proteção familiar e possibilidades de trabalho. Descreve-se também que “perante tal situação alguns optam por incorporar-se às gangues em busca de proteção, apoio e respeito. Logo tendem a viver juntos em comunidades urbanas com o objetivo declarado de se cuidar e se defender mutuamente”.

Reclama, finalmente, que “esse problema não pode ser abordado unicamente pela perspectiva da segurança pública”.

Em outro contexto, outra expressão diferente de juventude excluída – “os piqueteiros”, na Argentina – exprime a necessidade profunda de atacar as causas últimas de sua situação, reivindicando numa recente passeata em Buenos Aires

(*Clarín*, dezembro de 2004): “Trabalho genuíno para a juventude, programas de capacitação laboral e de alfabetização, reinserção escolar, trabalho comunitário, bolsas de estudos e restaurantes e passagens para transporte para que os jovens possam estudar”.

### Os jovens do campo

A situação do jovem rural costuma ser outra expressão dos “becos sem saída”. Como já foi mencionado, as taxas de pobreza rural da América Latina superam amplamente as da urbana. Por outro lado, os jovens rurais começam a trabalhar antes que os urbanos. Isso influencia suas possibilidades educacionais. Os níveis de evasão e repetência escolar são mais altos. A escolaridade média é reduzida. As taxas de desocupação rural são mais altas ainda do que as urbanas.

A situação gera uma contínua expulsão dos jovens para as cidades, onde sua inserção é muito difícil por causa da sua escassa bagagem educacional e porque suas experiências são muito diferentes das competências exigidas nos mercados de trabalho urbanos.

### As mães adolescentes

As taxas de fecundidade adolescente da América Latina são superiores às médias internacionais. A fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos de idade era, no início dos anos 1990, de 82 a 84 por 1.000 contra 50 por 1.000 no nível mundial, e 10 por 1.000 na Espanha. Teria diminuído posteriormente, mas continua sendo muito alta em termos comparativos.

A incidência maior ocorre nas camadas mais pobres da população. Entre os 25% mais pobres da população da América Latina, um de cada três nascimentos origina-se de mãe adolescente. Nas áreas rurais, essa proporção é ainda maior: 40%.

Existe também uma alta correlação entre baixa escolaridade e propensão à maternidade adolescente. Entre as jovens urbanas de menos de seis anos de escolaridade o índice médio de um terço sobre para 40%.

Há um círculo perverso em ativo funcionamento por trás dessa outra modalidade de “beco sem saída”. As jovens pobres com escolaridade muito limitada têm mais probabilidades de ficar grávidas quando adolescentes. Entre outros espec-

tos, suas insuficiências educacionais limitam seus recursos para evitar e prevenir a gravidez. Ser uma mãe adolescente leva ao abandono dos estudos, o que reduz bastante as chances de trabalho. As mães adolescentes pobres têm de 25% a 30% menos tempo de escolaridade que as jovens pobres de mesma idade.

Por outro lado, o perfil familiar que formam é de grande fragilidade. Seus cônjuges com frequência as abandonam e também não dividem as despesas da gravidez e do parto. Os casamentos não chegam a ocorrer. Ficam como famílias incompletas e mães solteiras.

As jovens voltam, nessas condições, à família de origem afetada pela pobreza, ou se transformam em mães pobres sozinhas e chefas do lar. Saíram da pobreza e voltam a condições que tornam muito difícil superá-la. O círculo se fecha.

### A transmissão da pobreza entre as gerações

O passo mais elementar para melhorar as condições de vida de uma geração para outra está no progresso educacional. A educação não assegura a inserção no mercado de trabalho quando ele tem as características do latino-americano. Dessa forma, estima-se que em 2002, ainda entre o grupo de jovens de 15 a 29 anos de idade com mais de 13 anos de escolaridade, 19% trabalhavam em empregos de baixa produtividade. No entanto, mesmo que não seja garantido, um nível de escolaridade de pelo menos 12 anos aparece como condição imprescindível. É uma condição básica da “empregabilidade”.

Na América Latina das últimas décadas observa-se uma grande rigidez nas camadas mais pobres, que impede que os jovens possam superar as limitadas conquistas educativas dos adultos. Apenas um de cada cinco jovens de pais que não completaram a educação primária consegue terminá-la; os outros quatro, não. Reproduzem as carências dos pais. Isso vai pesar severamente no seu futuro. Calcula-se que entre 72% e 96% das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema vêm de lares em que os pais tiveram menos de nove anos de estudo.

Há, assim, de fato, uma “armadilha de ferro”. A pobreza familiar leva, como já foi visto, ao trabalho precoce, à evasão, à repetência, ao baixo rendimento escolar, que, por sua vez, significarão que os jovens acumularão um patrimônio educacional muito reduzido, não superior ao do seu entorno familiar anterior, criando de fato condições para que o mesmo ciclo continue nas famílias que serão formadas.

Apenas políticas públicas agressivas que enfrentem diretamente as desigualdades na educação podem atacar um problema com essas características. Por exemplo, aquela que o Ministério da Educação da Argentina termina de adotar ao empreender um grande programa de alfabetização que se propõe, a curto prazo, ensinar a ler e a escrever os 700.000 analfabetos que existem no país, entre os quais se incluem amplos setores de jovens, empregando recursos dinâmicos e os caminhos que possam ser os mais indicados para chegar a cada um deles, entre os quais modalidades que conciliem o processo de aprendizagem com a necessidade de trabalhar.

## **Enfrentando os mitos sobre os jovens** \_\_\_\_\_

A possibilidade de encarar quadros problemáticos como os referidos e, em geral, de abrir espaço às potencialidades dos jovens latino-americanos requer, no primeiro caso, um olhar que se aproxime dos jovens, com o intuito de compreender as suas singularidades, sem marginalizá-las, e procure identificar as causas estruturais dos problemas.

O olhar usual tem apresentado uma tendência à não-inclusão na agenda pública dos problemas básicos, a não ser quando prejudicam significativamente outras áreas de tal agenda, e esse olhar foi formado ao raciocinar sobre os jovens em termos de certos “mitos” generalizantes e sem evidências que permitam constatá-los. Eles obscurecem o caminho e impedem realmente a compreensão do que sucede aos jovens da América Latina, e esclarecê-los parece ser um caminho inevitável para dar pleno espaço a políticas e propostas renovadoras. Vejamos alguns deles.

### **Primeiro mito. Não têm preocupações**

Um mito de ampla circulação é aquele que diz que os jovens de hoje não “têm preocupações” e por isso recebem denominações como desinteressados, superficiais, frívolos. O suposto vazio de preocupações é comparado com o das gerações anteriores, e apenas fica a esperança de que talvez quando forem adultos a situação possa mudar.

O mito, como costuma suceder a construções dessa ordem, não faz grandes desagregações. Inclui os jovens de todas as condições sociais e características. Podem diferir muito, mas esse seria um traço uniforme da “juventude de hoje”, como costumam chamá-la.

Entre as referências mais usuais para justificar esse mito há a menção à pouca participação política, ao pouco interesse cultural, à avidez por vivências imediatas.

Estudos de campo sobre a juventude da América Latina demonstram que a situação real é muito mais complexa. Indicam que boa parte da sociedade da região desconfia da política, a qual perdeu a credibilidade. Os jovens estão à frente dessa incredulidade. Isso tem a ver com as mesmas causas que a sociedade apresenta, entre as quais o distanciamento entre as promessas eleitorais e as realidades, as práticas clientelistas, as denúncias de corrupção e outros fatores. É natural que os jovens sejam os primeiros a se rebelar contra essa situação.

Por outro lado, a própria problemática da juventude tem tido uma representatividade muito limitada na política, e a inclusão de líderes realmente expressivos dos jovens tende a ser restringida. Há necessidade de práticas políticas novas, inspiradoras e presididas pela ética, para voltar a atrair o interesse juvenil. Quando elas surgem, o interesse emerge.

Pesquisas mostram que setores importantes dos jovens canalizam sua participação efetiva para outras áreas. Há um aumento da associatividade religiosa e da geração de novas formas de associatividade no espaço virtual, assim como de modalidades de relacionamento de tipo informal.

Por outro lado, algumas expressões culturais, como, por exemplo, a música, têm uma excepcional capacidade de atrair os jovens. Normalmente, por meio de músicos que representam seus sentimentos, a maior parte dos casos também jovens. Também o esporte é um campo muito procurado.

A suposta falta de preocupações esconde muitas vezes uma busca por causas válidas. Quando elas estão presentes, os jovens aparecem. Isso é muito perceptível no voluntariado. Nele, o jovem tem uma meta clara, cumprir o preceito bíblico fundamental da solidariedade, é possível atingir objetivos concretos num curto lapso de tempo e com transparência. Dirigentes e participantes são movidos pelos mesmos motivos. As organizações costumam ser abertas e ter grande horizontalidade.

Quando há propostas voluntárias significativas que chegam diretamente até eles, os jovens latino-americanos têm demonstrado grande receptividade. Enca-beçaram nos últimos anos a cruzada contra a fome no Brasil, de Betinho, a qual reuniu mais de 60 milhões de pessoas; a ação da Caritas na Argentina, de 2000 a 2002, contra a pobreza, que deu proteção a 3 milhões de pessoas, tendo 150.000 voluntários; o programa “Serviço País”, no Chile, e em toda a extensão do conti-nente, onde não apenas participaram de grandes organizações de ajuda, mas tam-bém geraram silenciosamente, em muitos casos sem apoio algum, inúmeras redes e organizações de base.

### Segundo mito. Não querem esforçar-se

Segundo o mito, a juventude de hoje estaria inclinada ao “facilismo”: assim que são requeridos maiores esforços, as tarefas são recusadas. Também não são inclinados a ser empreendedores, inovar, tomar iniciativas. Preferem a vida sem exigências. Seus fracassos seriam devidos, em grande parte, a características como essas. As gerações anteriores, pelo contrário, estavam dispostas a todos os sacrifícios.

Com base em raciocínios dessa ordem, a responsabilidade pelos problemas de integração e progresso econômico da juventude recairia sobre os próprios jo-vens. Deixam de ser problemas estruturais de mau funcionamento da economia e da sociedade e passam a ser frutos das condutas disfuncionais de um grupo ou de seus componentes.

Quando é comparado com fatos, o mito parece muito frágil. Em diversos pa-íses da América Latina, as gerações anteriores se desenvolveram nos anos 1950 e 1960 em sociedades com vários problemas, mas em crescimento e com grande mobilidade social. O estudo era um caminho magnífico para o progresso pessoal. Representava também uma inserção econômica significativa. As pequenas e mé-dias empresas eram factíveis em mercados em crescimento e havia políticas esta-tais que as protegiam. As profissões liberais tinham um campo crescente perante a classe média que se ampliava. O Estado estava em expansão e o emprego público era um atrativo interessante.

Nos anos 1980 e 1990 os jovens encontraram um ambiente muito diferente. Economias que tinham a tendência a se dualizar com setores em modernização acelerada e com muitos outros em retrocesso. Processos de desindustrialização,

como o que se deu em países como a Argentina. Quebra maciça de pequenas e médias empresas, concentração financeira e econômica. Forte redução do papel e da dimensão do Estado, cujo quadro de pessoal encolheu constantemente, até significar, no ano 2000, quase a metade em termos proporcionais com o dos países desenvolvidos (Carlson & Payne, 2000). Uma grave polarização social, que gerou, entre outros impactos, uma redução de proporções nos mercados internos, fechando caminhos a diversos profissionais liberais. Uma contração da classe média e dos salários.

Em muitos países, a incipiente ou significativa mobilidade social foi substituída por uma rigidez social pronunciada e por processos de mobilidade social decadente, que deram origem a uma nova classe social: “os novos-pobres”.

As possibilidades de acumular patrimônio educacional de qualidade também se polarizaram, como já foi observado.

Nesse ambiente, atribuir sucessos e fracassos a supostos traços quase congênitos de inclinação ao esforço ou à passividade não corresponde à realidade. Causas estruturais criaram para a grande maioria dos jovens uma restrição muitíssimo severa às oportunidades. Os empregos gerados foram proporcionalmente muito poucos, e os setores beneficiados pela polarização optaram facilmente por eles por suas vantagens competitivas.

Amplos setores de jovens não tiveram oportunidade de provar se estavam dispostos a se esforçar e gerar iniciativas. A economia não abriu espaço para eles.

### Terceiro mito. São conflituosos

Nas sociedades da América Latina circula a imagem de que os jovens são desordeiros, com condutas em muitos casos censuráveis, basicamente imprevisíveis. É como se tivéssemos que “ter cuidado” com eles.

A isso é acrescentada a percepção, no caso dos jovens pobres, de que seriam “suspeitos em potencial”. Poderiam chegar a ter condutas delituosas facilmente.

Essa mensagem, basicamente de desconfiança, contamina as políticas, as atitudes e o comportamento para com os jovens em sala de aula, no mercado de trabalho, no trato das instituições públicas e em vários aspectos da vida cotidiana. Os jovens, por sua vez, pressentem esse cenário e se ressentem profundamente.

A imagem, como todos os mitos, não vai além de descrições muito generaliza-

das, não explora como estão vivendo os jovens em nossas sociedades nesse tempo histórico, e, em virtude disso, que condutas podem ser esperadas deles. Ficam os sintomas e referências normalmente casuísticas, sem aprofundamento.

O jovem latino-americano tem, como foi visto, motivos fundados para estar “tenso”. Está imerso em sociedades que não aceitam como importantes os seus problemas, e não lhe é dado lugar na agenda pública. Tem que fazer o impossível, renunciando com freqüência à sua vocação natural, a fim de adaptar-se ao mercado de trabalho. Deixar de lado preocupações e ilusões para estudar o que “vende”, o que é “vendável”, mesmo que estiver muito distante daquilo que o comove e motiva. Nem sequer essa renúncia lhe permite garantir inserção. Como foi visto, seus índices de desocupação são muito superiores aos que existem em geral.

A tudo isso se soma o olhar de desconfiança e desvalorização. Tudo isso o converte numa espécie de cidadão de categoria inferior.

Esse hábitat gera fortes tensões. É praticamente normal que não aceite se tornar um ser “totalmente ajustado” a essas condições lesivas. Que expresse rebeldia de diversos modos. Em muitos casos não aceita o plano de vida que essas condições sociais deram a ele. Busca sair dele e encontrar espaços mais amplos de liberdade.

Nas áreas onde encontra condições mais sadias, como sua família, responde, como se viu nas pesquisas, com afeto e carinho e mostra seus sentimentos íntimos, valorizando profundamente esse ambiente e comprometendo-se com ele.

O olhar de desconfiança transforma-se num de suspeita no caso dos jovens pobres. Um líder indígena jovem da Quebrada de Humauaca (região localizada na província de Jujuy, no nordeste da Argentina) exemplificava essa forma de manifestação com um crime não tipificado que ele chamou de “o crime de ser portador da sua cara”. Apenas o fato de ser indígena acarretava um tratamento preconceituoso da polícia: pedidos de documentos, interrogatórios e outras formas de discriminação.

Certamente, as taxas de criminalidade juvenil têm aumentado na América Latina. O mito generaliza, associa criminalidade a pobreza, estigmatiza os mais desfavorecidos. Além disso, também nesse caso não se investigam com profundidade os fatores que podem gerar essa situação.

Existem diversos tipos de criminalidade na América Latina. Há a criminalidade dos bandos organizados do narcotráfico, seqüestro, roubo de automóveis,

cumplicidades entre policiais e marginais. Tudo isso deve merecer a mais enérgica resposta da sociedade. A sociedade deve se defender desses grupos.

Mas há uma grande taxa de criminalidade jovem, de adolescentes e crianças, que se inicia com pequenos delitos, ligados à luta mais elementar pela sobrevivência. Tem seu campo fértil nos jovens encurralados, que estão fora da escola e do mercado de trabalho, que não têm oportunidades.

Há correlações estatísticas estreitas com três causas básicas: altas taxas de desemprego juvenil, famílias desarticuladas e baixos níveis de escolaridade. A exclusão laboral as promove. A família é básica. É provavelmente a maior unidade preventiva do delito que há numa sociedade. Se funciona, transmite por meio do exemplo diário os códigos éticos que vão ser decisivos na vida do jovem. Os estudos comparados coincidem nas conclusões em realidades muito diferentes (Estados Unidos, Uruguai), em que dois terços dos jovens delinquentes vêm de famílias desarticuladas, com apenas um dos cônjuges como chefe. Por outro lado, quando aumenta o nível de escolaridade, reduz-se a criminalidade.

O mito que apenas de antemão os jovens pobres, e não os entende, nem quer fazê-lo, reforça apenas um caminho, a “mão de ferro”. Ela conduziu em diversas realidades da América Latina a um aumento considerável dos gastos com segurança pública e privada e a uma superpopulação nas prisões, as quais, por sua vez, são, com frequência, como foi denunciado reiteradamente, não um espaço de reabilitação, mas de deterioração quase selvagem. Elas não reformam os jovens, mas os degradam muito mais.

Nem o maior investimento em segurança, nem o aumento de jovens nas prisões reduziram as taxas de delinquência. Não mexem em suas causas estruturais.

O mito atua para muitos jovens pobres como a “profecia que se auto-realiza”. Condena-os, por meio da discriminação, a exclusões severas, torna-os vulneráveis ao delito, depois aplica a eles políticas de repressão extrema, até torná-los, já degradados e quase sem saída possível, presa fácil para os bandos.

## **Buscando soluções**

---

Foram reconstruídos aspectos centrais do contexto em que vive a juventude latino-americana atualmente. O que pode ser feito em relação a isso? Muitíssimo, se

forem superados os mitos, se houver uma investigação aprofundada das causas reais dos problemas e se elas forem atacadas. Os jovens da América Latina não são nem isentos de preocupações, nem carentes de interesse em trabalhar, nem violentos. Têm um potencial imenso, que sobressai quando são criadas condições propícias. O essencial é gerá-las.

A primeira questão que se abre é a de que as políticas públicas e a sociedade devem incluir a juventude como tema fundamental da grande agenda nacional. Isso não está ocorrendo. Analisando os resultados dos estudos sobre as políticas para a juventude aplicadas na região andina, na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, Bernaldes (1999) assinala que elas demonstram “o atraso com que o Estado incluiu o tema da juventude em sua estrutura institucional e de adoção de políticas, a orientação vertical e paternalista que sobressai na maior parte delas, o conteúdo elitista e seletivo que persiste em algumas das políticas”.

Incorporar o tema da juventude num lugar central será útil para os jovens, mas também fundamental para construir um modelo de desenvolvimento sustentável e equilibrado na América Latina. Existe um consenso crescente segundo o qual esse modelo deve ter como objetivos básicos o enfrentamento da pobreza e a redução das desigualdades, que constituem uma de suas causas principais.

A luta pela igualdade não é abstrata. Deve ser mantida em questões concretas. Os jovens são, como se viu neste trabalho, quase o epicentro das grandes desigualdades características da região.

São, assim, aqueles que, tendo enorme potencial para as novas tecnologias e formas organizacionais, sofrem com taxas maiores de desocupação, aqueles que, tendo todas as motivações para estudar, não conseguem completar o ensino médio por causa das restrições do contexto; aqueles que, desejosos de vida e projetos, apresentam índices de mortalidade desproporcionais por causa da violência. Seus índices de Gini de acesso a mercados de trabalho, à terra, à educação de qualidade são dos mais baixos da sociedade.

Melhorar as oportunidades para eles é uma forma muito prática de impactar um ponto nevrálgico da desigualdade latino-americana.

Isso não será conseguido com ações espetaculares, que em nada mudam as condições objetivas estruturais. Os informes sobre a juventude da região andina prevêm muito bem (Bernaldes, 1999): “Deve acabar a etapa de resultados imedia-

tistas e impressionáveis, onde o que interessa é a execução de um programa pelo programa e não a possibilidade de transformação do próprio sujeito”.

É necessário criar um grande pacto nacional em torno da juventude. Uma combinação de esforços entre as políticas públicas, que devem ter um papel central como representantes da sociedade, da empresa privada, das igrejas, das universidades, das organizações básicas da sociedade civil e de todos os agentes sociais.

Entre outros aspectos estratégicos, será necessário fortalecer, mediante políticas sistemáticas de proteção ao seu desenvolvimento, a instituição familiar, ambiente básico de formação dos jovens, refúgio, como foi visto em confidências, lugar de alguns de seus afetos mais queridos.

Por outro lado, é preciso reduzir substancialmente a evasão e a repetência escolar e estender consideravelmente a escolaridade jovem. As graves brechas de desigualdade devem ser enfrentadas e deve-se ampliar uma educação de boa qualidade. Para isso são necessários instrumentos que estejam de acordo com as realidades, estabelecer um sistema escolar formal, aberto a diferentes idades e situações. É significativo o sucesso que começam a ter modalidades como as escolas de reingresso para jovens desertores, clubes de jovens e escolas abertas.

Esta última experiência, patrocinada pela Unesco no Brasil, realizada primeiramente em São Paulo e depois em outras cidades pelas instâncias educacionais correspondentes, que se encontra agora em processo de generalização para todo o país por seus excelentes resultados, mostra muito bem as grandes possibilidades.

O programa da escola aberta abre a escola das regiões mais carentes nos fins de semana para as crianças, jovens e suas famílias, e lhes oferece atividades culturais de toda ordem, esportivas, aprendizagem de profissões. Rompendo com todas as suposições de falta de preocupações, milhões de jovens aderiram a esse programa, as taxas de evasão foram reduzidas, diminuiu a violência na escola, e, entre outros resultados, os jovens tiveram um novo carinho pela escola. Mostraram mais uma vez que, quando há propostas sérias, transparentes e de acordo com suas reais necessidades, eles respondem.

É preciso trabalhar na área da saúde com um enfoque específico para os jovens, atacando frontalmente sua agenda de saúde, que, como foi visto, tem suas próprias especificidades.

O campo do trabalho é crucial. É fundamental assegurar ao jovem a oportunidade de um primeiro emprego. Reduzir rapidamente esse índice, de tantas

conseqüências, de jovens que não trabalham nem estudam. São necessárias idéias imaginativas em que a política pública catalise energias de toda a sociedade. Mostrando a amplíssima gama de possibilidades, um informe especializado (Celade-Cepal, 2000) sugere, entre outras: sistemas mais efetivos de formação profissional, programas específicos de capacitação laboral para jovens vindos de lares pobres, serviços de emprego, iniciativas locais de emprego.

O voluntariado pode ser um canal muito importante para convocar e mobilizar a juventude da América Latina. Não deve ser visto como uma atividade marginal, mas como um campo aberto que desenvolva sistematicamente, por meio de políticas públicas ativas, alianças sociais amplas e uma valorização contínua do papel que pode desempenhar na sociedade. Programas como “Faça Parte”, no Brasil, que promove sua prática sistemática nas escolas, e o “Serviço País”, no Chile, que é realizado com os jovens formados nas universidades, mostram caminhos nessa direção.

O voluntariado é ao mesmo tempo uma alternativa indiscutível para canalizar potencialidades juvenis, um contexto construtivo de vinculação social e uma escola de líderes. Estudos internacionais concluem que cidadãos que, quando adultos, são ativos e integrados a todo tipo de atividades participaram normalmente quando adolescentes e jovens de organizações voluntárias (Younis, McLellan & Yates, 1997).

O desenvolvimento de líderes nas organizações voluntárias aparece como um campo estratégico-chave, como mostram os promissores resultados obtidos pelo Programa Regional de Liderança e Desenvolvimento Social da Fundação Kellogg. Essa experiência pioneira, enfocada em líderes jovens de organizações voluntárias de base, com ampla inclusão dos setores indígenas, trabalhadores, mulheres, afro-americanos e outros, encontrou um patrimônio social formidável. Apostar nesses líderes por meio de metodologias participativas, como faz esse inovador programa, é um rumo de trabalho fundamental para o futuro.

Esses e muitos outros cursos de ação necessários são viáveis. Assim demonstram os progressos nas sociedades que começaram a implementá-los. Desde já devem se empenhar em esforços gerais mais amplos de reforma estrutural. A América Latina, um continente tão pleno de possibilidades econômicas e envolvido em um processo tão positivo de democratização, não pode ter os níveis de pobreza e desigualdade que a caracterizam. A América Latina atual desperdiça o potencial

produtivo de quase metade de sua população e dos seus jovens por meio da exclusão social.

A cidadania reivindica de forma cada vez mais ativa reformas profundas que democratizem a economia, que abram oportunidades produtivas para todos e conduzam a uma inclusão social universal.

Um proeminente filósofo contemporâneo, Charles Taylor (1995), argumenta em seu difundido livro sobre a “ética da autenticidade” que no mundo contemporâneo é observada uma desilusão quanto à vida em vastos setores jovens. Em sua opinião, isso está relacionado a vários fatores. Um deles é a perda do “sentido heróico da vida”, de fazer coisas em conjunto por metas de interesse coletivo; outro, que deixou de ser discutido os últimos fins da existência, os objetivos éticos que dão sentido a ela. Tudo se concentra numa discussão sobre tecnologias e consumos por meio da mídia, e a mídia tem tido a tendência de se tornar um fim em si mesma, deslocando estes últimos fins. Isso gera confusão e desalento nos jovens. Em terceiro lugar, há tendências muito fortes em direção à fragmentação e ao isolamento.

Todos esses males culturais se encontram presentes na América Latina, e a juventude é, efetivamente, particularmente sensível a eles. Se a sua singularidade é aceita, se compreendermos que o que querem é justamente causas em que se recupere esse sentido heróico, fins éticos claros, modelos de referência pessoais que signifiquem condutas éticas, recomposição da sociabilidade, e se lhes são facilitadas condições familiares, educacionais, de saúde, de trabalho, que reconstruam seu contexto de oportunidades, podem-se esperar resultados assombrosos.

A juventude da América Latina está sedenta de ideais e ainda não disse ao continente o que tem para dizer.

## Referências bibliográficas

---

- ABDALA, Ernesto. *Jóvenes, educación y empleo en América Latina*. Uruguai: Cinterfor, OIT, 2002.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Relatório sobre o progresso econômico e social, 1998.
- BANCO MUNDIAL. *Desigualdad en América Latina: ¿ruptura con la historia?* Washington: 2004.
- BERNALES BALLESTEROS, Enrique. *Políticas de juventud en América Latina: evaluación y diseño. Análisis de casos nacionales en países de la región andina*. Lima: 1999.
- CARLSON, Ingrid & PAYNE, J. Mark. Estudo comparativo de estatísticas de emprego público em 26 países da América Latina e do Caribe. Diálogo Regional de Políticas. Washington: BID, 2002.

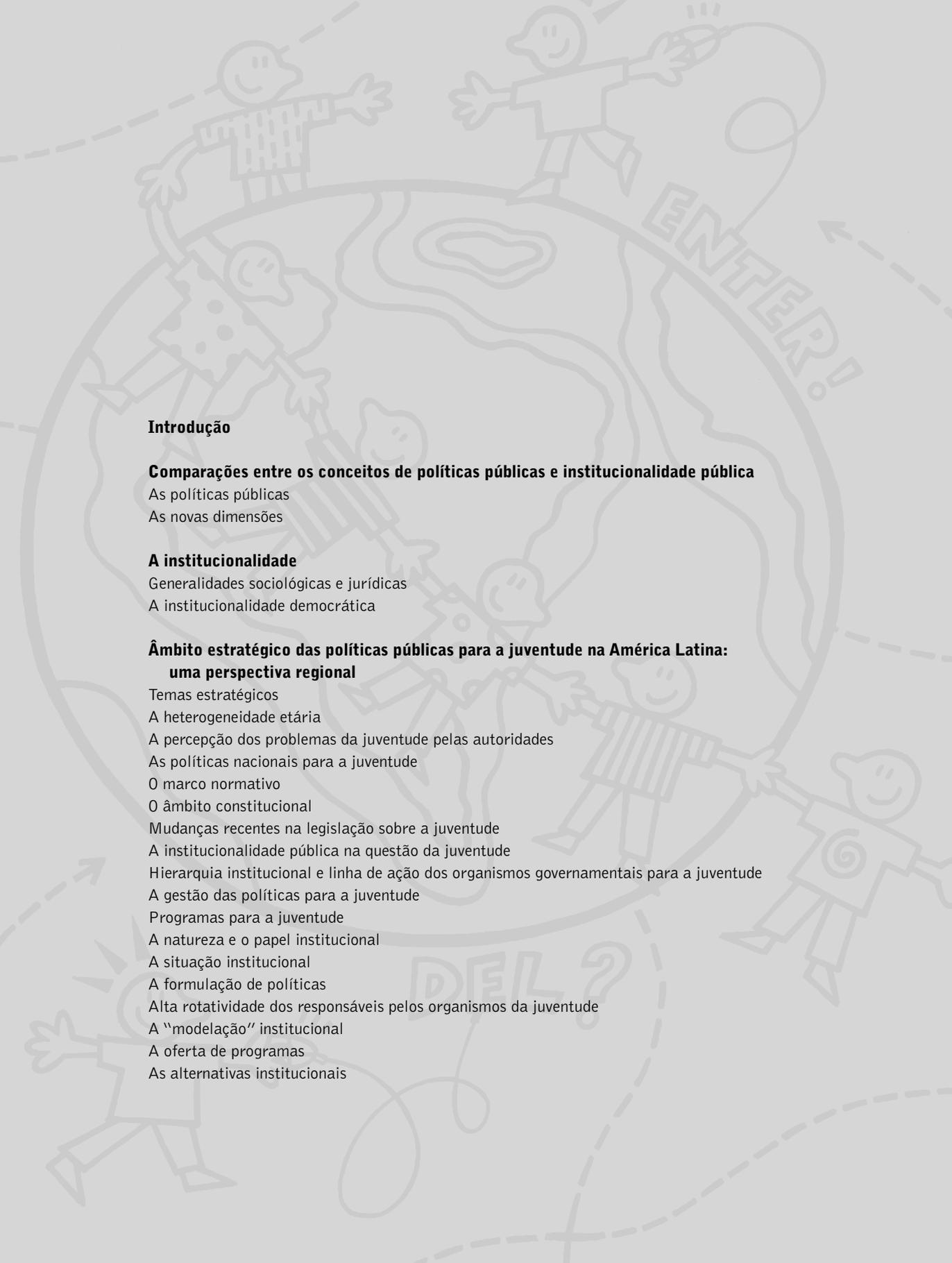
- CASTILLO, Edith. Situação atual dos jovens no Panamá. Conselho Nacional da Juventude do Panamá. Panamá: 2004.
- CELADE-CEPAL. *Juventud, población y desarrollo: problemas, posibilidades, y desafíos*. Santiago: 2000.
- CENTRO DE IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQUIDADE E O CRESCIMENTO (CIPPEC). Estudo sobre educação nas províncias argentinas. Buenos Aires: 2004.
- CEPAL, Organización Iberoamericana de Juventud. A juventude em Iberoamérica: tendencias e urgencias. Santiago: 2004.
- CHILLAN REYES, Jury. Secretário-geral da Organización Iberoamericana de Juventud. Apresentação da XII Conferência Iberoamericana de Ministros da Juventude. México: 2004.
- CLARÍN. Piqueteros realizan una bicicletada por los jóvenes. 28 de dezembro de 2004.
- FILGUEIRA, Carlos. *América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes*. Santiago: Celda-Cepal, 2004.
- KAZTMAN, Ruben. *Marginalidad e integración social en Uruguay*. *Revista da Cepal*, nº 62. Santiago: 1997.
- LA NACIÓN. *Hay chicos que tienen que pelear su lugar*. Buenos Aires: dezembro de 2004.
- PEPE, Osvaldo. Sucedió este año. *Clarín*, 28 de dezembro de 2004.
- PNUD (2004). Índice de desenvolvimento municipal no México. México.
- SEN, Amartya. *Poverty and famines*. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- TAUSK, Juan. Pesquisa sobre efeitos psicológicos do desemprego. Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Psicologia, 2002.
- TOKMAN, Victor E. *Jóvenes, formación y empleabilidad*. VIII Conferência Iberoamericana de Ministros da Juventude. Buenos Aires, 31 de julho a 3 de agosto de 1990.
- UNICEF. Igualdade com dignidade: para novas formas de atuação com as crianças indígenas na América Latina, 2004.
- UNICEF. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Relatório sobre visitas de observação a Guatemala, El Salvador e Honduras, 2004.
- VEGA, Jeanette et al. Desafío a la falta de equidad en salud. Washington: OPS, Fundação Rockefeller, 2003.
- YOUNISS, James Jeffrey et al. What we know about engendering civic identity. *American Behavioral Scientist*, março-abril de 1997.



Morfologia e cenários das políticas  
públicas para a juventude: uma  
leitura com base no perfil regional  
e na expectativa latino-americana



YURI CHILLÁN



**Introdução**

**Comparações entre os conceitos de políticas públicas e institucionalidade pública**

As políticas públicas

As novas dimensões

**A institucionalidade**

Generalidades sociológicas e jurídicas

A institucionalidade democrática

**Âmbito estratégico das políticas públicas para a juventude na América Latina:  
uma perspectiva regional**

Temas estratégicos

A heterogeneidade etária

A percepção dos problemas da juventude pelas autoridades

As políticas nacionais para a juventude

O marco normativo

O âmbito constitucional

Mudanças recentes na legislação sobre a juventude

A institucionalidade pública na questão da juventude

Hierarquia institucional e linha de ação dos organismos governamentais para a juventude

A gestão das políticas para a juventude

Programas para a juventude

A natureza e o papel institucional

A situação institucional

A formulação de políticas

Alta rotatividade dos responsáveis pelos organismos da juventude

A "modelação" institucional

A oferta de programas

As alternativas institucionais

## Introdução

---

Durante a década de 1980, a América Latina experimentou uma crise econômica aguda, que obrigou os governos a tomar duas direções: implementação de programas de ajuste econômico e redução dos aparelhos estatais.

As mudanças tecnológicas, políticas e sociais delinearão o desafio da modernização do Estado, principalmente em três áreas: institucionalidade, modernização da gestão pública e relação do Estado com o setor privado e com a sociedade civil<sup>1</sup>.

As reformas perpetradas para responder à complexidade do contexto afetaram importantes segmentos da população, entre os quais os contingentes jovens, que começavam a se formar, especialmente nos núcleos urbanos – grupos com orientações precisas quanto a modelos de associação e autogestão, ainda em contextos fortemente repressivos, diversificando os canais de pressão que já tinham sido conquistados por movimentos universitários em alguns países latino-americanos, principalmente os do Cone Sul.

Também durante a mesma década a juventude começou a consolidar-se como um assunto relevante na agenda internacional, incorporando-se progressivamente

1. Luciano Tomassini, *La reforma del Estado y las políticas públicas*. Centro de Análisis de Políticas Públicas. Universidad de Chile, 1994. Para Tomassini a reforma do Estado teve como propósito essencial fortalecer a governabilidade para a regulamentação do importante peso crescente da sociedade civil, assim como para a mitigação dos impactos que o processo de globalização tem na sociedade e na economia.

às agendas nacionais. Os organismos internacionais, as agências de cooperação e múltiplos setores começaram a apontar o papel de destaque reservado à população juvenil, dimensionando-a como uma alternativa real para o desenvolvimento. Desse modo, na América Latina identificou-se um conjunto de áreas específicas para potencializar o desenvolvimento da juventude, levando os Estados a abordar temas relacionados ao acesso e à qualidade dos sistemas educacionais, à inserção nos mercados de trabalho, aos sistemas integrais de saúde e aos canais de participação social e política. Com tal finalidade, alguns governos iniciaram a criação de instituições especializadas em assuntos da juventude.

No entanto, a heterogeneidade política, social e econômica dos Estados latino-americanos influenciou nos avanços institucionais e na programação de política, afetados especialmente pela disponibilidade de recursos técnicos e econômicos. Ainda que os esforços sejam cada vez maiores, é evidente que os problemas relacionados aos assuntos que interessam à juventude superaram em alguns casos a institucionalidade pública que funciona nessa órbita, configurando um amplo espaço de desafios para os agentes governamentais.

Os cenários em que ocorre o desenvolvimento da juventude são complexos, múltiplos e diversificados. Por essa razão, este documento não pretende chegar a conclusões definitivas, mas oferecer uma interpretação geral dos principais desafios que o futuro imediato delinea para o exercício da cidadania integral da juventude latino-americana.

## **Comparações entre os conceitos de políticas públicas e institucionalidade pública**

---

### As políticas públicas

O conceito de política pública surge nos Estados Unidos durante os anos 1950 e é introduzido na ciência política norte-americana por Harold D. Lasswell em sua obra *The policy orientation*<sup>2</sup>. No entanto, apenas nos anos 1970 o conceito começou a adquirir a importância que tem hoje.

2. Jaime Durá Ferri. *Políticas públicas*. Universidad Complutense de Madrid.

Para Luis F. Aguilar<sup>3</sup>, as duas razões principais que justificam o surgimento das políticas públicas como conceito na América do Norte foram a ausência de importância instrumental da ciência política convencional e a inexistência de uma análise sistemática dos procedimentos de governo na ciência política e na administração. Nesse sentido, Thomas R. Dye afirma que “os cientistas políticos interessaram-se pelas instituições e estruturas do governo, pelos processos e comportamentos políticos, mais do que pelo próprio conteúdo da política. A ciência política tradicional enfocou principalmente a atenção à estrutura institucional e à justificação filosófica do governo. Dedicou-se então a estudar as bases psicológicas e sociológicas da conduta dos indivíduos e grupos, os fatores determinantes do voto e os atos políticos, a descrição e a explicação dos processos e comportamentos nas arenas legislativas, executivas e judiciárias”<sup>4</sup>.

As políticas públicas também são uma consequência direta dos novos contextos e cenários da política e da sociologia, originários das condições próprias do pós-guerra, da aceleração e diversificação das atividades governamentais por meio de novos modelos de intervenção nos ciclos da economia produtiva, assim como pelo projeto de sistemas de proteção social, provocando a progressividade das demandas sociais e a melhoria dos meios de distribuição dos bens públicos no âmbito do chamado Estado Social, implementando novas metodologias para a satisfação dos agentes sociais por meio de uma política econômica coordenada pelos governos<sup>5</sup>.

### As novas dimensões<sup>6</sup>

As complexidades associadas ao sistema descrito pelas políticas públicas promoveram a emergência de novos critérios para a adoção de procedimentos e para a consecução dos propósitos políticos. Por isso é relevante mencionar alguns deles, especialmente se levarmos em conta seu elevado nível de pertinência à aceção que fazemos ao aludir às políticas para a juventude.

3. Luis F. Aguilar, “El estudio de las políticas públicas”. México, março de 2000.

4. *Ibid.*, p. 2

5. Jaime Durá Ferri, *op. cit.*

6. Foram tomados como insumos para a elaboração desta seção os conceitos introduzidos pelo diretor da fase de avaliação do Pradjal (1995-2000), Mauricio Rodríguez Vásquez, consultor da Organización Iberoamericana de Juventud.

A concepção social das políticas públicas teve um peso progressivo nas etapas de programação. Desse modo, os núcleos societários incluíram seus papéis de participação, transformando a percepção que se tinha, nos modelos clássicos, do que se denominava comumente “população objeto” até a ascensão do termo “população sujeito”, eliminando sua passividade, dinamizando a pertinência das políticas e aproximando a lógica discursiva da realidade cidadã.

Nesse contexto, a oferta de programas atende à realização prática dos direitos sociais, culturais e econômicos da juventude mediante modelos de gestão abertos à participação dos próprios núcleos sociais e seu entorno.

A ascensão dos marcos normativos também experimentou transformações que mudaram o conceito das políticas, considerando-os cada vez mais como veículos e canais efetivos para o enquadramento das decisões públicas, eliminando o caráter redutível e equívoco associado à “obstaculização legislativa”.

Os dispositivos organizacionais e de operação em rede, incorporando modelos de não-concentração e descentralização de competências, contribuíram para gerar uma boa margem de celeridade nos sistemas de políticas públicas, melhorando as condutas e a interação dos organismos estatais.

Por outro lado, os canais de comunicação pública e os dispositivos de informação pertinentes ao funcionamento da própria política pública permitem a confluência de novos componentes relacionados à transparência no manejo dos recursos mediante o escrutínio cidadão, aprofundando os comportamentos íntegros entre os funcionários do Estado nos níveis administrativos e técnicos.

Um tema de especial importância é a consideração da relação que deve existir entre as políticas setoriais globais e as temáticas sociais específicas, já que é imprescindível introjetar no sistema de políticas públicas graus crescentes de coerência interna, pois seus efeitos estão na sinergia que pode provocar uma gestão setorial sincrônica e coordenada com os setores que façam parte do sistema. Nesse mesmo rumo encaminham-se os esforços para o desenvolvimento de modelos efetivos de gestão intersetorial, mediante a inserção de núcleos do sistema de políticas públicas de ordem interinstitucional, orientados para a obtenção de produtos e resultados para além de tarefas e procedimentos.

## A institucionalidade

---

### Generalidades sociológicas e jurídicas

O conceito de instituição faz referência a uma pluralidade de pessoas que pressupõe um grupo social cujos integrantes assumem a dimensão de membros, seu conjunto constitui a ponte entre os indivíduos e a coletividade, cujo surgimento responde à necessidade de que o homem enfrente os problemas sociais não como um indivíduo atomizado, mas como um ser humano agrupado<sup>7</sup>.

Assim, a instituição é um grupo social que não subjuga o conceito de pessoa, mas, pelo contrário, configura seu veículo de expressão, de perdurabilidade e de desenvolvimento<sup>8</sup>.

Por essa perspectiva, a instituição tem múltiplas facetas. Pelo ângulo antropológico, apresenta-se como um conjunto coerente de usos, de costumes ou de práticas que definem o comportamento de um grupo; portanto, contempla-se, segundo Émile Durkheim<sup>9</sup>, a maneira de ser de um grupo social que se impõe ao indivíduo, condicionando positiva ou negativamente seu comportamento.

Para Tommaseo e Bellini<sup>10</sup>, a institucionalidade significa o ordenamento de pessoas, de coisas e de fatos, regulado por normas estabelecidas, segundo as quais cooperam os homens vinculados a ela.

Em espaços jurídicos, a institucionalidade implica um conjunto de normas que regulam uma pluralidade de fatos definidos pelas próprias normas. Por conseguinte, ocorre não apenas a cristalização sociológica do conglomerado humano com uma maneira própria de ser e de atuar, mas também se produz um revestimento jurídico do ente social por meio da estruturação de uma organização de direito que se manifesta nas relações com o entorno – público ou privado – como um centro unitário que constitui a obrigação social.

Essa leitura em torno do tema da institucionalidade leva-nos a concebê-la como um núcleo de vontades que tem sua expressão jurídica apoiada na base de ser capaz de se tornar, conforme o caso, fonte de direitos. Assim, Rodríguez-Arias

7. Lino Rodríguez-Arias Bustamante, *Teoría de la institución*.

8. *Ibid.*

9. Citado por Rodríguez-Arias, op. cit.

10. Citado por Rodríguez-Arias, op. cit.

define a institucionalidade como “o corpo social, com personalidade jurídica ou não, integrado por uma pluralidade de indivíduos, cujo fim responde às exigências da comunidade e do qual resultam para seus membros situações jurídicas objetivas, que os investem de deveres e direitos estatutários”<sup>11</sup>.

## A institucionalidade democrática

As instituições democráticas são construídas em períodos de transição para a democracia, e, nas democracias consolidadas, com a finalidade de aprofundar (reconhecer, proteger, garantir) direitos humanos e estabelecer mecanismos para que os governantes prestem contas e atuem com responsabilidade, os poderes se mantenham em equilíbrio etc. A institucionalidade democrática visa desenvolver, superar ou conseguir a realização da democracia, isto é, a concorrência entre os partidos em igualdade de oportunidades, as eleições como método e integração dos poderes, os direitos humanos para justificar e caracterizar o Estado de direito.

As instituições não são um simples reflexo da economia ou da sociedade, pois impera uma relação de influência e interdependência entre o estrutural e o superestrutural, em que as instituições moldam as preferências dos indivíduos e os interesses das organizações e, por sua vez, os indivíduos e as organizações transformam as relações institucionais. A troca de regime político supõe uma nova organização do poder. A rede institucional é um todo integrado, cujas partes inter-relacionam-se entre si.

Do projeto adequado e das possibilidades que a institucionalidade oferece para a estabilidade, funcionalidade, eficácia e justiça do sistema político depende o sucesso dos processos de implementação de políticas públicas e sua posterior consolidação.

Planejar mudanças profundas na rede institucional exige não apenas uma avaliação teórica de caráter acadêmico sobre a conveniência de umas instituições em relação a outras em termos de legitimidade democrática e governabilidade política. Necessitamos saber previamente se são cumpridos alguns dados da realidade, como os seguintes: se os agentes políticos e sociais estão conscientes da necessi-

11. *Ibid.*

A INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA VISA  
DESENVOLVER A REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA, ISTO É,  
A CONCORRÊNCIA ENTRE OS PARTIDOS EM IGUALDADE  
DE OPORTUNIDADES, AS ELEIÇÕES COMO MÉTODO DE  
INTEGRAÇÃO DOS PODERES, OS DIREITOS HUMANOS PARA  
JUSTIFICAR E CARACTERIZAR O ESTADO DE DIREITO.

dade da mudança e da importância das instituições para consegui-lo e se há suficiente consenso político-social para transformar as instituições.

As variáveis anteriores formam parte das características e dos cenários da negociação política. Se as negociações conduzem a políticas oportunas, será possível alcançar níveis elevados de legitimidade. Se, pelo contrário, as negociações, no âmbito institucional, sucedem em cenários contínuos de abertura e recuo, e não existem acordos mínimos sobre as futuras regras do jogo político, as possibilidades de estabilidade política serão escassas.

O conceito mais aceito da modernização da institucionalidade refere-se basicamente a dois elementos: uma abertura decidida proveniente de cima e, posteriormente, um consenso entre a elite política, econômica e social e as bases societárias em pontos críticos (juventude, emprego, saúde etc.).

A correlação de forças entre os partidos políticos também é um fator de mudança institucional. Nos últimos anos, observamos essa tendência, na qual há uma competência político-eleitoral mais equilibrada, surgem condições favoráveis para modificar regras e instituições nos âmbitos constitucional, eleitoral e legislativo, com o propósito de representar adequadamente as forças políticas e facilitar o funcionamento dos mecanismos constitucionais de equilíbrio e cooperação entre poderes e níveis de governo. Em outras palavras, a concorrência eleitoral real incentiva as mudanças institucionais que os agentes políticos consideravam necessárias para a realização democrática e para a governabilidade das instituições.

Quanto à importância da concorrência eleitoral e o maior pluralismo político, grande parte da responsabilidade para impulsionar as mudanças reside na pertinência e na efetividade das políticas. Elas controlam amplos recursos de poder

e, com seus elementos, podem ajudar a atualizar as mudanças, a atrasá-las ou a anulá-las. Em qualquer esquema de criação institucional para a democracia os administradores do Estado têm o direito de defender seu interesse político, devem ser capazes de perceber, para obter sua conveniência política, as mudanças institucionais que são requeridas perante a nova correlação de forças para tornar as instituições governáveis democraticamente. Se não são capazes de perceber isso ou se atrasam intencionalmente a modificação institucional para evitar o consenso, serão responsáveis pelos eventuais cenários de ruptura. Por isso, seu compromisso é maior de qualquer ponto de vista e começa pela conservação da estabilidade política.

### **Âmbito estratégico das políticas públicas para a juventude na América Latina: uma perspectiva regional** \_\_\_\_\_

Antes de abordar os aspectos essenciais deste capítulo, tais como os temas estratégicos em matéria de políticas públicas para a juventude e os desafios prioritários, seria conveniente tentar definir o conceito “política pública para a juventude”, assim como saber, primeiramente, a quem essas políticas são dirigidas.

Uma política pública é (ou deveria ser): um sistema que integra (ou deveria integrar) organicamente um discurso ou representação social do sujeito (em que se define a cobertura social e geográfica, os problemas e necessidades, assim como as demandas sociais que o Estado assume), ao qual se dirige de maneira preferencial; um sistema de informação que permite otimizar a qualidade e a transparência das ações e procedimentos; um fluxo de recursos que permite financiá-la; um marco normativo que a regula e faculta; um sistema de comunicação e informação pública; um conjunto de ofertas programáticas ou ações de benefício ou transferência; e uma institucionalidade ou suporte organizacional por meio do qual são realizadas as ações.

Assim, uma política pública para a “juventude” é o sistema público que aborda as preocupações sociais relativas aos jovens de um país ou uma região.

Por outro lado, em sua concepção mais geral, o termo “juventude” refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição adulta e durante o qual ocorrem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais

e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero<sup>12</sup>.

Encontrar uma definição exata para o termo “juventude” talvez seja uma pretensão muito difícil de alcançar, e há o risco de ver frustrada a tentativa. Não existem definições de “jovem” nem de “juventude” que abarquem todas as arestas que por sua própria natureza esses vocábulos contêm.

Para o pensador francês Alain Touraine (1996), “a juventude não é uma categoria social, mas uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que a sociedade tem de si mesma”<sup>13</sup>.

O dicionário etimológico da língua espanhola diz que jovem “é aquele que tem pouca idade”. Não há dúvida de que uma acepção desse tipo não contribui para definir o amplo universo juvenil; apesar disso, assinala-nos um primeiro caminho: o etário.

Assim, diversos organismos nacionais e internacionais trataram de uniformizar a definição, calculando aproximadamente a idade exata em que “se é jovem”. Nos últimos anos, tem sido utilizado o parâmetro proposto pelas agências inscritas no Sistema das Nações Unidas, que a Organización Iberoamericana de Juventud (OIJ) compilou no artigo 1º do documento-base Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude, referindo “com as expressões ‘jovem’, ‘jovens’ e ‘juventude’ a todas as pessoas... compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade”<sup>14</sup>.

Independentemente dessa definição etária, encontramos outras que podem aproximar-nos do termo.

Acero (1996)<sup>15</sup> afirma que a juventude “demarca dois fenômenos básicos: um, estritamente fisiológico de desenvolvimento e maturação física, e outro, psicológico e social, de maturação emotiva e de adoção das responsabilidades e dos direitos

12. Ernesto Rodríguez, *Políticas públicas de juventud en América Latina: de la construcción de espacios específicos al desarrollo de una perspectiva generacional*. Mimeografia. Documento de trabalho apresentado na oficina “Las políticas públicas de juventud... su formulación e implementación”. Bogotá, abril de 2001.

13. Alain Touraine, “Juventud y democracia en Chile”. *Revista Iberoamericana de Juventud*, nº 1, 1996. Editada pela Organización Iberoamericana de Juventud (OIJ), Madri.

14. O documento-base Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude foi adotado na x Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, realizada em julho de 2000 na Cidade do Panamá. Trata-se de um texto de partida para futuras negociações entre os representantes dos Estados ibero-americanos interessados.

15. L. Acero, *Juventud y vulnerabilidad*. Mimeografia. Documento preparado para a Secretaria de Desenvolvimento Social da Argentina, Buenos Aires, 1996.

dos adultos”. Com base nessa afirmação, o conjunto dos jovens não se relacionaria de maneira tão direta com o componente etário, mas estaria mais próximo ao processo de mudança pelo qual as pessoas passam da infância, condicionada por numerosas dependências psicológicas e fisiológicas, para a idade adulta, em que se supõe que atinjam a independência e o *status* social de cidadania<sup>16</sup>.

Por outro lado, é importante apontar as diversas variáveis que permitem diferenciar os jovens no seu próprio universo; por exemplo, atendendo a sua condição socioeconômica, a razões de gênero, a sua integração a culturas e hábitat (urbano ou rural), a sua etnia, a sua aptidão psíquica e física, à religião que professam, e assim sucessivamente, particularizando situações entre os mesmos jovens.

Para o caso das políticas públicas dirigidas aos jovens, a análise morfológica pode ser de grande valor, sobretudo porque essa situação permite-nos descobrir desigualdades de acesso a direitos e oportunidades.

Finalmente, outra conceitualização e classificação referente aos jovens tem muito que ver com as imagens que eles projetam em relação ao resto da sociedade.

Alain Touraine (1996), ao analisar a problemática juvenil no Chile, revela a existência de uma dupla imagem social da juventude: por um lado, os jovens são vistos como sujeitos dinamizadores e criativos e como o centro do processo de modernização, mas, às vezes, eles são estigmatizados como elementos marginais e até perigosos. A juventude é, às vezes, “futuro” e, outras, “ameaça”.

Ainda que essa variável seja a mais utilizada para o projeto de políticas públicas para a juventude, o conjunto dos fatores descritos anteriormente costuma condicionar substancialmente seu desenvolvimento.

É muito importante conhecer a quem são dirigidas as políticas públicas, e não deixar de lado a perspectiva de conjunto. Conhecendo a quem são destinadas essas ações, planos, programas e políticas, é possível impedir que elas beneficiem unicamente os jovens das classes médias e altas, aqueles que no geral costumam ser os mais capacitados para aproveitar seus benefícios, deixando de lado os jovens das classes desfavorecidas, que enfrentam mais dificuldades e carências.

16. Félix Bombarolo, *Derechos y políticas sociales dirigidas a la población joven en América Latina y el Caribe*. Mimeo. Documento preparado para a Organización Iberoamericana de Juventud, 2001.

## Temas estratégicos

A preocupação em projetar e aplicar políticas públicas para a juventude exigiu maior dinamismo a partir de 1985, ano declarado pelas Nações Unidas como o “Ano Internacional da Juventude”. A partir dessa data, foi enfatizada a criação de planos, programas e políticas que objetivavam melhorar as condições de vida e as oportunidades para os jovens, especialmente daqueles mais preteridos, das áreas urbanas e rurais.

Desde 1985 até hoje, a situação socioeconômica dos jovens latino-americanos evoluiu de acordo com as tendências seguidas pelas respectivas sociedades nacionais. Alguns melhoraram sua situação, outros se mantiveram estáveis, enquanto outros ainda melhoraram seu *status*.

Paralelamente a isso, constata-se o surgimento de importantes propostas de planos, programas e políticas públicas especificamente dirigidas aos jovens mais carentes de recursos, bem como várias medidas legislativas em seu favor e a criação de instituições competentes nesse assunto, como será visto adiante.

Do mesmo modo, é possível inferir que, como eixos estratégicos para a formulação de políticas públicas para a juventude, foram levadas em conta as seguintes variáveis: educação, saúde, emprego e integração e participação social.

A seguir, faremos uma breve descrição de cada uma dessas variáveis e dos seus desafios prioritários.

### Educação

Há um consenso em indicar a escola, a família e os grupos de parceiros como os principais espaços onde se desenvolve a vida social dos jovens, cria-se sua identidade, são construídos seus valores e se realiza o principal processo de aprendizagem de suas capacidades<sup>17</sup>.

A educação é o mais importante instrumento com que uma sociedade conta para elevar seu capital em recursos humanos e promover o bem-estar e a integração dos seus jovens<sup>18</sup>.

17. Félix Bombarolo, *op. cit.*

18. Celade, *Juventud, población y desarrollo: problemas, oportunidades y desafíos*. Série Población y desarrollo, nº 6, Santiago, 2000.

Desde as análises de Althusser sobre a escola como aparelho de reprodução ideológica, passando pelos mais modernos estudos de Bourdieu e Maturana, sobre o papel da educação como geradora de poder simbólico e de atitudes em relação aos outros, até as propostas contemporâneas do Banco Mundial, baseadas na importância da educação como geradora de capital humano, a questão foi inserida no centro dos debates sobre o desenvolvimento no mundo inteiro<sup>19</sup>.

A seguir serão expostos alguns dos principais desafios acerca de educação que afetam os jovens de hoje.

#### O DESAFIO DO ACESSO

Apesar da crescente cobertura do sistema escolar, existe um número expressivo de jovens de ambos os sexos que não conseguem ascender a níveis de escolaridade suficientes para poder desenvolver-se com sucesso na sociedade. Outros abandonam cedo a educação formal<sup>20</sup>.

Na América Latina foram efetuados importantes avanços nesse tema, tratando de generalizar o acesso, pelo menos, ao ensino básico. O certo é que nesses assuntos há muitas diferenças e também pode haver maior ou menor relevância de acordo com os próprios países.

Em alguns Estados que possuem uma significativa cobertura educacional verifica-se que a procura por esses serviços por certos segmentos sociais é diminuta, especialmente entre os jovens das áreas rurais e indígenas.

#### O DESAFIO DA QUALIDADE

Outro desafio diz respeito à qualidade do ensino. Em quase toda a América Latina, os órgãos públicos encarregados desse serviço não cumprem seus encargos. Os adolescentes e jovens que têm o privilégio de ter acesso ao sistema escolar são mal capacitados culturalmente. Como conseqüência disso, há um déficit na transmissão de conhecimentos, habilidades e competências fundamentais para que eles

19. Félix Bombarolo, *op. cit.*

20. Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina. Pradjal (1995-2000). Organización Iberoamericana de Juventud, Madrid, 1994.

possam ter acesso ao primeiro emprego, ao mercado de trabalho e assim participar do desenvolvimento da sociedade.

#### O DESAFIO INSTITUCIONAL

Existe um grande número de problemas com a educação para jovens que se originam nas próprias estruturas governamentais responsáveis pela educação. Os órgãos do setor público que compõem o sistema educacional dos Estados com freqüência não cumprem a missão que lhes foi conferida, assim como desconhecem as necessidades dos jovens desta época.

Entre os problemas mais importantes destacam-se: má distribuição de funções, excesso de burocracia, carência de informações adequadas, escassa autonomia das unidades educacionais etc.<sup>21</sup>

#### O DESAFIO DA REPARAÇÃO

Outro problema – esse mais patente na educação – refere-se à atenção que se deve dedicar aos jovens que, por diversas causas, como a má qualidade de ensino, a falta de acesso a ele ou a evasão escolar, encontram-se marginalizados socialmente.

### Saúde

A saúde é um fator indispensável para a sustentabilidade do desenvolvimento, já que as boas condições físicas e mentais das pessoas contribuem para melhorar e potencializar seu rendimento tanto no plano produtivo como nas relações e no cumprimento dos papéis da cidadania. Em particular, a saúde da mulher é um fator-chave, assim como a atenção aos aspectos higiênicos das crianças nas etapas iniciais da vida, que são decisivos para o desenvolvimento adequado delas<sup>22</sup>.

Um dos direitos sociais mais importantes, que tem reclamado atenção especial das instituições nacionais e internacionais, é a saúde dos jovens.

21. *Ibid.*

22. Celade, *op. cit.*

À VERDADEIRA E MAIS EFETIVA POLÍTICA SOCIAL  
É AQUELA QUE PERMITE AOS CIDADÃOS INGRESSAR  
NO MERCADO DE TRABALHO E CONSEGUIR SEUS  
PRÓPRIOS SALÁRIOS PARA PROVER-SE DOS BENS E  
SERVIÇOS NECESSÁRIOS.

As soluções propostas para assegurá-la esbarram nos seguintes obstáculos.

#### O DESAFIO DO ACESSO OPORTUNO

Apesar de a etapa juvenil ser de modo geral uma das mais sadias da vida de indivíduos e grupos, na América Latina predominam dificuldades para o desenvolvimento de muitos jovens, em especial daqueles pertencentes à camada mais pobre.

Isso é expresso, por exemplo, pelo alto índice de mortalidade, seja por acidentes de trânsito, seja por envenenamentos, violência (homicídios) etc., que deixam graves seqüelas físicas e psíquicas. A isso somam-se os problemas da sexualidade e da saúde reprodutiva, das enfermidades mentais, dependências etc.<sup>23</sup> Para enfrentar essas necessidades específicas a população juvenil conta com serviços médicos insuficientes e escassas fontes de informações.

#### O DESAFIO DE PROMOVER ESTILOS SAUDÁVEIS DE VIDA

As condições de saúde dos jovens são intensamente afetadas pelo modo de vida que habitualmente cultivam. A maioria das atividades deles, seja nos estudos, seja no emprego, são realizadas em condições pouco saudáveis<sup>24</sup>.

Poucos países oferecem aos jovens condições propícias, adequadas e ótimas para práticas esportivas ou atividades culturais e artísticas.

23. Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina. Pradjal (1995-2000). Organización Iberoamericana de Juventud, Madri, 1994.

24. *Ibid.*

## O DESAFIO DA SAÚDE REPRODUTIVA E DA SEXUALIDADE

Parte significativa dos riscos a que estão expostos os jovens provém de sua atividade sexual e da gravidez precoce. Muitos jovens iniciam-se precocemente, desinformados das conseqüências de uma relação sexual ocasional sem a proteção apropriada<sup>25</sup>.

Os programas de saúde sexual e de reprodução dirigidos à juventude ainda enfrentam forte resistência em alguns segmentos da sociedade, insensíveis a essa problemática.

Por outro lado, os assuntos referentes à sexualidade juvenil, pelas características enunciadas anteriormente, tornam-se um tema de alto risco, como demonstra a rápida disseminação entre os jovens de diversas doenças sexuais, entre elas a Aids.

A isso soma-se o alto índice de gravidez precoce, acompanhada de diversos problemas concernentes à saúde das mães e dos filhos.

## O DESAFIO DAS DROGAS

Do mesmo modo, grande número de jovens usam drogas, que causam deterioração da saúde física e psicológica, afetando a integração e desenvolvimento deles no plano social e causando embaraços à família e comunidade.

### Emprego

O incremento da força de trabalho da América Latina está relacionado à taxa de aumento da população em idade de trabalhar e às condições econômicas que propiciam ou desalentam a incorporação de novos trabalhadores. A população em idade de trabalhar decresceu, ao passo que a taxa de participação dos jovens na força laboral aumentou na última década<sup>26</sup>.

O crescimento do desemprego na América Latina afeta os jovens pobres, especialmente as mulheres jovens. Da mesma forma, o aumento da desigualdade na

25. *Ibid.*

26. Pedro D. Weinberg. *Empleo y capacitación de jóvenes en América Latina*. Montevideú, 2001.

distribuição de renda que a América Latina tem sofrido nos últimos vinte anos tornou mais evidente e inadmissível as diferenças entre jovens com empregos de alta qualificação e elevados salários e jovens pobres, cujos empregos são cada vez mais precários no que diz respeito à formalidade, qualificação e remuneração.

Algumas concepções científicas e políticas promovem modelos de desenvolvimento que apontam que a verdadeira e mais efetiva política social é aquela que permite aos cidadãos ingressar no mercado de trabalho e conseguir seus próprios salários para prover-se dos bens e serviços necessários<sup>27</sup>.

Os problemas existentes em vários países latino-americanos, tanto de violência de todos os tipos como de dependências, entre outros, devem-se à falta de oportunidades para que os jovens ingressem no mercado de trabalho em condições dignas.

A seguir, detalhamos alguns desafios dessa questão.

#### O DESAFIO DO INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Apesar de os jovens constituírem parte significativa da força de trabalho das sociedades ibero-americanas, elas costumam ter sérias dificuldades para oferecer-lhes emprego. Os jovens têm alto índice de desocupação, que em média é o dobro do dos adultos e cinco vezes mais que o dos maiores de 45 anos.

Jovens de menos recursos vêem essa situação agravada, ainda mais se levarmos em conta que existem barreiras que impedem uma transição eficaz entre a escola e o emprego, especialmente para aqueles que abandonam a escola.

#### O DESAFIO DA QUALIDADE

Apesar dos lentos avanços verificados na parte educacional, o mercado de trabalho da maior parte dos países da América Latina não é capaz de gerar fluidamente emprego de qualidade suficiente para a população apta a ingressar no mercado<sup>28</sup>.

Alguns trabalhos oferecidos aos jovens são aviltantes, realizados em condições perniciosas e mal pagos.

27. Félix Bombarolo, *op. cit.*

28. Pedro D. Weinberg, *op. cit.*

## O DESAFIO DA CAPACITAÇÃO

As oportunidades de capacitação para os jovens são escassas e muitas vezes dirigidas a indivíduos da classe média. A baixa qualificação dos jovens, especialmente os menos favorecidos, impede a obtenção de um emprego decente. Em muitos casos, a capacitação tende a ser obsoleta, desvinculada das técnicas de produção e das novas tecnologias colocadas a serviço do desenvolvimento.

### Integração e participação social

A participação na formulação de projetos e nas decisões coletivas e individuais que afetam os jovens constitui aspecto prioritário e de especial atenção nos últimos anos.

Os vínculos dos jovens com os membros do seu ambiente familiar e com o resto da sociedade figuram como elementos de reflexão e ação, cruciais para obter plena participação nos diversos campos (educação, saúde, emprego etc.), e configuram características muito particulares.

Hoje em dia o tema da participação está presente nos programas dirigidos à juventude, com maior ênfase no tema da cidadania.

Para Mauricio Rodríguez, “a cidadania é um conceito global, habitualmente tratado de modo reducionista em relação ao conjunto de direitos políticos. A idéia de cidadania plena e, mais do que isso, integral constitui a participação nas decisões que têm a ver com a satisfação do conjunto de fatores, individuais e coletivos, ou seja, até mesmo direitos (e deveres) políticos, sociais, econômicos, culturais etc.”<sup>29</sup>

A importância da participação, em todo caso, responde à necessidade de satisfazer, como indica Rodríguez, exigências expressivas e criativas, individuais e coletivas, e não está circunscrita (ou não deveria estar) ao âmbito dos direitos políticos (votar e ser eleito, entre outros mais relevantes).

Finalmente, apontamos alguns desafios inerentes a esse tema.

29. Citado por Bombarolo, *op. cit*

APESAR DO CRESCENTE AVANÇO DOS ESTUDOS SOBRE A IDENTIDADE JUVENIL E DE SUA PAULATINA INCORPORAÇÃO ÀS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE, RESTA UMA TAREFA COMPLEXA, TANTO PARA O MUNDO ACADÊMICO COMO PARA OS GOVERNOS: DELIMITAR UMA CATEGORIA DA JUVENTUDE QUE PERMITA ESTABELEECER AS FRONTEIRAS DESSA ETAPA DA VIDA E VISUALIZAR SUAS PARTICULARIDADES.

#### O DESAFIO DA CIDADANIA PLENA

Os jovens são chamados com freqüência de “agentes do presente ou do futuro”. Apesar disso, eles não têm oportunidades para participar da vida política e social de suas comunidades, nem exercer seus direitos em toda a plenitude.

#### O DESAFIO DO ASSOCIACIONISMO

Existe um notório enfraquecimento das organizações juvenis. Geralmente, as associações de jovens têm pouca representatividade, vida curta, organização ineficaz, recursos físicos e materiais escassos etc.

A ação coletiva é inexpressiva e tende a ter um apoio deficiente, quando não uma oposição, da comunidade e do Estado.

#### O DESAFIO DA DESESTIGMATIZAÇÃO E DO RECONHECIMENTO

Em muitos casos a imagem dos jovens perante a opinião pública está entremeadada de elementos estigmatizadores de índole negativa, que associam geralmente a estereótipos como “jovem problema”, desorientação ética e moral, anomia etc.

## O DESAFIO DA INSTITUCIONALIDADE PÚBLICA COMPETENTE NA QUESTÃO DA JUVENTUDE

É preciso reconhecer que a partir de 1985 tem surgido, em quase todos os países latino-americanos, uma consciência para a criação de organismos e estruturas governamentais com o propósito de atender à problemática dos jovens.

A institucionalidade pública da juventude é aquele componente da política para a juventude que define o suporte organizacional, seja ele um organismo, seja uma rede de organismos operando entre setores, organizados ou coordenados de acordo com uma missão derivada de um mandato legal e dotados de recursos materiais, humanos e financeiros provenientes do erário público.

Dessa forma, podemos dizer que progressivamente foram constituídos ministérios, diretorias, institutos de juventude, conselhos nacionais de juventude etc., sem dúvida favorecidos pela crescente preocupação de reformar o Estado e cumprir alguns acordos, como aqueles provenientes do Consenso de Washington. Apesar disso, essa relativa institucionalidade ainda está muito distante de atender às múltiplas expectativas da sociedade em geral e dos jovens em particular.

A fragmentação e a não-coordenação que existem na maioria dos países, nas diferentes instâncias com competência para tratar do tema relativo à juventude, é uma prova disso. Em geral, trata-se de instituições com funções pouco claras, metas não especificadas e uma inserção pouco definida no interior da administração pública, assim como poder político débil, recursos humanos instáveis, insuficientes e/ou deficientemente qualificados, capacidades de informação e pesquisa reduzidas e recursos financeiros escassos.

No entanto, é preciso reconhecer o esforço realizado, sobretudo a preocupação de mudar essa situação, que levou à constituição de uma gama de teorias e casos particulares.

Apesar do crescente avanço dos estudos sobre a identidade juvenil e de sua paulatina incorporação às políticas para a juventude, resta uma tarefa complexa, tanto para o mundo acadêmico como para os governos: delimitar uma categoria da juventude que permita estabelecer as fronteiras dessa etapa da vida e uma forma de visualizar suas particularidades sócio-históricas e suas necessidades. A literatura sobre o tema da identidade juvenil expõe em geral a impossibilidade de uma definição concreta e estável sobre seu significado. Cada época e cada sociedade im-

põem a essa etapa da vida fronteiras culturais e sociais que atribuem determinadas tarefas e limitações a esse grupo da população (Levi & Smith, 1996).

## A heterogeneidade etária

Por causa da necessidade de definição operacional, com base numa perspectiva demográfica, a idade é o critério aceito para distinguir os jovens e o que tradicionalmente foi assumido como referência para as políticas para a juventude. No entanto, nos países ibero-americanos pode-se observar uma grande diferença entre as categorias etárias pelas quais se define a juventude: entre 7 e 18 anos (El Salvador); entre 12 e 26 (Colômbia) (OIJ, 2004a); entre 12 e 35 (Costa Rica) (Ministério da Cultura, Juventude e Desportes, 2002); entre 12 e 29 (México); entre 14 e 30 (Argentina); entre 15 e 24 (Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana); entre 15 e 25 (Guatemala, Portugal); entre 15 e 29 (Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai); entre 18 e 30 (Nicarágua) (Dávila, 2003). Em Honduras, a população jovem corresponde aos indivíduos de menos de 25 anos (OIJ, 2001).

As diferenças entre as faixas etárias que definem a juventude revelam pelo menos duas tendências: a primeira delas é que a extensão da juventude até idades menores (El Salvador, Colômbia, Costa Rica, México) e até idades maiores (Chile, Cuba, Espanha, Panamá, Paraguai e Nicarágua) pode exprimir que o ser jovem é uma condição que está em expansão não apenas na idade como também na representação que ela tem na sociedade (OIJ, 2004a). Tudo isso pode ser em consequência do aumento da expectativa de vida, que hoje em dia beira os 70 anos e implicaria conseqüentemente um movimento das identidades juvenis, ampliando a proporção de jovens na população. Mas também essas identidades estariam determinadas por aspectos sociais próprios da maior demanda de educação, capacitação para o trabalho e prolongamento das trajetórias educacionais (Cepal-Celade, 2000, p. 30).

A segunda tendência a ser destacada é que nas definições do sujeito jovem há uma superposição etária da adolescência e da juventude. Isso tem implicações não apenas para a fundamentação das políticas para a juventude como também para a delimitação e para o caráter da oferta programática que podem oferecer os países no que tange a esses setores. Por um lado, o discurso sobre o sujeito jovem parece considerar que a juventude engloba a adolescência, ainda que na prática

deixe fora períodos cruciais da experiência juvenil. Por outro, o segmento da juventude situado entre os 18 e os 30 anos adquiriu o *status* de cidadania, já que a partir dos 18 anos as pessoas são consideradas adultas e podem exercer direito ao voto (Krauskopf, 2004).

Isso revela várias contradições. Em geral, há uma dualidade no sujeito juvenil relacionada à defasagem entre suas realidades sociais e legais. De outra parte, os programas para a adolescência, ainda que contribuam para o desenvolvimento juvenil, não cobrem todo o período juvenil (Krauskopf & Mora, 2000). Alguns países tentam superar tal situação criando instrumentos legais derivados da Convenção dos Direitos da Criança, como a lei penal juvenil (Costa Rica, Espanha) e os códigos dos direitos da infância e da adolescência (Krauskopf, 2003) (Costa Rica, Equador, Guatemala, México, República Dominicana, Uruguai etc.).

Outro problema que deriva do anterior está relacionado à criação de programas específicos para a adolescência e à necessidade de resolver as defasagens que dificultam a integração entre as políticas públicas para a juventude e aquelas dirigidas à adolescência. As categorias etárias da Convenção dos Direitos das Crianças (que não diferencia os adolescentes, apesar de chegar até os 18 anos) ajudam a criar indefinições para a construção de políticas conjuntas (Krauskopf, 2003).

Essa ambigüidade no indivíduo jovem reporta-se a um problema não resolvido em vários países, ou seja, a falta de discussão sobre as relações jovem-adulto nas representações sociais, e como elas deveriam impactar o projeto e a implementação das políticas públicas dirigidas à juventude. Os jovens de mais de 18 anos têm sido invisíveis como sujeitos específicos de políticas e tendem a ser pouco considerados na programação adulta (Krauskopf, 2004).

## A percepção dos problemas da juventude pelas autoridades

Pesquisas sobre programas nacionais para a juventude identificaram as principais preocupações que as autoridades governamentais exprimem em relação aos jovens latino-americanos. Três situações sobressaem: o desemprego e a qualidade do emprego, a educação e o acesso a ela e os riscos associados à saúde. Essas áreas tornam mais aguda a pobreza juvenil e redundam em processos de exclusão social, que já foram observados por estudos recentes sobre a juventude da América Latina.

O desemprego, como produto das crises econômicas, do aumento da oferta de mão-de-obra e da diminuição da procura por ela, e como consequência da crescente desarticulação entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, representa um dos principais obstáculos para a integração social da juventude em El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Uruguai. Essa tendência parece ser tão intensa, que em vários outros países a desocupação aparece como o segundo tema que exige imediata solução (Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica e Portugal).

Como segundo problema em grau de importância, as autoridades de alguns países mencionam a educação em geral (Guatemala e República Dominicana), a evasão escolar (Equador e Uruguai), a baixa qualidade da educação (México) e a carência de educação relacionada às competências dos jovens (Nicarágua).

O terceiro problema se localiza na área da saúde e se resume em dois tipos: uma delas se refere à baixa oferta e à deficiente qualidade dos serviços de saúde (Nicarágua); a outra diz respeito aos riscos associados à saúde dos jovens (Espanha), particularmente o alcoolismo e a dependência de drogas (Equador) e o aumento dos casos de HIV (Panamá). Alguns países reconhecem como temas prioritários a gravidez precoce e o risco de doenças sexualmente transmissíveis (DST) (Chile).

Outras preocupações relevantes, ainda que não consideradas como principais, são os problemas de habitação, a pequena participação da juventude tanto em programas e projetos como no controle dos recursos públicos (Bolívia, Colômbia, Peru e Costa Rica), a insegurança (El Salvador) e o conflito armado (Colômbia).

Esses problemas configuram um panorama de pobreza e exclusão social, considerados como causa e efeito da situação em que se encontram os jovens. Uma visão mais abrangente das causas relacionadas às necessidades da juventude denota essa ambigüidade, que poderia refletir não apenas a complexidade e a multicausalidade da situação dos jovens da América Latina como uma incorporação parcial ou incompleta dos estudos sobre a juventude nos diagnósticos dos organismos encarregados de elaborá-los.

Entre as causas associadas aos problemas da juventude mencionadas anteriormente, as autoridades governamentais responsáveis pela juventude identificam vários conjuntos delas. O primeiro é constituído por causas relativas às condições econômicas e ao emprego, que, segundo alguns países, se deve às tendências de caráter global, como as crises econômicas e/ou as políticas de ajustes (Argentina,

Países ibéricos, latino-americanos e Caribe – Principais problemas em ordem de importância

Países	Problemas da juventude		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Argentina	Pobreza	Desocupação	Exclusão social
Bolívia	Exclusão social	Desemprego	Falta de participação
Chile	Gravidez precoce e risco de DST	Desarticulação entre estudos e inserção no mercado de trabalho	Falhas no acesso à educação de nível médio e superior
Colômbia	Pequena participação no desenvolvimento e controle de recursos públicos	Baixos níveis de participação juvenil em programas e projetos sociais	Exclusão social e conflito armado
Costa Rica	Alto índice de evasão na educação de nível médio	Desemprego, especialmente entre mulheres jovens	Falta de espaços de participação
Cuba	Poder aquisitivo dos salários	Habitação	Lazer
Equador	Desemprego	Evasão escolar	Uso de drogas, alcoolismo e gangues juvenis
El Salvador	Desemprego	Insegurança	Pobreza
Espanha	Emprego	Habitação	Riscos associados à saúde
Guatemala	Desemprego	Educação	Segurança
México	Desemprego e subemprego	Evasão escolar e baixa qualidade da educação	Falta de acesso à saúde e educação
Nicarágua	Desemprego e baixa qualidade do emprego	Carência de educação relativa às competências dos jovens	Pequena oferta e qualidade deficiente dos serviços de saúde
Panamá	Pobreza e desemprego	Gravidez precoce	Aumento de casos de HIV
Peru	Desemprego e subemprego	Pequena participação na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões no nível local, regional e nacional	Pobreza
Portugal	Aids	Desemprego	Perigo de guerra
República Dominicana	Saúde	Educação	Trabalho
Uruguai	Inserção no mercado de trabalho	Evasão escolar	Exclusão social

Fonte: Pesquisa da Cepal sobre programas nacionais para a juventude, 2004

Bolívia, Cuba, Guatemala, México e Uruguai). No que se refere ao emprego, destacam-se a precariedade, a falta de oportunidades, a flexibilização do trabalho (Argentina, Chile, Costa Rica, México, Nicarágua e Peru) e a alta taxa de desemprego (Equador, El Salvador, México, Peru e República Dominicana).

Um segundo conjunto de fatores destacados pelos governos está associado à pobreza, à desigualdade, à baixa qualidade de vida e à exclusão social (Chile, Equador,

dor, Panamá e Uruguai), à pobreza (Cuba, El Salvador e Nicarágua). O terrorismo e a violência social sobressaem na Colômbia, em El Salvador e em Portugal, e a violência doméstica, no Equador.

Outras causas específicas apontadas pelas autoridades estão relacionadas à educação, à capacitação e à formação. Pesquisas destacam a falta de capacitação técnico-vocacional (Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e República Dominicana) e a ausência de programas preventivos na educação (Equador, Guatemala, Nicarágua e Panamá). Também se revelam falhas no sistema educacional relativas às poucas oportunidades de desenvolvimento educacional e à insuficiente verba e apoio à educação, carência de serviços de informação e orientação vocacional, assim como à falta de pessoal e corpo docente (Equador, México e República Dominicana).

Na saúde, dois temas atraem a atenção: a falta de prevenção, em países como Chile, Espanha, Guatemala, México e Nicarágua, e a limitada oferta de serviços de saúde (México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana). Finalmente, em relação à cidadania e à participação dos jovens, revelam-se a falta de informação sobre seus direitos (Costa Rica e Peru), a ausência de participação dos próprios jovens, assim como o enfraquecimento de suas organizações.

## As políticas nacionais para a juventude

Durante o período compreendido entre 1995 e 1999 os países latino-americanos avançaram na articulação das políticas para a juventude (OIJ, 2001), mas a um ritmo desigual entre as nações. Porém, existe grande heterogeneidade nas políticas para a juventude dos países pesquisados, que podem ser entendidas à luz de diversos critérios: os paradigmas implícitos da fase juvenil que as sustentam, seus fundamentos legislativos (âmbito jurídico-normativo), os níveis da administração pública encarregados das ações para a juventude e o tipo específico de gestão que realizam os organismos oficiais da juventude de cada país.

## O marco normativo

A difusão, na consciência internacional, dos direitos humanos permitiu paulatinamente o desenvolvimento de instrumentos contra a discriminação da mulher

e mecanismos de proteção para as crianças e adolescentes. No entanto, diferentemente desses segmentos populacionais que conseguiram ser reconhecidos como sujeitos de direitos (trabalhadores, mulher, crianças), o jovem ainda permanece como categoria indefinida nas cartas constitucionais dos países. Seu tratamento legislativo provém da regulamentação setorial de direitos, sobressaindo uma concepção de atenção com base numa perspectiva setorializada na qual não aparece o jovem como titular de direitos, nem como protagonista de desenvolvimento (Bernales Ballesteros, 2001).

## O âmbito constitucional

A consolidação de regimes democráticos na América Latina tem dado maior destaque aos direitos humanos, porém ela carece de distinção em relação a grupos específicos. Contudo, foram criadas as bases para uma legislação sobre a juventude, o que permite torná-la mais orgânica e substancial, assim como diminuir sua dispersão atual (Bernales Ballesteros, 2001).

## Mudanças recentes na legislação sobre a juventude

A legislação sobre a questão da juventude é dispersa, com problemas de má organização, e está mais caracterizada por sua fragmentação, fragilidade e marcada falta de estabilidade (Bernales Ballesteros, 2001). No entanto, uma análise das mudanças legislativas recentes havidas na questão da juventude revela que as prioridades governamentais estão na consolidação de uma institucionalidade para a juventude (Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Espanha, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), no desenvolvimento de uma lei para a juventude (Bolívia e Honduras) e na definição de uma política nacional para a juventude (Argentina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Também deve ser destacado o esforço recente dos países em introduzir modificações jurídicas referentes a organizações juvenis que estimulam a criação delas por meio de plataformas interassociativas. Trata-se do sinal de uma aproximação com o jovem como sujeito de direito e como protagonista do desenvolvimento,

uma vez que contribuem para organizar as relações que o jovem pode estabelecer com outros setores da sociedade. Isso ocorre porque, mesmo que as regulamentações que criam organismos públicos especializados no tema juvenil institucionalizem dentro do Estado o tratamento do jovem, elas não contribuem para delimitar direitos da juventude nem para enfatizar sua titularidade de direitos.

As mudanças legislativas levadas a efeito têm por fim outorgar maior coerência às ações voltadas para a juventude. Efetivamente, grande parte dos problemas de hiperconcentração, de interferências entre instituições ou de ausência de coordenação das políticas provêm dos problemas analisados na legislação para a juventude. Porém, não se trata de ter muitas leis sobre a juventude, mas de contar com uma ordem legislativa que permita individualizar o jovem como sujeito de direitos, e as instituições tenham um marco de referência específico e geral para a aplicação de políticas e programas (Bernalles Ballesteros, 2001).

### A institucionalidade pública na questão da juventude

Nos países pesquisados os avanços na criação de instituições dedicadas à juventude variam muito. No Brasil, por exemplo, foi criada em 2005 a Secretaria Nacional da Juventude, que significou um avanço importante na questão da institucionalidade e de políticas públicas para a juventude, pela ótica da entrega de recursos, já que não existe um organismo oficial encarregado da temática juvenil, e suas ações tendem a concentrar-se nos grupos de adolescentes e na infância.

Uma ampla gama de órgãos públicos, de diversos níveis hierárquicos, são encarregados de dirigir ações governamentais destinadas à juventude: ministério (Panamá), vice-ministérios (Bolívia, Costa Rica e Paraguai), secretarias de juventude com *status* ministerial (Brasil, Cuba, El Salvador, Nicarágua, Portugal e República Dominicana), institutos (Chile, Espanha, México, Uruguai e Venezuela), diretorias (Argentina e Equador), Comissão Nacional de Juventude, também com categoria de ministério (Peru), Conselho Nacional de Juventude (Guatemala), Comissão Parlamentar (Honduras) e programa presidencial (Colômbia).

## Hierarquia institucional e linha de ação dos organismos governamentais para a juventude<sup>30</sup>

Na Argentina, o órgão oficial que cuida da juventude é a Diretoria Nacional de Juventude, que coordena, articula e executa as políticas para a juventude. Ela está subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social e orienta suas ações para a participação dos jovens em políticas sociais e culturais, para a análise e difusão do universo juvenil e para o fortalecimento de vínculos com instituições nacionais e internacionais. A política argentina para a juventude se sustenta em quatro eixos: fortalecimento da sociedade civil, políticas locais para a juventude, inclusão da juventude nas políticas públicas e geração de conhecimento sobre a juventude.

Na Bolívia, o Vice-Ministério de Assuntos da Juventude, Infância e Terceira Idade subordina-se ao Ministério de Desenvolvimento Sustentável e do Planejamento. Suas linhas de ação concentram-se em quatro áreas: Plano Combinado de Desenvolvimento Sustentável da Adolescência e Juventude, Plano Nacional de Educação Juvenil Alternada, Plano Nacional de Atenção à Saúde Integral dos Adolescentes e Programa de Serviço Pré-Militar Voluntário de Mulheres e Serviço Militar Obrigatório.

No Brasil, como mencionado anteriormente, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, que responde diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República.

No Chile, o Instituto Nacional de Juventude (Injuv) conta com escritórios municipais para a juventude e é, por lei, um organismo eminentemente técnico e de coordenação de esforços institucionais<sup>31</sup>. Subordinado ao Ministério do Planejamento e Cooperação, esse organismo foi criado em 1991, concebido como um serviço público funcionalmente descentralizado, dotado de caráter jurídico e patrimônio próprio. Executa ações com base em diversas instâncias estatais. Propõe políticas para a juventude, especialmente aos adolescentes estudantes do ensino médio e superior. Cuida de políticas setoriais (saúde, emprego, justiça, participação, identidade e cultura), e os órgãos de cada uma dessas áreas realizam progra-

30. O que segue é baseado nas contribuições da OIJ, 2001, e de Dávila, 2003.

31. Entre 1997 e 1999 o Injuv seguiu um modelo institucional que reduziu suas funções. Executa apenas o Sistema de Informações para a Juventude (SIJ) e o Interjuven, direcionados a intervir nas áreas estratégicas, que reforçam seu papel técnico, assessor, articulador e coordenador.

mas especiais para jovens. Existem atualmente 168 organismos locais ou municipais da juventude (OMJ).

Na Colômbia, o organismo incumbido de elaborar e impulsionar ações para a juventude é o programa presidencial Colômbia Jovem, criado em 2000. O programa responde à Secretaria Geral da Presidência da República. Suas funções consistem na articulação, definição e desenvolvimento da política nacional para a juventude e na execução de planos, programas e projetos em favor da juventude. Tal programa fomenta os conselhos de juventude e o desenvolvimento de serviços integrados para a juventude. Ainda que o Colômbia Jovem tenha impulsionado a criação de conselhos municipais de juventude, urge uma modificação na lei que permita reforçar sua autonomia nos governos locais.

Na Costa Rica, até maio de 2002, o órgão encarregado de formular e implementar a política nacional para a juventude foi o Movimento Nacional de Juventudes (MNJ). A partir daquele ano entrou em vigor a Lei da Pessoa Jovem, que dispõe sobre o sistema nacional de juventude, e criou-se posteriormente o Conselho Nacional da Política Pública da Pessoa Jovem, presidido por um vice-ministro da Juventude, que se subordina ao Ministério da Cultura, Juventude e Desportos. Suas orientações são centradas na participação juvenil, no exercício de direitos e ações de coordenação interinstitucional em cinco áreas: participação, capacitação, pesquisa, comunicação e legislação. O Sistema Nacional de Juventude da Costa Rica é formado por quatro instâncias: duas de caráter institucional – o Vice-Ministério da Juventude e o Conselho – e duas da sociedade civil – comitês cantonais de juventude e a Rede Nacional Consultiva da Pessoa Jovem, constituída por jovens de diferentes instâncias públicas e privadas.

NO EQUADOR, A RESPONSABILIDADE PELAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE FOI  
REFORMULADA EM 2001 MEDIANTE A APROVAÇÃO  
DA LEI DA JUVENTUDE.

Em Cuba a preocupação com a juventude inicia-se com a Revolução Cubana. A União de Jovens Comunistas (UJC), fundada em 1962, é a principal organização política da juventude cubana, coordenadora e promotora das políticas para a juventude. Seu objetivo principal é a preparação cultural, política e ideológica dos jovens cubanos. O Partido Comunista e o Estado são encarregados das linhas de ação da juventude, realizadas por ministérios e organismos. Ambos, por meio do Parlamento e de sua Comissão de Infância, Juventude e da Mulher Jovem, observam o cumprimento. Suas ações centram-se nas áreas de educação, saúde, cultura, educação física e recreação, mesmo que nem todas essas linhas de ação sejam exclusivas dos jovens. A União de Jovens Comunistas está estruturada descentralizadamente e conta com um comitê nacional e um escritório nacional, este último formado por 26 membros.

No Equador, a responsabilidade pelas políticas públicas para a juventude foi reformulada em 2001 mediante a aprovação da Lei da Juventude. Atualmente, a diretoria executa projetos e programas, coordena diferentes agentes institucionais, faz a intermediação com as organizações juvenis, divulga informação e conhecimento sobre a juventude. Está subordinada ao Ministério do Trabalho e Ação Social.

Em El Salvador, como já mencionado, recentemente foi criada a Secretaria de Estado da Juventude com *status* ministerial.

Na Guatemala, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi criado em 1966 como órgão responsável pela formulação, execução e coordenação de programas e ações para a juventude. Está subordinado à presidência da República e suas ações são orientadas para o planejamento das políticas para a juventude, participação cultural dos jovens, estudos sobre a juventude, execução de projetos e programas de desenvolvimento juvenil. Os programas são executados setorialmente, de maneira autônoma.

Em Honduras, a responsabilidade pelas políticas, programas e planos para a juventude cabe à comissão parlamentar. Isso implica uma séria restrição à programação pelo Executivo. No entanto, há um projeto de lei de juventude que prevê a constituição de um instituto com caráter jurídico próprio.

O Instituto Mexicano da Juventude (IMJ), criado em 1999, define e instrumentaliza a política nacional para a juventude, marcando o início de uma nova etapa nas ações para a juventude, pois foi institucionalizada por lei. O IMJ é um organismo público descentralizado da administração pública federal, com caráter

jurídico e patrimônio próprio. Tem como propósito definir e aplicar uma política nacional para a juventude em diversas áreas: organização, saúde, emprego e capacitação, prevenção de uso de drogas, pesquisa, entre outros. Atualmente há 22 institutos estatais, dois dos quais foram criados antes de 1999. Existem oito institutos que atendem a juventude, conjuntamente com os esportes, um escritório não especializado e uma secretaria de juventude.

Na Nicarágua, em 2001, foi criada a Secretaria da Juventude, que tem *status* ministerial, atribuída pela Lei de Desenvolvimento Integral da Juventude.

No Panamá, o Ministério da Juventude, da Mulher, da Infância e da Família, criado em 1997 e subordinado ao governo central, atende os problemas e necessidades da juventude no âmbito do emprego, da saúde, da participação e associatividade, do desenvolvimento cultural, da recreação, entre outros. Suas ações são executadas por diversas instituições públicas. Outros órgãos associados ao seu trabalho são o Conselho de Políticas de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

No Peru, em 2002, foi promulgada a lei que cria o Conselho Nacional da Juventude, o qual é regido, segundo regulamentação posterior, pela Comissão Nacional da Juventude. Tal comissão tem a seu cargo a formulação das políticas públicas para a juventude, assim como a coordenação dos programas elaborados por diferentes instâncias que estejam orientados para a intervenção em assuntos da juventude.

Na República Dominicana, a Lei Geral da Juventude foi aprovada em 2000. Essa lei criou a Secretaria de Estado da Juventude, responsável por formular, coordenar e acompanhar a política do Estado dominicano destinada à juventude.

No Uruguai, o Instituto Nacional de Juventude (Inju), criado em 1990, coordena e executa programas e atividades específicas para a juventude. Subordina-se ao Ministério da Educação e Cultura. A partir de junho de 2000 passou a responder ao Ministério de Desportos e Juventude. Executa programas de ação a longo prazo e atividades específicas. Uma parte do Inju põe em prática os programas em articulação com ministérios e órgãos setoriais. Os programas são elaborados com certa sincronia entre os organismos do Inju dedicados à juventude e os ministérios (conjuntos mais amplos). Educação, emprego, segurança dos cidadãos, direitos juvenis, saúde (sexual reprodutiva), associacionismo, meio ambiente, consumo e informação juvenil constituem suas principais linhas de ação.

Na Venezuela, em 2002, foi promulgada a Lei Nacional de Juventude, que criou o Instituto Nacional da Juventude como organismo autônomo, com caráter jurídico e patrimônio próprios. Do mesmo modo, a lei instituiu o Sistema Nacional de Juventude, formado por um conjunto de órgãos.

## A gestão das políticas para a juventude

As funções desempenhadas pelos organismos governamentais da juventude na gestão das políticas voltadas para esse setor são variadas. A função de diretoria, por exemplo, inclui a elaboração de planos para a política para a juventude, o que faz supor que ela conheça a realidade juvenil e possa atuar como organismo de consulta em questões vinculadas a esse tema. Essa função engloba, entre outras, assessoria e supervisão de programas públicos, apoio a organizações juvenis, estímulos para conselhos e foros de organismos públicos da juventude, articulação de serviços orientados aos jovens, ações de sensibilização e comunicação social e sistemas de informação que permitam definir e avaliar desempenhos (Balardini, 2003).

A função mais tradicional é a de execução, que implica capacidade e disponibilidade de recursos para envolver-se diretamente na execução de programas, o que oferece maior exposição pública do organismo e contribui para sua legitimação. Compete a essa função ainda a busca de mecanismos inovadores de gestão com o envolvimento de organizações juvenis e a gestão associada.

A coordenação das políticas é uma função mais recente em relação à diretoria e execução. Ela necessita de maior respaldo político, que lhe permita atuar como instância coordenadora de políticas dirigidas a jovens que são executadas em outras instâncias administrativas (Balardini *apud* Dávila, 2003). Ela deve gerir bem os recursos do Estado, evitando que haja superposições de programas. Contém dimensões inter e intra-setoriais, bem como orienta instituições autônomas e dirige organismos subalternos. Compete também a essa instância promover, no centro dos organismos setoriais, a incorporação e discussão da temática juvenil para incorporá-la a programas e projetos. Isso deve ser realizado por meio de mecanismos multissetoriais e enfoques multidisciplinares.

A gestão democrática de políticas locais da juventude é um assunto pendente, já que implica o desenvolvimento de estratégias diferenciadas e complementares

que estimulem a participação dos jovens nas etapas de projeto, execução e avaliação dos programas.

## Programas para a juventude

Por causa da ausência de leis gerais que regulamentem a política para a juventude em alguns países da América Latina, pode-se observar uma diversidade de normas que regulam os programas destinados aos jovens. Todos os países contam com programas para a juventude, tanto globais como locais, mas muitas vezes mesclados com projetos para adolescentes e crianças ou inadequados para atender às necessidades heterogêneas da população juvenil. Poucos países oferecem atenção exclusiva aos jovens rurais (Bolívia, Colômbia e México), jovens indígenas (México e Colômbia), mulheres jovens ou programas que enfoquem gênero (Colômbia e México) e para jovens incapacitados (Colômbia). A maioria dos programas inclui essas categorias de jovens, mas não atende completamente a sua especificidade. Costa Rica, Colômbia, México, Nicarágua são países que possuem programas e projetos mais variados e seletivos para os jovens.

Segundo pesquisa realizada, a Colômbia parece ser o país que tem o programa mais abrangente para populações especiais e minorias, em que se destacam várias linhas de atuação: assistência integral à população indígena, ações orientadas para jovens em regiões de conflito armado, assistência técnica e implementação da política de equidade e de participação de mulheres, sistemas de comunicação pública e inserção social para a população incapacitada, assistência a crianças e jovens com talentos e dons especiais etc. Mesmo que nem todas constituam ações exclusivas para jovens, denotam uma preocupação especial em atender as necessidades específicas de certos grupos da população.

Um exemplo de diversificação de programas são projetos de difusão dos direitos e deveres da população juvenil, assim como da lei da juventude (Argentina, Costa Rica, Equador e Nicarágua). Esse tipo de iniciativa contribui para o fortalecimento das organizações juvenis, para a formação dos funcionários públicos em matéria de legislação e para o posicionamento político do tema juvenil no nível setorial. As esferas que recebem menos atenção são educação e conservação do meio ambiente (México e Cuba), paz social e projetos contra a violência juvenil (Colômbia, El Salvador, Peru e Nicarágua), apoio judicial a jovens

(Guatemala e México) e prevenção e combate à exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens.

Com relação a programas setoriais, todos os países pesquisados contam com programas de emprego, alguns particularmente dedicados à qualificação e intermediação do trabalho (Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai), para reduzir os altos níveis de desemprego juvenil na América Latina.

Os programas educacionais constituem a segunda prioridade dos governos e se concentram especialmente na concessão de bolsas e financiamento de estudos (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana e Peru), difusão de novas tecnologias (Chile, Cuba e Colômbia,) e educação sexual (México, Nicarágua e Panamá).

Também devem ser destacados os esforços em diversificar o atendimento dos jovens na área da saúde, a qual, além das estratégias de ampliar o acesso aos serviços de saúde, procura incrementar ações voltadas para a solução de problemas que envolvem a gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis (DST) (Panamá), o HIV (República Dominicana e Panamá), a prevenção, apoio e controle do uso de drogas (Chile, Colômbia, Espanha, México, Nicarágua e República Dominicana) e programas integrais para a saúde do adolescente e da infância (Chile, Costa Rica, Cuba, Peru e República Dominicana). Programas especificamente orientados à saúde mental dos jovens são encontrados apenas na Colômbia.

Em relação ao difícil acesso à moradia que afeta os jovens da América Latina, cabe mencionar que apenas no México e em Cuba existem programas de habitação especialmente destinados aos jovens.

Os vazios existentes na legislação quanto às atribuições da institucionalidade pública oficial da juventude (se carecem de orçamento próprio, se têm caráter jurídico etc.) podem levar, como ocorre em outros tipos de intervenção, à participação de órgãos de voluntários na execução de programas. Assim, são pertinentes os esforços para implementar sistemas de informação e avaliação dos programas para a juventude.

Com relação a esse tema, a Costa Rica realizou um estudo para sistematizar o conhecimento sobre os serviços e oportunidades que o Estado costa-riquenho oferece à população juvenil como um meio de acompanhar o avanço das políticas

para a juventude, o que permitiu assentar as bases para a construção de uma política pública a longo prazo para a juventude.

Um esforço semelhante pode ser observado na política pública adotada pela Colômbia. Um dos propósitos institucionais do Programa Presidencial Colômbia Jovem é colocar à disposição do público juvenil uma oferta de informações que abrange uma visão do conjunto das políticas e programas nacionais. No âmbito da elaboração de ferramentas ou instrumentos de informação que respondam às necessidades da população juvenil, foi desenvolvido o documento “Oferta Pública da Juventude”, um serviço de informação ao público que pretende otimizar a localização, a análise e a difusão de oportunidades para os jovens colombianos. O documento compreende a sistematização de um conjunto amplo de projetos, serviços e programas do governo dirigidos aos jovens colombianos, atualizados anualmente graças ao apoio de uma rede de órgãos do Estado e da sociedade civil, que operam como sistema de informações coordenadas.

Esse tipo de ferramenta contribui para superar os obstáculos impostos pela alta rotação dos serviços dirigidos à juventude e para acumular informações relevantes para acompanhar as experiências desenvolvidas. De outra parte, como ferramenta de consulta para os jovens, constitui um mecanismo eficaz de relacionamento entre o Estado e as demandas cidadãs mais importantes, aproveitando o uso das tecnologias da informação e comunicação.

No México, esse tipo de instrumento foi empregado para o fortalecimento institucional de diferentes órgãos governamentais da juventude. Tanto a Comissão de Atenção à Juventude, instituída em 1995, quanto o Instituto Mexicano da Juventude (IMJ), criado em 1999, procuraram sistematizar informações em torno do âmbito jurídico de apoio às camadas jovens da população e dar forma a uma visão global da política de Estado destinada a atender os problemas e expectativas desse grupo. Entre essas atividades destacam-se o estudo da legislação mexicana, a análise de experiências internacionais e o aproveitamento de idéias de instituições e especialistas acerca dos diversos problemas que afetam os jovens.

Atualmente, nos programas implementados pelo Instituto Mexicano da Juventude é desenvolvido o Sistema de Informação e Controle Interno (Sici), que permite acompanhamento mensal das metas de cada uma das atividades operacionais e administrativas do instituto desde o mês de abril de 2002. Além disso, há em operação o Sistema de Informação de Instâncias Estatais da Juventude (Siie),

que integra todos os programas federais operados pelas instâncias estatais da juventude (regionais), por meio do qual se pode acompanhar o cumprimento das metas e a comprovação dos recursos do IMJ, conforme estabelecido nos convênios de colaboração que esse instituto celebra com cada entidade federativa.

Outras iniciativas relevantes incrementadas no México são o sistema de metas presidenciais e indicadores de gestão e o acompanhamento da situação geral dos jovens, realizado pela Pesquisa Nacional da Juventude, que contribui com um diagnóstico confiável sobre a realidade dos jovens mexicanos e se difundiu amplamente com o objetivo de adequar as ações dirigidas a esse setor.

Os maiores problemas enfrentados pelos governos nos programas analisados são a focalização e a cobertura, bem como alguns outros aspectos mais pontuais. Os problemas são temporais e sua repetição depende de recursos orçamentários, que nem sempre são concedidos; os programas estão a cargo de organismos que não têm assegurado seu funcionamento e continuidade, salvo quando se trata de ministérios ou institutos nacionais da juventude; têm um marcado sentido setorialista e falta-lhes coordenação com outras instituições encarregadas dos mesmos temas; carecem de adequada difusão e têm problemas de cobertura etc.

Com relação ao financiamento, cabe apontar a ausência de informações sistematizadas em alguns países. Muitos desses programas não foram criados por lei e, portanto, são temporários, requerem ajuda internacional e recursos provenientes de empresas privadas, o que também não contribui para sua continuidade.

Em vários países verifica-se a ausência de apoio internacional para as ações específicas da juventude, que dependem apenas dos recursos governamentais (Cuba, Equador, El Salvador e Panamá). Por outro lado, para certo tipo de programa destinado ao interior de um país, essa informação pode ser desconhecida (Costa Rica).

## A natureza e o papel institucional

Os organismos de nossos países responsáveis pela juventude não solucionaram sua vocação institucional e vivem as conseqüências de uma redefinição do papel estatal que não adquiriu ainda sua carta de naturalização na questão da juventude. O resultado é que existem contradições quanto ao papel que as instituições devem desempenhar.

Países ibéricos e latino-americanos – Origem dos recursos destinados aos programas dirigidos à juventude

Países	Orçamento nacional	Bancos	Fundo internacional reembolsável	Fundo internacional não reembolsável	ONGs	Fundações	Combinação	Empresa privada	Informação desconhecida
Argentina	X		X				X		
Chile	X					X			
Colômbia	X	X	X						
Costa Rica	X		X				X		X
Cuba	X								
Equador	X								
El Salvador	X								
Espanha	X			X					
Guatemala	X								
México	X	X							
Nicarágua	X		X	X				X	
Panamá	X							X	
Peru	X	X		X			X		
República Dominicana	X		X					X	
Uruguai	X	X	X				X	X	

Fonte: Baseado nas respostas da pesquisa da Cepal sobre programas nacionais para a juventude, 2004

Assim, são criadas formas diferentes para resolver questões levantadas pelos próprios organismos com relação à função deles: “execução de programas e projetos”, “coordenação de ações”, “assessoria ao executivo”, “representação dos jovens”, ou talvez “uma entidade técnica” ou uma “entidade política”. Essa situação determina parte do debate atual e reflete a tensão a que são submetidos os organismos oficiais da juventude.

Países ibéricos e latino-americanos – Tipos e características dos programas destinados à juventude

Tipo	Oferta programática	Objetivos	Público-alvo <sup>32</sup>	Conquistas	Países
Programas institucionais e de promoção juvenil	Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento institucional das políticas para a juventude.</li> <li>Sistemas de informação e avaliação sobre programas para a juventude.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas governamentais da infância, adolescência e juventude.</li> <li>Instituições públicas de educação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de planos e programas nacionais para a juventude.</li> <li>Implementação de conselhos nacionais ou locais da juventude.</li> <li>Apoio a governos locais em questões da juventude.</li> <li>Projeto de plano de ação para as políticas para a juventude.</li> <li>Ampliação do acesso à informação sobre e para os jovens.</li> <li>Alianças com empresas e redes de jovens.</li> </ul>	Argentina Bolívia Chile Equador Guatemala México Nicarágua Uruguai
	Participação e associatividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento associativo e organizacional.</li> <li>Capacitação e assistência técnica a organizações juvenis.</li> <li>Promoção do voluntariado juvenil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organizações juvenis locais.</li> <li>Organizações da sociedade civil.</li> <li>População jovem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento de organizações juvenis e ampliação de vínculos com governos locais.</li> <li>Implementação de espaços de participação com os jovens.</li> <li>Promoção de alianças estratégicas.</li> <li>Desenvolvimento de lideranças juvenis.</li> <li>Legalização de organizações.</li> <li>Intercâmbio de experiências entre organismos governamentais e não-governamentais.</li> <li>Promoção do trabalho social da juventude.</li> <li>Mobilização da população juvenil em torno de valores sociais, solidariedade, cooperação.</li> </ul>	Argentina Bolívia Chile Costa Rica Colômbia Equador El Salvador Espanha México Nicarágua Peru Portugal Uruguai

32. A maioria da oferta programática é ao mesmo tempo focalizada e/ou universal.

## Países ibéricos e latino-americanos – Tipos e características dos programas destinados à juventude

Tipo	Oferta programática	Objetivos	Público-alvo	Conquistas	Países
	Culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas juvenis comunitárias.</li> <li>• Centros de formação juvenil.</li> <li>• Recreação esportiva.</li> <li>• Casas culturais.</li> <li>• Consumo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizações juvenis.</li> <li>• População jovem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da participação de jovens.</li> <li>• Integração e criação de estratégias comunitárias.</li> <li>• Apoio governamental.</li> <li>• Incorporação de empresa privada.</li> <li>• Espaços próprios para a juventude.</li> </ul>	Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Guatemala Espanha México Nicarágua Peru Portugal Uruguai
Setoriais	Educacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsas e créditos para estudos.</li> <li>• Difusão da lei da juventude, direitos e obrigações da juventude.</li> <li>• Prevenção integral em temáticas de sexualidade, saúde reprodutiva, uso de drogas, alcoolismo etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizações juvenis.</li> <li>• Sociedade civil.</li> <li>• População jovem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuição para o posicionamento político do tema juvenil.</li> <li>• Promoção de contingente científico.</li> <li>• Inclusão dos pais em outros setores da comunidade.</li> <li>• Apoio a iniciativas culturais e recreativas.</li> <li>• Co-financiamento de iniciativas com o setor privado.</li> </ul>	Argentina Bolívia Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Guatemala México Nicarágua Panamá Peru Portugal República Dominicana Uruguai

## A situação institucional

A importância que as sociedades e seus governos outorgam a suas instituições da juventude é expressa na hierarquia, grau de autonomia, força política e recursos atribuídos a elas.

Na América Latina, entre as instâncias encarregadas da juventude, a maioria se encontra limitada a ministérios como entidade governante; apesar disso, o grau de dependência varia entre umas e outras. Existem organismos que não dispõem de independência administrativa, financeira e política, ao passo que outros contam com graus relativos de autonomia, ainda que se encontrem subordinados a instâncias superiores.

Países ibéricos e latino-americanos – Tipos e características dos programas destinados à juventude

Tipo	Oferta programática	Objetivos	Público-alvo	Conquistas	Países
Setoriais	Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de unidades de produção e fomento do emprego para jovens.</li> <li>• Modernização produtiva.</li> <li>• Capacitação laboral.</li> <li>• Apoio a pequenas e médias empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juventude desempregada.</li> <li>• Organizações produtivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego.</li> <li>• Ampliação de negócios.</li> <li>• Ampliação do acesso a créditos.</li> <li>• Incentivo à poupança.</li> <li>• Incorporação e vínculos com setor privado.</li> </ul>	Argentina Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Espanha México Nicarágua Peru Portugal Uruguai
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do acesso à atenção básica à saúde.</li> <li>• Prevenção integral e atenção à sexualidade e uso de drogas.</li> <li>• Assistência alimentar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infância, família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferecimento de assistência de saúde especializada aos adolescentes de todo o país.</li> </ul>	Chile Colômbia Costa Rica Cuba Espanha México Peru República Dominicana
	Moradia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a crédito hipotecário.</li> <li>• Subsídios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedade civil.</li> </ul>	-	Espanha México

Para expressá-lo comparativamente, podemos observar que, enquanto todas as nações têm instituições semelhantes para atender aos assuntos mais relevantes nos terrenos econômico, político e cultural, na questão da juventude ministérios convivem com institutos, vice-ministérios com departamentos, áreas do pessoal com entidades federais centralizadas, formando um leque que torna complexa a cooperação internacional e a coordenação jurídica e interinstitucional.

### A formulação de políticas

Como conseqüência do problema anterior, há organismos que são caracterizados por desenvolver progressivamente esforços de coordenação institucional, com base num plano político estatal (formulação de políticas públicas), para chegar

Países ibéricos e latino-americanos – Tipos e características dos programas destinados à juventude

Tipo	Oferta programática	Objetivos	Público-alvo	Conquistas	Países
Outros	Minorias e/ou população excluída	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégias de reinserção social para jovens, adolescentes e crianças com risco social.</li> <li>Lares e albergues.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jovens, crianças e adolescentes em extrema pobreza, viciados, delinquentes.</li> <li>Infância e família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atenção à juventude com menos acesso a programas governamentais.</li> <li>Promoção de projetos de vida pessoal.</li> <li>Desenvolvimento humano, individual e social.</li> <li>Assegurar a reinserção laboral e social dos jovens excluídos, viciados etc.</li> </ul>	Argentina Bolívia Colômbia Costa Rica Equador Guatemala Panamá Peru
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Atenção e inclusão de grupos minoritários de não-capacitados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População não-capacitada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Difusão dos direitos humanos.</li> <li>Programas de apoio social.</li> </ul>	Espanha México Colômbia
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Setor de jovens indígenas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organizações indígenas.</li> </ul>	-	Colômbia México
	Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organizações juvenis.</li> <li>População jovem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação das novas gerações para o cuidado, conservação e desenvolvimento do meio ambiente.</li> </ul>	Cuba México	
	Justiça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sociedade civil.</li> </ul>	-	Chile Guatemala	

Fonte: Baseado nas respostas da pesquisa da Cepal sobre programas nacionais para a juventude, 2004.

a um nível operativo (coordenação programática); ao passo que outras instituições concentram seus esforços na articulação das ações de diferentes entidades e organismos que desenvolvem programas similares ou, setorialmente, permeiam as políticas da juventude com eixos temáticos específicos (saúde, educação, meio ambiente, segurança etc.); e, finalmente, organismos assistenciais que processam demandas e fornecem respostas sempre insuficientes.

### Alta rotatividade dos responsáveis pelos organismos da juventude

Um processo de institucionalização se consolida quando existe um serviço civil que permite estabilidade e continuidade das políticas e quando os processos de formulação de decisões não são vulneráveis à mudança dos ocupantes de cargos diretivos.

Na questão da juventude, enquanto em alguns países é possível apreciar uma relativa estabilidade e permanência das pessoas encarregadas dos organismos oficiais, bem como a continuidade de políticas e programas, em outros ocorre uma alta rotatividade nesses cargos, o que afeta profundamente o trabalho.

### A “modelização” institucional

Existem tensões que os governos experimentam, ou podem experimentar, quando, ao formular políticas para a juventude, importam ou implementam automaticamente modelos provenientes de outros países. O problema não consiste nos modelos copiados em si, que provavelmente funcionam bem em seus contextos, mas na réplica automática e irreflexiva que se costuma fazer deles. Parece que um efeito perverso de uma globalização mal-entendida se apresenta na instalação automática de experiências externas (européias e latino-americanas igualmente), aplicadas como “panacéias” que desconhecem a diferença dos contextos sociais e institucionais existentes entre as realidades nacionais e regionais.

### A oferta de programas

Observa-se a tendência de alguns organismos oficiais da juventude de circunscrever seus programas à atenção de um grupo populacional ou, em sua imperfeição, de acordo com os alinhamentos setoriais, ao passo que em outros países tenta-se formular políticas para o desenvolvimento integral da juventude.

As características dos programas para a juventude que se apresentam na América Latina, em termos gerais, costumam ser: pequena atração para os jovens; fragmentação setorial; desarticulação ou falta de integração; ausência de estratégias de avaliação; carência de investimentos; presença limitada na sociedade ou visibilidade nula; duplicidade de programas e ações ou concorrência com outros programas; e, talvez a mais importante, pequeno impacto no esforço para inverter as condições de exclusão e injustiça da juventude ibero-americana.

## As alternativas institucionais

Em certas ocasiões, os organismos políticos criados para tal fim tencionam pôr em funcionamento programas destinados à melhoria das condições da juventude. No entanto, a institucionalidade existente dentro da estrutura do Estado constitui um foco de grande enfraquecimento que impossibilita que o projeto de política seja de qualidade, minimizando, dessa forma, a viabilidade institucional.

Em geral, os organismos públicos carecem de níveis técnicos e administrativos especializados para o exercício de suas funções e revelam a ausência de um bom fluxo de recursos. Do mesmo modo, alguns deles estão excluídos dos núcleos de poder onde são tomadas as decisões que vão incidir diretamente sobre a população juvenil. Sua atuação está condicionada por agentes externos que nem sempre possuem a informação pertinente para o planejamento das estratégias.

É imperativo, portanto, ajustar os elementos que constituem a institucionalidade da juventude ibero-americana implementando ações para a construção de instituições com características organizacionais modernas, projetar uma gerência pública de boa qualidade, implantando, na medida do possível, estruturas de recursos humanos baseadas no mérito e na capacidade técnica, envidando esforços para proporcionar real peso político às áreas da juventude, permitindo a interlocução com setores estatais de grandes implicações sociais.

A pertinência da formulação de políticas para a juventude com base nas instituições depende em grande parte do desenvolvimento de sistemas orgânicos que gerem informações especializadas sobre a questão. No entanto, a carência desses sistemas nos órgãos latino-americanos sujeita os organismos que tomam as decisões a utilizar informações desatualizadas, de baixa qualidade e pouco confiáveis. Uma gestão eficiente depende de fluxos de informações em tempo real dos estados atuais do espaço de intervenção, assim como dos efeitos e transformações dos programas que estejam sendo executados. Em assuntos de juventude, com frequência surgem repercussões imprevistas: algumas desfavoráveis, outras, positivas, razão pela qual o contínuo monitoramento é primordial.

A implementação de sistemas de informação apropriados, com métodos eficientes, que estejam em contato permanente com a realidade, deve ser um dos pontos essenciais da institucionalidade da juventude.

Por outro lado, as políticas públicas devem ser dirigidas diretamente para os problemas juvenis para poder realmente transformá-los. Se as ações atenderem as propostas isoladas e esporádicas, as probabilidades de êxito serão bem limitadas. O impacto das políticas e os programas da juventude dependem da integração organizacional dos esforços.

Em alguns países as estruturas políticas da juventude empreendem ações em âmbitos isolados. Existem obstáculos originados do limite de competências dos organismos estatais, já que cada um deles age segundo sua jurisdição, impedindo a inserção de programas complementares de agentes públicos externos, o que afeta a intersetorialidade e a coordenação entre as políticas para a juventude. A coerência interinstitucional não é apenas desejável, ela é imprescindível para atuar com efetividade sobre os múltiplos fatores que atingem a população juvenil. Se os departamentos competentes em assuntos relativos à juventude não coordenarem suas ações mediante o uso de instrumentos interinstitucionais, persistirão o desperdício de recursos e os resultados insatisfatórios. Então, é imperativo implementar uma cultura de redes organizacionais<sup>33</sup>.

A não-concentração e a descentralização de funções, competências e responsabilidades, até instâncias próximas da população juvenil, configura uma alternativa de remodelação organizacional dos agentes estatais com múltiplas possibilidades. As políticas destinadas às áreas da saúde, emprego, educação, entre outras, estarão mais bem ajustadas às demandas da juventude se forem desenvolvidas com base nas necessidades locais, removendo os vícios das decisões tomadas nos grandes centros. As ações descentralizadas permitirão um contato mais próximo entre as partes implicadas, o que é muito importante no terreno da juventude porque contribui para abrir os canais à participação dos jovens nos programas e viabiliza o seu controle social.

É muito importante analisar as desigualdades existentes entre as localidades porque, por exemplo, se nos processos de transferências de recursos para dar corpo às políticas não se levarem em conta os desequilíbrios, a descentralização pode piorar as situações que se pretendem alterar. Os poderes centrais devem nortear-se por critérios de equidade que busquem políticas fomentadoras de justiça social.

33. Bernardo Kliksberg, *¿Cómo reformar el Estado para enfrentar los desafíos sociales del 2000?*

A INTERVENÇÃO DOS JOVENS NOS PROCESSOS DE  
DESENHO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
OFERECE UMA FORÇA SINGULAR PELA GRANDE  
CONTRIBUIÇÃO DE IDÉIAS E INICIATIVAS.

Com relação a isso, a Cepal afirma: “A descentralização oferece teoricamente vantagens derivadas de um suprimento local de serviços, pois fomenta maior responsabilidade e melhor controle dos usuários e das respectivas comunidades, o que pode ser traduzido numa gestão mais eficaz. Por causa da disparidade de salários e disponibilidade de capital humano no interior dos países da região – América Latina –, essa transferência de responsabilidades sociais pode ter um sério impacto em termos de equidade territorial”<sup>34</sup>.

A participação nos processos organizacionais inclui ferramentas sólidas que facilitam a cooperação no projeto e na criação das políticas, pois esse esquema permite aberturas para a incorporação de prioridades reais. A intervenção dos jovens nos processos de desenho e formulação oferece uma força singular pela grande contribuição de idéias e iniciativas. Além disso, os beneficiários diretos estarão continuamente avaliando as mudanças e apontando as reestruturações pertinentes.

No entanto, apesar das notórias vantagens da participação, esta evolui lentamente na maioria dos países latino-americanos, diversas políticas a pregam, mas na prática levantam-se barreiras e limitam-se os canais.

A conjunção da descentralização com a participação compõe uma estrutura que constrói caminhos para a materialização dos propósitos públicos, porque a intervenção dos jovens nos projetos de política, gestão e avaliação propicia condições para o apoio às ações dos funcionários, acelera os procedimentos e impede a corrupção.

Também é imperativo instaurar um conjunto de redes entre os agentes institucionais dedicados à resolução dos problemas juvenis, em que as políticas públicas tenham um papel de convocatória, promovendo os agentes mais relevantes.

34. Citado por Bernardo Kliksberg, *op. cit.*

As redes institucionais são estruturas complexas, compostas por uma planilha diversificada de agentes com configurações heterogêneas e funções distintas. Para a sua construção é necessário implementar estratégias sistemáticas, em que os níveis executivos devem desenvolver capacidades que abordem o acordo, a negociação, o planejamento conjunto em contextos ágeis e abertos.

Um dos maiores questionamentos do Estado são as condutas corruptas de alguns funcionários. Trata-se de um problema de grande envergadura que está presente em muitas latitudes. O custo econômico da corrupção é insustentável e suas conseqüências morais, ainda mais dramáticas. Por essa razão, o Estado e a sociedade devem ocupar-se a fundo para combater frontalmente a corrupção mediante campanhas em que se discuta o fenômeno, a fim de estabelecer sólidos códigos de ética a serem implementados com rigor. No terreno da juventude, é fundamental democratizar o acesso a informações relacionadas aos propósitos dos programas, com os recursos alocados, fontes de financiamento e procedimentos de execução.

A totalidade do sistema institucional da juventude deve incorporar estratégias de punição claras e efetivas, transformando “o fantasma da corrupção” numa exceção sancionada política, social e penalmente.

Por último, a institucionalidade pública da juventude deve observar, no seu funcionamento, critérios associados a um gerenciamento eficiente que privilegie a participação dos jovens, descentralize os procedimentos, promova a consolidação de redes interinstitucionais, fiscalize a conduta dos funcionários e avalie permanentemente os programas.

As expectativas que se buscam com as políticas e os programas estão relacionadas à eficiência em termos da utilização dos recursos de todas as ordens (políticas, econômicas e sociais) para que os efeitos sobre a juventude sejam concretos e avaliáveis por uma dupla ótica: qualitativa e quantitativa. É desejável que os programas sejam auto-sustentáveis e contribuam para a melhoria da situação da equidade entre os jovens.





A juventude de hoje: (re)invenções  
da participação social



REGINA NOVAES  
CHRISTINA VITAL

## **Introdução**

### **Juventude e sociedade: jogos de espelhos**

Juventude como espelho retrovisor da sociedade

Juventude como espelho amplificador das marcas do tempo histórico

### **Participação juvenil: ambivalências, mitos e projeções**

Consumidores e/ou cidadãos?

Apáticos e/ou participativos?

### **Juventude e participação: quatro consignas mobilizadoras**

Consigna 1 – Por uma sociedade ecologicamente sustentável

Consigna 2 – Pelo acesso à educação, ao trabalho e à comunicação (nos moldes do século XXI)

Consigna 3 – Pelo reconhecimento de demandas de grupos com vulnerabilidades específicas e pelo respeito à diferença

Consigna 4 – Pela paz e pelo respeito aos direitos humanos

### **Performances, arte e cultura: os meios de comunicação e as formas de participação**

#### **Emergência de um campo novo de participação de jovens: diversidade nos objetivos e nas formas**

Lugares usuais de participação política

Novos lugares, objetos e formas de participação cidadã

Em tempos de PPJ: grupos tradicionais e modalidades recentes se empenham na construção da "juventude" como novo ator político

#### **Dois exemplos bons para pensar a participação juvenil nos dias de hoje**

*Hip hop*: expressão cultural e uma rede de "atitude"

*Hip hop* na América Latina: resultados de uma busca na internet

Os jovens no Fórum Social Mundial (FSM): experimentos de participação

#### **Considerações finais**

#### **Referências bibliográficas**

## Introdução

---

A preocupação com os jovens evoca a apreensão com o futuro da sociedade, com seus rumos e alternativas de desenvolvimento. A indagação sobre a participação dos jovens remete à questão a respeito do futuro da democracia das sociedades latino-americanas. São eles os herdeiros da sociedade, de seus símbolos, valores e códigos de funcionamento. Eles é que definirão padrões de reprodução e/ou de mudança da sociedade e de suas instituições. Portanto, é preciso examinar esse assunto com cuidado, disposição e abertura para reflexão.

Compreender a juventude de hoje é compreender o mundo de hoje. Os dilemas e perspectivas da juventude contemporânea estão inscritos em um tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais. O objetivo deste artigo é apresentar um elenco de possibilidades de participação para os jovens da América Latina.

A idéia é reunir informações e pistas para a reflexão sobre continuidades e descontinuidades históricas das formas de participação juvenil. Na primeira parte apresentaremos alguns aspectos do debate acadêmico sobre o tema “juventude e participação”. Na segunda, nos propomos a identificar novos temas, novos sujeitos, novos tipos de sensibilização, mobilização e organização de jovens voltados para a transformação social.

## Juventude e sociedade: jogos de espelhos

---

Já é lugar-comum questionar a universalidade da categoria “juventude”, tomando-a em sua historicidade. A seqüência infância–juventude–maturidade ganhou conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas sociais, econômicas e políticas. São aspectos culturais arbitrários e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra. Variam as idades cronológicas, variam as expectativas que as sociedades constroem para seus jovens.

Na concepção das sociedades clássicas greco-romanas a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. “*Juvenis*” vem de “*aeoum*”, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. Naquela cultura, a deusa grega Juventa era evocada justamente nas cerimônias do dia em que os mancebos (adolescentes) trocavam a roupa simples pela toga, tornando-se cidadãos de pleno direito.

Na sociedade moderna não há consenso em torno dos exatos limites de idade que devem vigorar para definir quem é jovem<sup>1</sup>, mas a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. É vista como tempo de “moratória social”, “etapa de transição”, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania.

Na realidade, são desiguais e diferentes as possibilidades de viver a juventude como “moratória social”, por isso fala-se tanto em “juventudes”, no plural. Por outro lado, como toda experiência geracional é historicamente inédita, os jovens de hoje vivem uma situação singular.

### Juventude como espelho retrovisor da sociedade

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Como afirma Urresti (2000), mais do que comparar gerações, é necessário comparar as sociedades que vivem as diferentes gerações.

1. O parâmetro mais usado é a faixa de 15 a 24 anos, definido por organismos internacionais. Mas há países que antecipam ou prolongam essa faixa etária. Ver o artigo de Yuri Chillán.

Hoje, para a grande maioria dos jovens, as vulnerabilidades são crescentes. Na América Latina a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em virtude da origem social e de níveis de renda familiar. No entanto, também as disparidades econômicas entre países, entre regiões de um mesmo país, entre campo e cidade definem os acessos e as carências nas vidas dos jovens. Os que vivem nas áreas rurais – marcadamente indígenas em vários países da América Latina<sup>2</sup> – vivenciam as piores situações de pobreza, de escasso reconhecimento cultural e de restrito acesso às instâncias decisórias.

Por outro lado, nas grandes cidades, para o jovem latino-americano de hoje, pesa também o local de moradia. Em pesquisas qualitativas recolhemos vários relatos de jovens que sofreram “discriminação por endereço”, isto é, sofreram específicas restrições de acesso à educação, ao trabalho e ao lazer por morar em áreas urbanas classificadas como “violentas”<sup>3</sup>, via de regra marcadas pela presença e tirania do narcotráfico e pela corrupção e truculência policial.

A vivência da condição juvenil é ainda diferenciada em razão de desigualdades de gênero<sup>4</sup> e de preconceitos e de discriminações que atingem diversas etnias, indígenas e afro-descendentes.

Mas isso ainda não é tudo. Os jovens de hoje também se diversificam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Esses recortes, que funcionam como demarcadores de identidades, podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos.

Em resumo: diferentes segmentos juvenis formam um complexo caleidoscópico no qual fatores sociais produtores de desigualdades e recortes produtores de diferenças se combinam produzindo distintos graus de vulnerabilidades.

## Juventude como espelho amplificador das marcas do tempo histórico

Com todas essas diferenciações internas, o que haveria de comum entre os jovens de hoje? Apenas os hormônios, a adrenalina, o corpo predisposto para a aventura,

2. Por outro lado, temos que considerar especificidades das relações interétnicas locais; por exemplo, a maioria dos jovens nicaraguenses pertencem à etnia conhecida como “mestiços do pacífico” (83,6%).
3. Os informes sobre a Guatemala destacam, ao lado do problema de analfabetismo (44,6%), a peculiaridade geográfica da capital (que concentra a maioria da população e altos índices de violência e desigualdade).
4. Não é por acaso que a juventude latino-americana empregada mostra um perfil altamente masculinizado.

para o risco? A rigor, a dimensão biológica, tantas vezes desdenhada pelas ciências sociais, produz representações de força e vitalidade que motivam e justificam a ousadia de certas práticas sociais juvenis. Mas, para além do aspecto biológico e apesar dos abismos sociais existentes, ser jovem em um mesmo tempo histórico permite viver uma experiência geracional comum.

Hoppenhayn (1997) afirma que a coexistência de dimensões de *integração* pelo consumo simbólico (no sentido de conexão e intimidade com as fontes massivas de informação e comunicação) e de *desintegração* (no sentido da falta de acesso ao progresso material) se traduz para o jovem latino-americano de hoje tanto na dificuldade de acesso ao trabalho produtivo, ao poder de decisão política, aos benefícios econômicos do desenvolvimento, quanto na contingência de conviver com altos graus de violência, discriminações sociais de vários tipos e com a perda de horizontes a longo prazo, ou seja, em um mesmo tempo histórico também são produzidas determinadas marcas geracionais, sensibilidades e disposições simbólicas comuns. Elas estão presentes na sociedade como um todo, mas se agigantam quando o foco recai sobre a juventude. Vejamos algumas delas.

- TER MEDO DE SOBRAR

Na contemporaneidade, as profundas mutações no mercado de trabalho atingem de maneira particular os jovens. Historicamente, origens de classe garantiam que pequenas minorias de jovens pudessem viver a desejada “moratória social”, enquanto a grande maioria encurtava a infância e, ao começar a trabalhar, antecipava a idade adulta. Em ambos os casos, a despeito das injustiças provenientes da concentração de renda e de oportunidades, os jovens podiam planejar o futuro e até mesmo ter algum tipo de ascensão social em comparação com seus pais. Hoje, ainda que, sem dúvida, são os jovens mais pobres os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precarização das relações de trabalho, podemos dizer que jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar”.

- TER MEDO DE MORRER

No senso comum e na mídia o tema da violência está bastante associado aos jovens: sempre há estatísticas para comprovar que “são eles os que mais matam e os que mais morrem”. No Brasil se destacam: os jovens mais pobres, do sexo masculino e negros. Assim como o “medo de sobrar”, o medo de morrer prematura-

mente e de forma violenta também povoa “transversalmente” o imaginário dessa geração. E essa questão está colocada para todos. Em outras gerações o gosto pela aventura e a vontade de correr risco estavam respaldados pela crença de que “ser jovem” era quase uma garantia natural que mantinha a morte distante. Não por acaso a excepcional morte precoce produziu santos e heróis. Já essa geração convive diariamente com a morte que atinge seu grupo etário: estão aí as estatísticas para comprovar as mortes de jovens atingidos por armas de fogo (em conflitos de bandos armados, durante as ações policiais, atingidos por balas perdidas) ou em acidentes de trânsito.

- SENTIR-SE DESCONECTADO EM UM MUNDO CONECTADO

As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização, a “visão do tamanho do mundo” entre gerações. A propagação veloz de certos símbolos e valores pelos mais diversos países permite que jovens – de diferentes condições sociais e de diferentes locais do mundo – de alguma forma partilhem um mesmo universo de referência. Assim, a despeito de todas as desigualdades e diferenças, qualquer análise sobre a condição juvenil atual deve levar em conta: as imagens da juventude disseminadas pela publicidade, a televisão que tudo transmite em tempo real e a internet, com seus mais variados usos. “Ser jovem” em um “mundo conectado” é viver uma experiência historicamente inédita. Viver a juventude no presente momento histórico no qual a tensão *local-global* se manifesta no mundo de maneira contundente: nunca houve tanta integração globalizada e ao mesmo tempo nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos os processos de exclusão.

## **Participação juvenil: ambivalências, mitos e projeções** \_\_\_\_\_

A rigor, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências provocadas pela convivência contraditória entre a subordinação à família e à sociedade e as expectativas de emancipação, sempre em choque e em negociação. Há quem diga que, desde a metade do século xx, de maneira geral, os jovens são disputados por forças antagônicas que produzem tanto críticas quanto adesões à chamada “sociedade de consumo”. Segundo Ribeiro (2004), o cineasta francês Jean-Luc Godard,

em seu filme *Made in USA*, sintetizou muito bem essas duas vias ao chamar os jovens parisienses dos anos 1960 “de filhos de Marx e da Coca-Cola”, ou seja, uma parcela da juventude dos anos 1960 evocou a idéia de revolução e aderiu aos seus ícones mais radicais, como Guevara, Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh. Mas foi nessa mesma época que a juventude se tornou destinatária por excelência dos anúncios e propagandas indispensáveis da sociedade de consumo.

As diferenças entre os jovens não se dão apenas na tensão entre adesão e resistência. Mesmo entre os jovens contestadores do “sistema” sempre existiram diferentes vias políticas, artísticas e de estilos de vida. Sergio Balardini (2000) lembra que os jovens dos anos 1960 e 1970 navegaram entre a radicalização política e a contracultura. Em suas palavras, “*entre el Che y el ‘submarino amarillo’*” dos Beatles. Os *hippies*, que pregavam “paz e amor”, foram contemporâneos dos jovens que se envolveram em ações armadas para contestar as ditaduras latino-americanas. E o que dizer dos dias de hoje?

No geral, há a tendência de caracterizar a juventude por meio de grandes traços que permitam certos veredictos conclusivos. Vejamos os mais freqüentes. A juventude de hoje é consumista (e não questionadora da sociedade de consumo); é individualista (e não solidária); é conservadora (e não progressista); é alienada (e não engajada); é apática (e não participativa). Assim, no senso comum, nos meios de comunicação e até mesmo em certos espaços acadêmicos prevalecem imagens negativas da atual geração.

No entanto, em cada tempo e lugar são muitas as juventudes, e entre elas sempre existem adesões ao estabelecido e territórios de resistências e de criatividade. É o que ocorre também aos jovens de hoje.

### Consumidores e/ou cidadãos?

Maria Rita Kehl (2004) lembra que a imagem do jovem consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, se oferece à identificação de todas as classes sociais, mesmo que poucos sejam capazes de consumir todos os produtos. A compra incessante de novos produtos torna-se uma demanda imaginária tão coercitiva quanto qualquer necessidade biológica. Considerados hoje uma nova fatia de mercado, os jovens também contribuem para perpetuar a busca constante do sucesso econômico e do próprio prazer e a indiferença em relação ao mundo (Freire, 2004).

Por outro lado, nunca é demais lembrar, a dinâmica cultural não é monolítica e, em um tecido social complexo e diversificado, a recepção e apropriações de mensagens não são homogêneas. Assim, ser jovem em um mundo conectado também significa poder conviver com outras possibilidades de “consumos” outrora impossíveis. O depoimento abaixo é interessante para pensarmos a relação entre participação social e novos tipos de consumo:

“Foi inicialmente como consumidora que presenciei, nas palavras do grupo Pavilhão 9, ‘a tomada, por assalto, do cenário nacional’ do movimento *hip hop*. Como consumidora, estranhei o deslocamento das imagens e notícias sobre a periferia (desabamento na favela, as filas para vagas no setor de saúde ou de educação, as rebeliões em penitenciárias, as chacinas, as ruas sem esgoto, as casas inacabadas...) dos telejornais para as revistas, canais de televisão e programas especiais que giram em torno do mundo *pop*. Foi estranho ver na MTV, entre dois clipes onde predominavam as coloridas roupas da moda *fashion*, os cabelos coloridos, os ambientes hiper-reais, ao lado de cenas de alguma favela, negros encapuzados, armas, 111 presos mortos, corredores do Carandiru<sup>5</sup>. A década de 90 foi invadida pela presença da periferia para além do lugar que até então ela estava. O *rap*, o grafite e o *break* invadiram o universo urbano, veiculando-se pelo universo *pop*.”

Imagens e falas “fora do lugar” têm valor comercial. Hoje a “diferença” também tem seu valor no mercado. Nesse contexto, jovens das periferias das grandes cidades também se tornam criadores de moda e estilo, que passam a ser incorporados por muitos jovens de classe média. Afinal, como afirma Cancline (1995), o mundo de hoje pode ser visto como uma comunidade desterritorializada e transnacional de consumidores na qual se socializam as novas gerações (em torno do *rock*, do *hip hop*, da MTV, etc...). No relato transcrito acima, a observadora é brasileira. Mas a reflexão sobre o fenômeno pode se estender para setores juvenis da América Latina. Não por acaso, a MTV é internacional (em alguns lugares, aberta, e em outros, canal fechado).

Como já foi mencionado, exacerbam-se o individualismo, o consumismo, a indiferença diante do sofrimento alheio, o medo imobilizador. Por outro lado, assim

5. Carandiru é o nome de um presídio da cidade de São Paulo onde houve a chacina de 111 presos nos anos 1990.

como existem elementos na sociabilidade contemporânea que desfavorecem e impõem limitações à participação dos jovens, é possível identificar também outra série de elementos que a impulsionam. Em outras palavras, é preciso, sempre, examinar tanto as possibilidades de adesões ao estabelecido quanto as complexas formas de resistências que surgem e trazem consigo potencialidades e possibilidades de participação historicamente inéditas. Por isso mesmo é preciso atentar para as virtualidades e possibilidades contraditórias presentes num mesmo processo.

### Apáticos e/ou participativos?

Seja para autocompreender, seja para autoprotoger, na sociedade – sobretudo entre os que são pais e/ou profissionalmente responsáveis por jovens –, existe uma grande necessidade de responder a certas perguntas: “como é a juventude atual?” “O que se pode esperar dos jovens de hoje?” Porém, como lembra Helena Abramo (1998), o apelo à participação dos jovens vem quase sempre acompanhado de ceticismo. Ceticismo e apreensão. Embora dificilmente existam informações disponíveis e dados sociologicamente comparáveis, um dos expedientes utilizados para sustentar o ceticismo é a comparação entre gerações. Essas comparações surgem sobretudo em respostas a três indagações.

- JÁ NÃO FAZEM MAIS JOVENS COMO ANTIGAMENTE?

Os jovens de hoje são vistos como mais alienados e desinteressados de questões sociais e políticas do que os das gerações anteriores. Essa comparação evoca um importante segmento juvenil que ganhou notoriedade nos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, mas, sem sombra de dúvida, não representava estatisti-

HÁ UM DESENCANTO GERAL QUE SE SOMA A UMA CERTA  
DESILUSÃO COM O RESTABELECIMENTO DAS DEMOCRACIAS  
QUE NÃO LOGRARAM CUMPRIR A CONTENTO AS  
PROMESSAS DE SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS,  
DO CLIENTELISMO E DA CORRUPÇÃO.

camente a maioria dos jovens daquela época. Compara-se assim uma minoria do passado com todos os jovens do presente. Comparam-se registros históricos de movimentos sociais com resultados de *surveys* realizados com amostras (aleatórias ou estratificadas) de jovens de hoje.

- OS JOVENS DE HOJE SÃO OS QUE MAIS ESTÃO DISTANTES DA POLÍTICA E MENOS PARTICIPAM DELA?

É comum falar da “participação juvenil”, focalizando apenas as representações dos jovens sobre a categoria “política” e sua participação na política eleitoral. A visão negativa que o jovem tem da política e sua baixa participação nos mecanismos institucionais da vida política são dois aspectos sempre enfatizados. No entanto, não se faz uma comparação sistemática – na mesma pesquisa – entre as respostas dos jovens e as respostas dadas por entrevistados de outras faixas etárias.

Aliás, pode-se notar que toda vez que essa comparação é feita a baixa participação e a descrença na política e nos políticos são fenômenos extensivos a todas as faixas da população. Nas sociedades da América Latina, lembra Abramo (1998), há um desencanto geral que se soma a uma certa desilusão com o restabelecimento das democracias que não lograram cumprir a contento as promessas de superação dos problemas sociais, do clientelismo e da corrupção, assim como não conseguiram consolidar formas efetivas de participação popular. Portanto, a desqualificação da política e dos políticos não pode ser compreendida de forma dissociada das percepções mais gerais que reinam nesse universo.

Talvez, buscando a especificidade da “condição juvenil”, poderíamos até dizer que viver a juventude em um tempo de aguda e propagada “crise de representação” e de decomposição da crença no sistema político em vigor não é sem conseqüências. Porém, essa busca da especificidade da condição juvenil também nos obriga a indagar acerca da existência de algo novo entre eles. Afinal, a mesma “crise de representação” pode estar sendo propícia para novas conjugações entre idéias e práticas que resultam em participação social.

Algumas pesquisas mostram<sup>6</sup> que, para certos segmentos juvenis, a desqualificação da política e dos políticos vem acompanhada de uma reapropriação da idéia de “cidadania”, para onde são transferidos certos atributos próprios do campo

6. Ver Novaes, 1998.

político, tais como: ação, conscientização, direitos, valorização dos espaços coletivos, resolução dos problemas etc. Em variados grupos de jovens que hoje buscam a inclusão social podemos observar uma peculiar interseção entre o discurso da “cidadania” e as expressões do sentimento de solidariedade. Essa combinação tem-se traduzido em disposições éticas e ações concretas em diferentes espaços (não necessariamente classificados como políticos) dos quais participam.

- MAS OS GRUPOS CULTURAIS, RELIGIOSOS, ESPORTIVOS, DE VOLUNTARIADO, DOS “PROJETOS SOCIAIS” E AS ONGS PODEM SER ATUALMENTE CONSIDERADOS COMO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL? ATÉ QUE PONTO?

É comum falar da “participação juvenil” focalizando apenas os lugares tradicionais da política. Como lembra Abramo (1998), é muito mais diversificada hoje a face social dos jovens que se mobilizam: se até os anos 1970 os atores juvenis estavam restritos aos jovens estudantes de classe média, hoje várias dessas formas de movimentação que vemos surgir ocorrem entre jovens dos mais distintos setores sociais, especialmente entre os chamados “setores populares urbanos”.

De fato, nos setores populares urbanos – e também no âmbito de alguns movimentos que congregam jovens rurais – proliferam hoje grupos ecológicos, musicais, esportivos, religiosos, cujas ações imediatas visam transformar as chamadas “comunidades locais”. Esses grupos tendem a se articular em espaços geograficamente mais amplos para realizar intercâmbios artísticos, culturais e de experiências de ação social, para participar de articulações e mobilizações ligadas às suas áreas de atuação, para participar de campanhas e mobilizações relacionadas a interesses mais amplos da cidadania.

Ao mesmo tempo, em países da América Latina – em proporções diferentes – existiram ontem e existem hoje pequenas parcelas de jovens envolvidos na militância nesses espaços tradicionais da vida política.

Portanto, há necessidade de melhor análise em duas dimensões. No que diz respeito aos grupos que não se organizam de acordo com os moldes políticos clássicos, antes de descartá-los como “meramente” artísticos, místicos ou assistencialistas, é necessário conhecer melhor suas formas de atuação no espaço público e atentar para seus efeitos políticos em configurações sociais marcadas pela exclusão e pela violência.

No que diz respeito àqueles considerados de “natureza política”, antes de evocar a crise das representações e decretar sua inexistência, apontando para a decadência do movimento estudantil, das juventudes partidárias e dos departamentos juvenis das organizações sindicais, é preciso perceber como esses espaços têm sido afetados por novos temas e formas de organização com as quais são obrigados a conviver nos dias de hoje.

Em resumo: o tema *juventude e participação social* evoca frágeis parâmetros de comparação entre diferentes gerações e é propício para generalizações infundadas. É preciso inovar a forma de se aproximar dessa questão pois:

- não há informações confiáveis que nos permitam dizer que, em termos numéricos, hoje há mais ou menos jovens participando de algum tipo de ação coletiva do que em gerações passadas;
- as percepções negativas da política e a baixa participação nos espaços institucionais da vida política atingem a sociedade como um todo e os jovens são espelhos – retrovisor e amplificador – do que ocorre na sociedade;
- atualmente estão em pauta novas questões e linguagens que renovam a política e (re)inventam possibilidades de o jovem estar e agir no espaço público.

## **Juventude e participação: quatro consignas mobilizadoras** \_\_\_\_\_

### **Consigna 1 – Por uma sociedade ecologicamente sustentável**

Essa é uma geração pós-advento da ecologia. O “pós” aqui empregado não tem sentido de algo passado ou ultrapassado. Significa apenas “depois” da disseminação de idéias ecológicas. Gerações anteriores, em tempos de guerra fria, participavam da vida política de um mundo dividido em dois grandes blocos, em duas ideologias polares. Essa geração, nascida a partir dos fins dos anos 1970, cresce num tempo já impregnado de um grande problema ambiental que atinge todo o mundo e precisa ser enfrentado.

Relatos de ambientalistas históricos enfatizam as dificuldades que experimentaram para levar as questões ambientais para o centro da agenda política dos governos, sindicatos, partidos, movimentos sociais. Para grupos de “esquerda”, o

ambientalismo era uma questão menor diante dos “problemas estruturais da sociedade”. Para grupos que apenas se preocupavam com o crescimento econômico capitalista, o ambientalismo era visto como ingenuidade ameaçadora que poderia espantar investidores e fontes de lucro, ou seja, militantes ecológicos – muitos vindos da famosa geração de 1968 – tiveram que arrombar várias portas bem fechadas para tornar legítima a preocupação com a destruição do meio ambiente. Os jovens de hoje já encontraram um ideário ecológico – com suas muitas e diferentes versões – espalhado pelo mundo.

Todo um trabalho de sensibilização foi feito por organizações não-governamentais, empresariais, organismos de direitos humanos para que a questão ambiental fosse ao menos incorporada à agenda pública. A ECO 92 – fórum oficial e fórum paralelo – introduziu um novo vocabulário nos meios de comunicação. Passados esses anos um novo vocabulário tornou-se socialmente disponível para exprimir as mazelas ambientais produzidas pelos atuais padrões de desenvolvimento.

Que mazelas são essas? Segundo os editores do *Geo Juvenil para América Latina y el Caribe* (PNUMA, 2004), três são os principais problemas ambientais da região:

*“En primer lugar, 75% de la población vive en zonas urbanas, en donde a contaminación del aire representa una amenaza para la salud y a falta de agua es común. El segundo problema es la destrucción y el decremento de los recursos florestales, especialmente en la cuenca del Amazonas, y la consecuente amenaza a la biodiversidad. En tercer lugar está el posible impacto regional del proceso global de cambio climático, a través de fenómenos como incendios florestales, los desastres originados por huracanes e inundaciones y la tendencia al aumento del nivel del mar, que pone en peligro muchas de las metrópolis regionales ubicadas en zonas costeras, así como estados islenos.”*

Os processos são antigos, mas é nova a maneira de abordá-los. O ideário ecológico passou a ressignificar problemas, produzir sentimentos e motivar ações. Poluição, camada de ozônio, destruição/busca de preservação ambiental. Assim foram surgindo categorias de pensamento para expressar demandas e para ofertar bandeiras de cunho ecológico para a sociedade. Hoje, idéias ecológicas circulam e são apropriadas de diferentes formas.

Embora os adultos também usem em seu vocabulário conceitos do ideário ecológico, são os jovens que os incorporaram com mais naturalidade. Aprendem sobre seus significados na escola, principalmente nas aulas de geografia e ciências, em diferentes programas de televisão que disseminam palavras-chave e valores ecológicos e nos projetos sociais (governamentais e não-governamentais), nos quais se tornou quase obrigatório o conteúdo “educação ambiental”.

**ECOLOGIA RURAL** Quais repercussões a chave de leitura ecológica tem para as formas atuais da participação de jovens no campo? Nos anos 1960, nos meios intelectuais e políticos, o campo sempre era visto como o lugar do atraso; deveria ser transformado para que não fosse obstáculo para o desenvolvimento industrial capitalista, ou mesmo para a construção de uma sociedade socialista. Hoje, considerando os processos de globalização, de reestruturação produtiva e de desemprego industrial, o ideário ecológico espalhado pelo mundo potencializa a crítica ao modelo de desenvolvimento vigente nas áreas rurais e se torna um aliado para a defesa de modelos alternativos de posse e uso da terra de acordo com situações específicas das diferentes áreas (tais como as reservas extrativistas nas florestas, apoio à pequena produção agroecológica, orgânica etc.). Nas áreas rurais também falam em “criar postos de trabalho” e atividades rurais não-agrícolas.

Sem dúvida, os jovens estão saindo massivamente do campo; porém, ao mesmo tempo, há uma predisposição de parcela da juventude rural para responder a apelos de mobilizações e práticas “ecologicamente corretas”, como se as representações e práticas ecológicas agregassem um valor positivo ao “ficar no campo” – antes só visto pela ótica do atraso. Via ecologia, os jovens rurais se conectam com as questões de seu tempo, fazendo dialogar velhos problemas com novas motivações. Legitimados por específicas ações locais, eles se articulam regionalmente, passam a fazer parte de redes maiores, de redes de Ongs, de articulações nacionais, internacionais. É comum, em encontros internacionais, ouvir jovens latino-americanos se comunicando – em português ou em espanhol ou em “portunhol” – por meio de “dialeto” ecologicamente comprometido.

**ECOLOGIA URBANA** Os jovens moradores das cidades, por sua vez, também têm experimentado a possibilidade de transformar velhas precariedades da infra-estrutura urbana em demandas “ambientais” e em ações concretas. Tendo a ecologia

como um vetor de aglutinação, grupos de jovens moradores das cidades abordam a questão do lixo urbano propondo mutirões, reeducação de moradores para manter a limpeza, coleta seletiva, reciclagem e valorização dos garis comunitários como “educadores ambientais”. No Rio de Janeiro, o desmatamento, o deslizamento de terra em encostas e o entupimento de galerias pluviais são questões cotidianas, cuja gênese está na especulação imobiliária e nas desigualdades de renda e de acesso à moradia. Nesse cenário, é o “ambientalismo”, como chave de leitura geracional, que se apresenta como canal de comunicação e alavanca para despertar sonhos entre os jovens de hoje. Na linha do tempo produziu-se um encontro de uma linguagem de preocupação com o futuro e interesses da (heterogênea) população jovem. Trata-se de uma linguagem mobilizadora que tem um apelo juvenil muito forte.

É claro que não se trata de uma comunicação sem ruídos. Assim como o movimento feminista, as questões étnicas, as preocupações ecológicas transformaram-se em moedas políticas que circulam em espaços governamentais, na sociedade civil e no mercado. Assim, é inegável que as preocupações com o meio ambiente e o ideário ecológico deram um sangue novo à política, abrindo novas possibilidades de participação.

A partir dos anos 1990, projetos sociais dirigidos à juventude do campo e da cidade<sup>7</sup> acionam o “ideário ecológico” para motivar a participação e dinâmicas de integração social de diferentes segmentos juvenis. Hoje há grupos de jovens ambientalistas, e também quase não há organização juvenil (grêmios estudantis, juventudes partidárias, pastorais da juventude católica e evangélica) que não se ache obrigada a colocar um item ecológico em seus projetos, programas e agendas. Como afirma Isabel Cristina Carvalho (2004), a ecologia se apresenta como um campo de idéias disponíveis para a formação da identidade do jovem que ingressa na esfera pública e pode compartilhar, em algum nível, um projeto político de emancipação. Hoje existem novas áreas de profissionalização ambiental, valorizadas ou revalorizadas com o fortalecimento de uma consciência ecológica que acena com novos espaços de inserção para o jovem, quando se esgotam oportunidades nas carreiras tradicionais.

7. Como ilustração, ver a publicação do PNUMA (2004) intitulada *Geo-Juvenil para América Latina y el Caribe*, “Abre tus ojos para al medio ambiente”, em que são descritas experiências exitosas e há uma lista de organizações que promovem ações juvenis na região. Ver também catálogo de projetos apoiados pela Fundação Kellogg (2005), que contém vários projetos que articulam protagonismo juvenil e questões ambientais.

## Consigna 2 – Pelo acesso à educação, ao trabalho e à comunicação (nos moldes do século XXI)

O casamento que parecia indissolúvel entre escola e trabalho está em crise e precisa ser repactuado. A concepção moderna de juventude – originada de profundas transformações a partir do século XVIII e consolidada após a Segunda Guerra Mundial – tornou a escolaridade uma etapa intrínseca à passagem para a maturidade. “Estar na escola” passou a definir a condição juvenil. Idealmente, o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho garantiria melhor passagem para a vida adulta. Na prática, essa “passagem” não sucedeu em ritmo e modalidades homogêneas nos diferentes países e entre as juventudes de um mesmo país. Amplos contingentes juvenis de famílias pobres deixaram e deixam a escola e entram prematura e precariamente no mercado de trabalho informal e/ou experimentam desocupação prolongada. Isso não é novidade.

O que haveria hoje de novo? Hoje jovens de distintas classes sociais revelam pressa de trabalhar mais cedo. Certamente, para a grande maioria deles, a pressa está ligada às necessidades básicas de sobrevivência pessoal e familiar. Por outro lado, na sociedade de consumidores a urgência também pode estar relacionada com a busca de emancipação financeira, mesmo parcial, que possibilite acesso a variados tipos de consumo e de lazer. No entanto, para os jovens de todas as classes e situações sociais submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho, a pressa parece estar relacionada com a consciência de que o diploma não é garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade.

Os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis, mas têm conhecimento também de que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho, deteriorando relações, provocando mudanças, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais.

O sistema educacional está diante, portanto, do desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso aos jovens e dar continuidade à formação escolar. Uma educação de qualidade para todos não pode ser tida apenas como forma de adestramento da força de trabalho, nem pode ignorar a importância da inserção dos jovens nos mundos social e econômico. Nesse cenário, tanto os movimentos de jovens quanto as organizações que trabalham com eles passam a incorporar três novas demandas:

ACESSO À ESCOLA (OU DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE) Tal reivindicação pressupõe não só equipamentos e recursos humanos, mas também um novo casamento entre educação e qualificação profissional. O que está em jogo é uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com o século XXI.

ACESSO AO TRABALHO (OU DIREITO AO TRABALHO DIGNO) É interessante observar aqui uma inversão em relação à experiência de participação social de outras gerações. Nos anos 1960 e 1970, “ser estudante” era se predispor à participação, como muitos jovens participaram de lutas camponesas e operárias, ou seja, necessidades e reivindicações das diferentes categorias ocupacionais geravam motivações para participação social (com base no “lugar na produção”). Hoje há crescentes contingentes de jovens que se organizam justamente para reivindicar acesso ao mundo do trabalho.

Diante da globalização dos mercados, há um redesenho do mundo do trabalho e a construção de uma *nova cultura da “trabalhabilidade”*. E assim jovens se organizam para ter acesso às políticas governamentais e aos projetos não-governamentais que lhes garantam iniciação à vida produtiva: por meio do auto-emprego, da abertura de micro e pequenos negócios, do trabalho cooperativo e associativo, da atuação remunerada em organizações do terceiro setor. A questão dos postos de trabalho permeia toda a agenda da juventude de hoje e se expressa também na (re)valorização da ocupação rural (agrícola ou não-agrícola, desenvolvida em pequenas propriedades), e das novas profissões que surgem nas áreas do turismo,

NA INTERFACE ENTRE AS DESEJADAS MELHORIAS  
DO SISTEMA ESCOLAR E A QUALIFICAÇÃO VOLTADA  
PARA A INSERÇÃO PRODUTIVA SURGE A DEMANDA  
POR *INCLUSÃO DIGITAL*. NAS ORGANIZAÇÕES DE  
JOVENS OU NAQUELAS DEDICADAS A ELES ESSE  
ITEM É OBRIGATÓRIO.

esporte, arte e cultura. Em alguns espaços sociais o conceito de economia solidária busca dar conta de uma parte dessas alternativas e um sentido a elas.

ACESSO ÀS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (INCLUSÃO DIGITAL) Na interface entre as desejadas melhorias do sistema escolar e a qualificação voltada para a inserção produtiva surge a demanda por *inclusão digital*. Nas organizações de jovens ou naquelas dedicadas a eles esse item é obrigatório. Não é por acaso que a sigla NTIC (novas tecnologias de informação e comunicação) começa a freqüentar as pautas de reivindicações dos jovens. A propriedade intelectual restrita em um mundo no qual a ciência e a tecnologia são forças produtivas essenciais é, do ponto de vista de Manuel Castells, o principal obstáculo ao desenvolvimento de dois terços da humanidade que vivem na pobreza. A reforma dos direitos de propriedade é fundamental, de acordo com o sociólogo, para que a criatividade possa ser fonte de riqueza.

No âmbito da participação social de jovens, as NTIC se tornam instrumentos úteis para a circulação de informações sobre vários temas e causas e, ao mesmo tempo, alimentam novas bandeiras de luta. Esse é o caso do envolvimento de grupos de jovens na defesa do *software livre* (programa de código aberto), que significa dar liberdade para os usuários para executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o programa.

### Consigna 3 – Pelo reconhecimento de demandas de grupos com vulnerabilidades específicas e pelo respeito à diferença

Em espaços de participação de jovens a discriminação étnica, de gênero, de orientação sexual e de portadores de necessidades especiais é apontada como obstáculo para a inserção produtiva, para a convivência social, e como causa de violência física e simbólica. A atuação de entidades da sociedade civil que lutam contra a discriminação possibilitou conquistas importantes para cada um dos segmentos enumerados acima. Hoje os jovens buscam imprimir sua própria experiência nas pautas desses movimentos. Por exemplo: os jovens com deficiências resultantes de acidentes com armas de fogo e de trânsito incluem suas questões nos espaços das políticas públicas de juventude. Assim como as jovens mulheres não falam em dupla jornada (em casa e no trabalho), mas em tripla jornada (escola, casa e

trabalho). Jovens negros e indígenas denunciam preconceitos no setor de serviços, no qual as oportunidades de trabalho pedem “boa aparência”, nos moldes europeus. Jovens demandam punições para ações homofóbicas e combate a toda forma de opressão e de discriminação aos homossexuais.

As “ações afirmativas” têm sido uma importante via para enfrentar tais discriminações. A premissa da ação afirmativa é o reconhecimento de que pessoas sujeitas à desigualdade devem receber atenção diferenciada, via de regra, traduzidas em “cotas” que garantam o acesso à educação e aos postos de trabalho e, ainda, ao lazer.

É verdade que não há consenso entre as organizações de jovens sobre as ações afirmativas e sobre as cotas para cada um desses grupos socialmente discriminados. Mesmo assim é importante salientar que essa é uma importante porta de entrada para a participação juvenil.

Seja por indignação diante da injustiça que causa sofrimento alheio, seja por interesse de minimizar o próprio sofrimento, vários jovens começam a participar levados por sentimentos gerados na vida privada. Como desdobramento, tais sentimentos privados se transformam em “lutas por direitos”, geralmente dentro da chave de leitura dos “direitos humanos”, e, assim, geram ações que contribuem para a construção do espaço público.

#### Consigna 4 – Pela paz e pelo respeito aos direitos humanos

De certa forma, ser jovem é ser suspeito. Os jovens têm sido por toda a América Latina e Caribe alvos de humilhação, extorsão e violência policial. Isso nos faz compreender por que no Brasil, nas grandes cidades, cresce o número dos adolescentes de classe média que adotam as roupas, a gíria, a música, a estética da favela, das periferias. Kehl (2004) mostra o que há de positivo nesse “outro tipo de consumismo” que questiona distâncias sociais. Contudo, a mesma psicanalista se indaga: até que ponto a identificação dos meninos da elite com a estética dos excluídos resulta em identificação estética da violência e da criminalidade, com a espetacularização do mal? Não há respostas fáceis para questões como essa<sup>8</sup>.

8. Sobre o assunto, ver Abramo (1998), que recupera o debate em curso e as diferentes interpretações sobre o caráter – de contestação da sociedade ou de reprodução da violência – de certos grupos de jovens urbanos.

Diante de tão propaladas estatísticas que colocam as taxas latino-americanas de vitimização de adolescentes e jovens entre as mais altas do mundo, surge a clássica polêmica: como compreender a participação em gangues, *pandillas*, galeras, “barras bravas”, comandos etc.? Desagregação social e patologia? Fuga da realidade? Narcisismo? Focos de resistência em face da injustiça e da exclusão social? Formas de elaboração, expressão e negociação de sentidos? As respostas para essas questões não são simples, e, certamente, as causas e sentidos são múltiplos. Ballesteros (1997) mostra a contradição entre a pobreza e o impacto cultural da opulência propagandizada pelo mercado, que pode gerar tamanho mal-estar e frustração que, por sua vez, pode levar a um desaparego existencial da legalidade e das regras da democracia e, em consequência disso, à violência social e política.

Certamente, nos limites deste texto, não será possível aprofundar o assunto. No entanto, é preciso salientar que a “violência” – com todas as imprecisões e inúmeros significados que estão contidos nesse substantivo – é um tema muito presente no imaginário dessa geração. Como atestam várias pesquisas, esse é um tema que remete a experiências vividas, se destaca como preocupação e é mobilizador para a participação social.

Como sabemos, jovens com histórias ligadas à criminalidade não só se tornaram público-alvo (nos bairros, nas prisões, em espaços onde cumprem medidas socioeducativas) de políticas públicas para a juventude como também, por vezes, tornam-se eles mesmos agentes e protagonistas de novas organizações juvenis voltadas para o combate à violência policial e, como eles dizem, “para tirar os jovens do tráfico”.

Na Colômbia, especialmente após iniciativas oficiais que promoveram a reintegração social de participantes de conflitos armados, foram criados Ongs nas quais jovens que haviam participado daqueles grupos começaram a se destacar e hoje se dedicam ao trabalho com outros jovens envolvidos nos grupos de mobilização cidadã.

No Brasil também são conhecidos grupos – especialmente Ongs e grupos evangélicos – nos quais militam jovens que utilizam em seu trabalho seus próprios depoimentos sobre a experiência de envolvimento em situações de risco social.

Certamente em cada país da América Latina e do Caribe as “lutas pela paz” englobam questões específicas a determinada configuração social. Porém, de maneira geral, podemos identificar traços comuns que dizem respeito ao protesto contra

a impunidade de que gozam os criminosos, às reações por mortes violentas de jovens nas mãos da polícia, em situação precária e em prisões. Não por acaso cada vez mais, tanto nos documentos de organizações de jovens quanto de organizações que trabalham com jovens, é recorrente a demanda por reformas das instituições policiais e por segurança pública com respeito aos direitos humanos.

## **Performances, arte e cultura: os meios de comunicação e as formas de participação**

---

Hoje podemos dizer que todas as vias de participação social têm algum grau de dependência dos meios de comunicação de massa. De certa forma estar no espaço público é atingir a mídia. Desse modo, assim como não há política sem símbolos e rituais, podemos dizer que nas formas atuais de participação juvenil se ampliam as possibilidades performáticas e artísticas. Vejamos alguns exemplos.

- OS “ESCRACHES”

Na Argentina, aproximadamente duzentos bebês nasceram em cativeiros, tendo sido apropriados por militares ou por amigos destes. Os bebês eram retirados dos centros clandestinos de detenção (CCD)<sup>9</sup> e adotados ou diretamente registrados como filhos próprios. As Avós da Praça de Maio têm realizado um trabalho exaustivo de investigação e denúncia a fim de encontrar seus netos. Vinte anos após o golpe militar, houve a conjugação de uma série de fatores (confissões de torturadores, homenagens a desaparecidos, indenizações). Desses rituais de comemoração nasceu um novo conjunto de personagens: os filhos de desaparecidos. Em 1994, depois da “Jornada de Memória, Recordação e Compromisso”, realizada na Faculdade de Arquitetura de La Plata, nasceu Hijos (Hijos por la Identidad y la Justicia, contra el Olvido y el Silencio). Segundo sua própria definição, trata-se de uma “organização de direitos humanos que agrupa os filhos de detidos-desaparecidos, perseguidos políticos, exilados e assassinados durante a

9. Durante a ditadura militar funcionaram 365 centros clandestinos de detenção. A esses locais as pessoas seqüestradas eram levadas para serem interrogadas, torturadas, e a maioria delas desapareceram. Apenas por um CCD, que funcionava nas dependências da Escola de Mecânica da Armada (Esma), passaram mais de 4.000 detidos, a maioria dos quais está ainda desaparecida.

última ditadura militar”. Editoriais, páginas da internet, entrevistas e abaixo-assinados em jornais e revistas são usados para expressar sentimentos e sensações, enfrentar e querer saber o “proibido” e censurado pelas famílias com relação a seus pais (Catella, 1999). É nesse contexto que os Hijos realizam “*escraches a responsables de violaciones de derechos humanos*”. São dramatizações teatrais feitas nas ruas, consideradas como forma popular de denúncia pública. Geralmente destinada a condenar social e moralmente pessoas que, havendo cometido diferentes tipos de delitos durante o regime militar, por uma ou outra razão não foram condenadas pela Justiça ou foram beneficiadas por indultos questionáveis (Balardini, 2000).

- AS “MÍSTICAS”: RITUAIS, ARTE E CULTURA NAS MARCHAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NO BRASIL

Durante as marchas nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Brasil, os jovens têm participação especial no desenvolvimento das “místicas”. A palavra vem do mundo da religião. Ali ela ganha um conteúdo político. As “místicas” são compostas por dramatizações, músicas e danças. São *performances*. Nesses momentos rituais nos quais são construídas e reafirmadas identidades, evocam-se sentimentos de pertencimento, renovam-se escolhas e reafirma-se a disposição de participar da luta por um pedaço de terra. Ao mesmo tempo, em momentos de grande mobilização rituais como esses criam fatos políticos que despertam a atenção da pólis (enquanto cidade política) e da mídia.

- A PROLIFERAÇÃO DOS GRUPOS DE ARTE E CULTURA

Mas há algo ainda mais novo no ar. Trata-se de algo diferente, tanto da chamada “arte engajada”, em que um grupo de artistas fica à disposição do movimento estudantil, das lutas sindicais e políticas, quanto das duas situações descritas acima, em que formas artísticas são meios de expressão política. Hoje há grupos de jovens que se organizam com base em objetivos artísticos e culturais, cujas atividades têm repercussões políticas nos locais onde vivem e na construção do espaço público, provocando repercussões políticas.

Esses grupos, por meio de ritmos, gestos, rituais e palavras, instituem sentidos e negociam significados, buscando notoriedade pública e disputando adesões de

jovens. Inventam e reinventam estilos que se tornam formas de expressão e comunicação entre significativos contingentes de jovens.

Os grupos de arte e cultura também têm motivado a participação social de diferentes tipos de jovens em variadas organizações. Funcionam como articuladores de identidades e referências para a elaboração de projetos individuais e coletivos. A literatura tem mostrado um conjunto variado de grupos urbanos associados a comunidades esportivas, rádios comunitárias, grupos de teatro e de dança e estilos musicais (*rock, punk, heavy metal, reggae, funk* e outros) que desempenha uma importância crescente entre os jovens. Tais comunidades promovem novas formas de pertencimento social que lhes permitem expressar seus descontentamentos, fazer denúncias e elaborar novos caminhos de participação.

No geral, não são estilos que buscam diluir a condição social periférica com uma roupa “insuspeita” do centro. Pelo contrário, acentuam os traços socialmente associados à marginalidade, fazendo da roupa uma espécie de denúncia, de caricatura da imagem que a sociedade reserva para eles.

### **Emergência de um campo novo de participação de jovens: diversidade nos objetivos e nas formas** \_\_\_\_\_

Esses dois “consensos” são pré-requisitos para que hoje seja possível reunir em um espaço de articulação ou manifestação pública tanto jovens que atuam com base nos lugares usuais da política quanto os grupos culturais, religiosos, esportivos, de voluntariado.

Certamente, tal “convivência” nem sempre é pacífica<sup>10</sup>. Como em todo campo político, aqui também há convergências e divergências entre atores que se valorizam ou se desqualificam mutuamente.

Sem a pretensão de construir uma tipologia abrangente e definitiva, vejamos quais grupos e movimentos compõem esse campo.

10. Sem dúvida, nesse campo há concorrências (não só ideológicas, mas também de finalidade e estilo) entre grupos. No entanto, quando consideramos as histórias de vida dos próprios jovens, vemos que as fronteiras não são tão rígidas como à primeira vista pode parecer. As passagens de um tipo de grupo para outro ou mesmo participações simultâneas fazem parte de suas trajetórias.

## Lugares usuais de participação política

- Movimentos de representação estudantil universitária e secundarista.
- Juventudes partidárias.
- Juventudes vinculadas a movimentos e organizações sindicais rurais e urbanas.
- Grupos de jovens cristãos engajados.

## Novos lugares, objetos e formas de participação cidadã

- *Grupos e redes de jovens dos projetos sociais* – Enfatizam o protagonismo juvenil realizado em parcerias entre instituições governamentais e não-governamentais que têm como objetivo promover: vida saudável (prevenção DST/Aids; gravidez precoce, sexualidade); alternativas à cultura da violência, “aumento de auto-estima”, o trabalho voluntário, o envolvimento de jovens em programas de serviço comunitário; concursos, prêmios, fundos para bancar iniciativas e pequenos projetos etc.
- *Grupos de jovens que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, favelas e periferias* – Reúnem jovens dos próprios bairros e contam com apoio de pastorais católicas e evangélicas, Ongs e outras organizações de jovens.
- *Grupos e redes que agregam jovens em torno de identidades específicas (indígenas, mulheres, negros, orientação sexual, jovens com deficiências, ambientalistas, religiosos etc.)* – Atuam em lutas pela inclusão social.
- *Grupos que atuam nos espaços de cultura e lazer* – São os grafiteiros, grupos musicais, de dança e de teatro de diferentes estilos, associações esportivas, de produção de informação e criação cultural (como as histórias em quadrinhos, os fanzines, festivais etc.), valorizando e construindo o espaço público.
- *Grupos que se reúnem em mobilizações em torno de uma causa ou campanha (grupos contra a globalização, contra a guerra do Iraque, ações contra a violência e pela paz no Brasil, comitês da campanha contra a fome etc.)*.
- *Grupos de jovens religiosamente motivados* – Destacam-se as pastorais da juventude vinculadas à Igreja Católica e a algumas correntes evangélicas. No entanto, essas religiões cristãs já não têm o monopólio da participação juvenil religiosamente motivada. Acompanhando o aumento da pluralidade religiosa, jovens vinculados a outras tradições religiosas (islâmica, budista, de grupos

que remetem a etnias indígenas ou africanas etc.) têm participado de ações no espaço público, sobretudo de campanhas contra a violência e pela paz.

Em tempos de PPJ: grupos tradicionais e modalidades recentes se empenham na construção da “juventude” como novo ator político

- *Redes, fóruns, festivais, acampamentos de juventude* – Buscam reunir os grupos acima e também arregimentar setores do movimento estudantil e das juventudes partidárias, assim como pastorais e grupos religiosos com atuação no espaço público.
- *Grupos, movimentos e redes de juventude organizados da temática “políticas públicas de/com/para a juventude”* – Investem na construção do segmento “juventude” como ator político, com vistas nos espaços institucionais governamentais com verbas específicas, conselhos, planos nacionais e estatutos da juventude. Em face do poder público, buscam construir sua legitimidade por meio de uma pauta comum que conecte os grupos pontuais e localizados às organizações juvenis tradicionais.

Venturo (1996) nos chama a atenção para o fato de que hoje, na América Latina, mais do que “movimentos sociais” juvenis, assistimos ao aparecimento de *movidas* juvenis. Segundo o autor, as “*movidas* sociais” não são centralizadas (nem institucional, nem politicamente), mas difusoras de novos conteúdos político-culturais.

Na lista apresentada anteriormente, a maior parte das ações poderia se encaixar nessa definição, pois se realizam em torno de projetos concretos, ou ações a curto prazo, e de resultados palpáveis e tangíveis.

Mas que dizer das organizações de representação – juventudes partidárias, estudantes, jovens de sindicatos e movimentos ou mesmo das religiosas consideradas progressistas ou de “esquerda”, muitas das quais estruturadas em âmbito nacional e até mesmo internacional? Nessas organizações muitas vezes existem problemas de distanciamento das bases, de representatividade e de inovação na linguagem e nas formas de atuação, ou seja, não é raro que nelas persistam dificuldades inerentes às instituições centralizadas e hierárquicas. No entanto, essas organizações têm sido levadas a valorizar (ou mesmo criar) departamentos juvenis,

assim como também têm sido levadas a incorporar em sua agenda novos temas e formas de mobilização para ações concretas. Para se adaptarem às mudanças históricas e estabelecerem contato com a juventude, que muitas vezes está distante de seus quadros, essas instituições se modificaram e passam por um *aggiornamento* (com maior ou menor sucesso).

Por fim, os novos espaços de interlocução e de representação ainda estão em formação ou são frágeis na América Latina e no Caribe, mas aparecem como uma necessidade para enfrentar as diferentes vulnerabilidades e potencialidades da juventude atual.

## **Dois exemplos bons para pensar a participação juvenil nos dias de hoje \_**

### *Hip hop: expressão cultural e uma rede de "atitude"*

Certamente estamos longe de uma "democracia de informações" via internet. No entanto, as novas tecnologias não só estão presentes nos espaços de agregação juvenil já constituídos (grupos associativos, políticos e religiosos) como ajudam a formar grupos de novo tipo. As "redes juvenis" são "meios" para dinamizar o que já está constituído e também têm funcionado como ponto de partida para a construção de novos espaços de comunicação, identificação e ação.

O *hip hop* é o caso mais bem sucedido nos dias de hoje no que diz respeito à criação de canais de comunicação entre juventudes de diferentes países e regiões.

INTEGRANTES DO MOVIMENTO *HIP HOP* FUNDAM  
ONGS, CONSTROEM PORTAIS NA INTERNET,  
ORGANIZAM ENCONTROS, CONFERÊNCIAS E  
FESTIVAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. CHEGAM  
AO ESPAÇO PÚBLICO COMO UMA ALTERNATIVA DE  
ORGANIZAÇÃO JUVENIL.

Cultivado em solo americano, hoje espalhado pelo chamado “mundo globalizado”, esse movimento vai ganhando expressões próprias, incluindo as marcas culturais das periferias de cada país, de cada cidade, de cada lugar. Sem a munição do “local”, não há “poesia” para esse ritmo seco, marcado, de certa forma previsível. Além do *rap* e do *break*, há também o grafite compondo a trilogia sagrada<sup>11</sup> de um fenômeno social que é chamado pelos próprios participantes de “cultura” ou “movimento *hip hop*”.

O *hip hop* não é um movimento orgânico que produz grupos homogêneos. Pelo contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que os diferenciam entre países, cidades, bairros e estilos. Há grupos que apenas objetivam viabilizar suas carreiras como artistas. Há grupos violentos, até mesmo apoiados/financiados por traficantes. Mas há também os grupos que se propõem substituir a violência das brigas pelo convívio na música, na dança e no grafite. Nas periferias das grandes cidades o *hip hop* tornou-se um recurso cultural para a agregação de jovens.

No Brasil e na América Latina, há grupos que se tornaram conhecidos por se declararem contra o tráfico de drogas e por pregarem a paz. Essa postura favorece conexões entre os grupos do movimento *hip hop* e instâncias governamentais, organizações não-governamentais e até mesmo igrejas.

Integrantes do movimento *hip hop* fundam Ongs, constroem portais na internet, organizam encontros, conferências e festivais nacionais e internacionais. Chegam ao espaço público como uma alternativa de organização juvenil e se envolvem em movimentos pela paz, em projetos sociais com e para jovens, assim como em campanhas com temas específicos tais como: *Hip hop contra o tabaco*; *Hip hop pela vida sem DST/Aids*.

11. Segundo Vianna (1998), foi no “final dos anos 60 quando um Disk Jockey chamado Kool Herc trouxe da Jamaica para o Bronx a técnica dos famosos *sound systems* de Kingston organizando festas nas praças. Herc não se limitava a tocar nos discos, mas usava o aparelho de mixagem para criar novas músicas. Alguns jovens admiradores de Kool Herc aprofundaram a técnica do mestre. O mais talentoso deles foi Grandmaster Flash, que criou o ‘scratch’, ou seja, a utilização da agulha do toca-discos, arranhando o vinil no sentido anti-horário. Além disso, Flash entregava um microfone para que os dançarinos pudessem improvisar discursos acompanhando o ritmo da música, uma espécie de ‘repente eletrônico’ que ficou conhecido como RAP. Os ‘repentistas’ são chamados de *rappers* ou *mc’s*, isto é, *masters of ceremony*. O *rap* e o *scratch* não são elementos isolados. Quando eles aparecem nas festas de rua do Bronx, também estão surgindo a dança *break*, o *graffiti* nos muros e trens do metrô nova-iorquino. Todas essas manifestações culturais passaram a ser chamadas por um único nome: *Hip Hop*. O *rap* é a música *Hip Hop*, o *break* é a dança *Hip Hop* e assim por diante”.

## *Hip hop* na América Latina: resultados de uma busca na internet

No início do século XXI, sobretudo entre os anos 2000 e 2002, ocorreu um grande *boom* de *sites* sobre *hip hop* pelo mundo. De modo geral, podemos dizer que, além de divulgar as idéias do *hip hop* e seus respectivos trabalhos artísticos, os *sites* são vistos como uma forma alternativa de escoar e circular a “cultura *hip hop*” com suas convicções e crenças. Os *sites* consultados são parecidos em forma e conteúdo, mas ainda assim podemos classificá-los em pelo menos três tipos.

- *Portais ou sites mais abrangentes* – Geralmente possuem uma mensagem inicial na primeira página, sempre relacionada à origem urbana e periférica do *hip hop* e seu poder de transformação social. Contêm também informações sobre a cultura *hip hop* local (*break*, grafite, Mc e Dj), entrevistas com grupos de *rap* ou Mc’s, matérias sobre a música, divulgação de *shows* ou festas, letras de músicas, discos recém-lançados e recomendados, fotos de grafites e campeonatos de *break*, além de *links* para outras páginas semelhantes.

### Portais ou sites mais abrangentes

www.subterraneos.net – Site colombiano com informações de 6 países latino-americanos (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, República Dominicana e Venezuela), além da Espanha. Há um glossário alfabético onde é possível, a partir da digitação, encontrar o nome de grupos e MC’s de países latino-americanos (Chile, Argentina, Colômbia, Venezuela, Peru, Cuba, Porto Rico). Há um aviso de que informações sobre Bolívia, México, El Salvador, Porto Rico e Nicarágua estarão disponíveis em breve.



- *Sites de grupos específicos* – Exemplo: <http://www.clanurbano.8k.com/> Como ilustração, transcrevemos os termos por meio dos quais se apresentam: “MIENTRAS TOLEDO SIGUE CONFIRMANDO SU INCAPACIDAD PARA GOBERNAR NUESTRO PAÍS, MIENTRAS LOS YANKEES CONTINUAN DEVASTANDO TODO LO QUE ESTÁ EN SU CONTRA CON EL PRETEXTO DE LA PAZ, MIENTRAS EN LIMA LOS RITMOS AXE Y EL PERREO IMPERAN, CLAN URBANO SE MANTIENE SÓLIDO EN LUCHA ARMADA, ARMADOS CON NUESTRA ÚNICA ARMA EL HIP -HOP!!!! CON EL PUÑO EN ALTO LOS POETAS URBANOS.”

#### Sites de grupos específicos

Esses, no geral, contam a origem dos grupos, concepção e idéias em geral críticas à sociedade classificadas como “combativas”, com “atitude”. Trazem o nome dos integrantes e sua discografia, disponibilizam as letras das músicas e o arquivo das mesmas em MP3 e divulgam eventos de hip hop. Um exemplo: [www.clanurbano.8k.com](http://www.clanurbano.8k.com), site de grupo peruano, conta o surgimento do grupo, nome dos integrantes, disponibilizam letras (inclusive em arquivos de MP3) e fotos.



- *Sites de projetos sociais que utilizam o hip hop* (ver página seguinte, acima) – Ex.: [www.trocandoideia.org](http://www.trocandoideia.org).

### Os jovens no Fórum Social Mundial (FSM): experimentos de participação

Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2005), o FSM é inquestionavelmente o primeiro grande movimento progressista internacional após

### Sites de projetos sociais que utilizam o hip hop

São apresentados como uma metodologia de trabalho para intervir na sociedade. Um exemplo: [www.trocandoideia.org](http://www.trocandoideia.org). O projeto Trocando Idéia desenvolve iniciativas com hip hop pelo Brasil e América Latina. Promove encontros anuais em que se discutem temas e ações relacionados à juventude e procura, através da cultura hip hop, articular

jovens com os movimentos sociais, promovendo sua cidadania e a inclusão social. Promove oficinas de produção musical, dança e rádio livre e comunitária, entre outras atividades com o objetivo de capacitar jovens para tornarem-se "multiplicadores da cultura hiphop".



a reação neoliberal do início dos anos 80 do século xx. Com cinco edições já realizadas – quatro no Brasil e uma na Índia –, o Fórum Social Mundial se apresenta para os jovens como uma possibilidade de combinar desejos e preocupações planetárias, uma vocação internacionalista e a valorização de pequenos espaços da vida cotidiana como trincheiras para impulsionar a transformação global (Senra, 1998, e Abramo, 1989).

O evento é apartidário, isto é, os partidos políticos estão propositalmente aliados da reunião. Entretanto, ali há lugar tanto para os jovens ligados a partidos quanto para outros grupos que rejeitam a anulação individual em relação ao coletivo. Ali se encontram jovens ligados a grandes organizações (como a Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e a pequenos grupos, com mecanismos de participação pouco ou nada institucionalizados, que permitem grande flexibilidade de atuação. No Fórum Social Mundial há lugar especial para propostas de redes horizontalizadas, que pensam como facilitadoras de relações e buscam evitar a hegemonização por grupos particulares.

Com essas características, o fórum tem sido uma oportunidade e um desafio para a vivência da diversidade juvenil, para a experimentação do alcance do *slogan* “Um outro mundo é possível”.

O Acampamento Internacional da Juventude – onde há avisos em português, inglês e espanhol – se constituiu um território singular que permitiu que todos se sentissem parte da juventude do mundo. Nascido em Porto Alegre, no Parque Harmonia, o Acampamento Internacional da Juventude já foi realizado na Índia. A categoria “acampado” faz parte de todas as estatísticas de participação do fórum. Vejamos alguns números.

Ano	Presença	Acampados
2001	20.000	2.500
2002	50.000	12.500
2003	100.000	23.000

No ano de 2003, a faixa de jovens de 14 a 24 anos correspondeu a 37,7% de credenciados. Essa informação torna-se mais reveladora se atentarmos para o fato de que quase 70% dos acampados pertencem a essa faixa etária. Destes, 39,7% eram latino-americanos, com destaque para argentinos, uruguaios, chilenos e paraguaios. Naquele ano, certamente muitos jovens que ali estavam não sabiam muito bem quem foram Karl Marx ou Rosa de Luxemburgo (nomes de ruas do acampamento, personagens do mundo da esquerda no século passado), mas todos sabiam (ou ficaram sabendo) o que é o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra –, até porque no acampamento sempre são militantes desse movimento que oferecem boa e farta comida por 3 reais<sup>12</sup>.

Com os dados disponíveis sobre os acampados, podemos aproximar-nos um pouco mais dos jovens que frequentam o FSM. Entre os acampados, 51,2% declararam ser estudantes, 41,6% disseram que estavam trabalhando e o restante não trabalhava ou declarou-se desempregado. Entre os acampados, 22% afirmaram fazer parte de partidos políticos e 45% disseram participar de movimentos, organi-

12. Na Índia o acampamento foi bem menor e muito mais externamente controlado: realizado no pátio de um colégio católico, ali estavam proibidos cigarros e bebidas alcoólicas. Mas vale a pena salientar pelo menos uma de suas características culturais: o conteúdo da “luta pela paz” investia especialmente contra a intolerância religiosa e as guerras. No acampamento houve várias dramatizações feitas por jovens sobre esses dois temas.

zações ou redes. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) revelou as áreas de atuação que mais interessavam aos acampados em 2003.

Acampados: Ranking das áreas de atuação (FSM – 2003)
Educação
Organização popular/Participação popular
Meio ambiente
Políticas públicas/Orçamento público
Assistência social
Desca (Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais)
Saúde

Durante cada uma das edições do Fórum Social Mundial grupos diferentes se apropriam diversamente da programação cultural, dos debates e dos espaços de lazer. Vejamos alguns itens da programação de 2003. Nas oficinas “Os jovens e as políticas públicas” e “Gestores de políticas públicas para a juventude” jovens brasileiros de diferentes regiões do país e de outros países latino-americanos traçaram informações sobre o que vem ocorrendo em seus países. Também no FSM de 2003 ocorreram: encontro nacional do movimento *hip hop*; encontro de rádios comunitárias; jovens no planeta GLS, jovens no planeta Fêmea; *punks* com suas roupas pretas, cabelos espetados e tatuagens.

Na Tenda Galáctica havia runas, oráculos, *vikings*, *zens* procurando se desligar das “coisas materiais”... Ao lado deles, jovens de diferentes religiões ocupavam espaços – no acampamento e por todo o fórum – com suas várias bandeiras pre-

O GANHO IMPORTANTE DA LUTA DE JOVENS PELOS DIREITOS SEXUAIS FOI MUDAR UM QUADRO EM QUE A SEXUALIDADE SEMPRE FOI DISCUTIDA POR HOMENS E MAIS VELHOS, O QUE DIFICULTA OS DIÁLOGOS SOBRE CONTRACEPTIVOS E HIV/AIDS.

gando a paz (palavra de ordem que certamente engloba conteúdos diferenciados, como se pode notar adiante).

Ao mesmo tempo, bem de acordo com a irreverência juvenil, um grupo de jovens nus fez passeata com o retrato de Che Guevara. Certamente, muitos estavam ali apenas para namorar e passear. Um verdadeiro “Woodstock da cidadania”.

Por outro lado, estudantes, “jovens de projetos” geralmente oriundos das periferias das grandes cidades, contribuíram, em 2003, para a lotação do estádio onde o americano Noam Chomsky disse: “Washington é a principal ameaça à paz do mundo”. Aliás, na Índia, em 2004, ficou claro que nos movimentos contra a globalização ser “contra Bush” era o mínimo denominador comum. Na Índia, sem falar a mesma língua, jovens protestavam contra a guerra do Iraque e se entendiam por meio das caricaturas de Tio Sam e do presidente Bush. Esse sentimento anti-americanista que se difunde na juventude latino-americana que participa de lutas sociais merece estudo à parte.

Voltando ao Brasil, no FSM de 2005, os jovens latino-americanos tiveram a oportunidade de conhecer as *performances* realizadas por um grupo de setenta jovens da Coréia do Sul que viajaram para Porto Alegre para atuar no espaço temático *Paz e Desmilitarização* e participar delas. Mesmo com as dificuldades de comunicação, os jovens coreanos garantiram um bom público juvenil para a oficina “Ásia e América Latina contra a globalização imperialista”, no dia 28 de janeiro.

Também um seminário intitulado “Direitos sexuais, direitos reprodutivos e a participação das e dos jovens no mundo atual”, realizado em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial de 2005, pode servir de ilustração dos temas e formas de participação. O evento foi promovido pela Rede Latino-Americana e Caribenha pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos (Redlac), Articulação de Jovens do Cone Sul e Rede Jovens do Brasil, em parceria com outras organizações. A proposta, segundo os organizadores, foi reunir jovens engajados em redes para expor suas vivências. Segundo o seminário, o ganho importante da luta de jovens pelos direitos sexuais e reprodutivos foi mudar um quadro em que a sexualidade sempre foi discutida por homens e mais velhos, o que dificulta até mesmo os diálogos sobre contraceptivos e HIV/Aids. Durante o seminário, Ariel González, representante do Paraguai na Coalizão de Jovens contra a Aids – América Latina e Caribe, disse que cerca de 20.000 paraguaios, a maioria entre 20 e 35 anos, vivem com HIV/Aids.

Segundo ele, como as escolas paraguaias não cumprem seu papel de informar e dialogar, são os jovens de Ongs que fazem oficinas de capacitação para jovens derubando barreiras para um diálogo aberto e responsável.

Para participar do V Acampamento Intercontinental da Juventude, em 2005, os jovens podiam fazer inscrição pela internet ou diretamente ao chegar a Porto Alegre. Foi cobrada uma taxa de 12 reais por pessoa. A saúde dos acampados ficou a cargo de cerca de duzentos voluntários que trabalharam no Centro de Ação Espaço de Saúde e Cultura Ernesto Guevara.

Este ano, todo o FSM se concentrou ao longo das margens do rio Guaíba, o que tornou o acampamento mais integrado. No final da tarde, todos os dias, à beira do Guaíba, juntavam-se centenas de jovens para um ritual que acompanhava o pôr-do-sol. Diziam ser um ritual inca, mas para os observadores não passavam despercebidos símbolos e cânticos católicos e indianos. Além disso, certas palavras e expressões imprimiam o “social” naquele ritual religioso, como “justiça”, “paz” e “cidadania”.

Dois episódios se destacaram no território social do FSM de 2005: o primeiro, o uso da moeda solidária. O *txai* (no dialeto da tribo Kaxinawa significa “companheiro”, “amanhã”, “metade de mim”, “pedaço valioso de mim”) foi utilizado de maneira criativa no mercado de trocas do acampamento; o segundo, bastante explorado pela imprensa, foi a “violação de direitos humanos”, isto é, as denúncias de violência sexual no interior do acampamento. Ambos exigem aprendizado e reflexão sobre as vulnerabilidades e potencialidades da juventude de hoje.

## Considerações finais

---

É verdade que faltam estatísticas e séries históricas que permitam a comparação quantitativa entre a participação de jovens ontem e hoje. Porém, mesmo sem poder falar em quantidades, podemos atentar para um conjunto de evidências empíricas e para o aspecto relacional. Por essa perspectiva, podemos dizer que hoje se configura um novo campo de possibilidades (ou de posições e oposições, como diria Pierre Bourdieu) para a participação juvenil.

Trata-se de um novo campo de relações que constitui um processo de:

- reconhecimento de temas (consignas) considerados como socialmente relevantes para atender as demandas dos diferentes segmentos de atores jovens;
- reconhecimento dos diversos veículos, múltiplos meios e formas distintas de participação juvenil.

Mesmo correndo o risco de simplificação, o quadro abaixo pode expressar as continuidades e descontinuidades no campo de possibilidades de participação juvenil.

	Palavras de ordem	Pares de oposição	Participação de jovens
Anos 1960-1970	Mudar o mundo! ----- (e fazer revolução dos costumes)	Capitalismo x Socialismo Cultura estabelecida x Contracultura	Estudantes, operários e camponeses Hippies e demais grupos de contracultura
Anos 1970-1980	Democratizar a América Latina ----- Ações afirmativas para as "minorias"	Ditaduras x Democracia almejada ----- Preconceitos e discriminação x Respeito à diversidade	Cidadãos rurais e urbanos ----- "Minorias", jovens mulheres, negros, indígenas
Anos 1990  ----- Síntese atual	Lutas contra o "neoliberalismo" ----- Por acessos e oportunidades de inclusão ----- Por políticas públicas de/com/ para juventude	Degradação ambiental x Sustentabilidade ----- Violência x Paz e direitos humanos ----- Exclusão x Inclusão social	"Jovens dos projetos" (de Ongs, fundações), jovens gestores de políticas governamentais, grupos culturais, redes, fóruns e conferências de juventude, dos movimentos por livre orientação sexual etc. ----- Juventude (como sujeito de direitos, com marcas geracionais comuns e demandas diversificadas)

No sentido horizontal estão os principais aspectos que vieram a público nas diferentes décadas. No sentido vertical podemos observar as seguintes mudanças e continuidades:

**COLUNA 1** – Podemos dizer que na atualidade as *palavras de ordem* acima mencionadas convivem entre si, sendo mais ou menos enfatizadas nos diferentes tipos de grupos e organizações. Por outro lado, dissemina-se cada vez mais o

uso da expressão “lutas/ações pela inclusão de jovens”, criando uma linguagem comum. Para uns, essa é uma expressão que engloba as demais. Para outros, é apenas uma agenda para ação imediata.

COLUNA 2 – As *contraposições* entre cultura estabelecida/contracultura e as ditaduras/democracia parecem estar mais distantes da realidade atual, seja porque a chamada “revolução de costumes” já ocorreu e estamos em um tempo de multiculturalismo, seja porque as ditaduras sucumbiram, dando lugar à necessidade de qualificar a democracia. Os demais pares de oposição ainda estão em voga.

É verdade que a oposição “capitalismo x socialismo” só é usada por alguns movimentos de jovem. Via de regra as questões do capitalismo são abordadas nos espaços usuais da política por meio de uma expressão mais recente: “lutas/ações contra o neoliberalismo”. Já as palavras “preconceitos”, “degradação ambiental” e “violência” tornaram-se obrigatórias no vocabulário de todos os grupos e movimentos. Por fim, no contexto atual, há um par de oposição que tem sido utilizado por todos: “exclusão x inclusão” (para uns, como síntese dos demais; para outros, como motivação para ação imediata, aqui e agora).

COLUNA 3 – Talvez tirando os *hippies* e demais personagens do movimento contracultura, as outras personagens continuam em cena. Mas, certamente, com duas novidades. Em primeiro lugar: hoje o movimento estudantil não é mais visto como sinônimo de movimento juvenil. São muitos e diversificados os atores com os quais o movimento juvenil tem que dividir a cena. Em segundo lugar, se olharmos a coluna da *participação de jovens*, veremos que a categoria “juventude” pode englobar o conjunto de atores anteriores e contemporâneos. Justamente porque o segmento populacional juvenil foi o mais afetado pelas mudanças econômicas e societárias em curso, a *juventude* surge agora como um ator social específico, com interesses e demandas próprias, que passam a ser objeto de *políticas públicas*.

Após essa tentativa – bastante preliminar – de sistematização, para concluir, destacaremos alguns pontos.

→ Apenas uma parcela da população juvenil dos países da América Latina e do Caribe está engajada em espaços de participação social. Ainda assim, hoje há

mais *riqueza, variedade e dinamismo das organizações juvenis* do que em décadas passadas.

- De maneira geral, podemos dizer que nas últimas duas décadas se expandiu a área de interseção entre as noções de direitos de cidadania e de direitos humanos. De fato, o surgimento da consciência ecológica, as ameaças da indústria bélica e os movimentos populacionais, assim como o multiculturalismo no mundo globalizado, causaram uma ampliação da noção de direitos de cidadania. Essa ampliação provocou uma reapropriação da Declaração dos Direitos Humanos. Hoje não se trata mais de consagrar abstratamente a Declaração dos Direitos Humanos ou de “desmascará-la” como símbolo da expansão europeia e ocidental sobre o resto do mundo<sup>13</sup>. Grandes encontros internacionais se encarregaram de torná-los instrumentos nas lutas e ações para inclusão social neste planeta produtor de exclusão. Daí o Desca (direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais). Seus defensores advogam a unicidade e a indivisibilidade dos direitos com base na realidade de vida das populações com direitos violados ou nunca sequer alcançados.

Hoje a categoria “direitos humanos” funciona como uma chave de leitura para compreender processos históricos e como um instrumento para combater preconceitos, discriminações decorrentes de desigualdades sociais de diferentes tipos. Seu reconhecimento internacional produz uma espécie de “esperanto” que permite apropriações culturais diversas. É esse o pano de fundo para compreender por que tanto a idéia do “*jovem como sujeito de direitos*”.

- Por outro lado, observando o conjunto das consignas e formas de organização juvenis, notamos que os sentimentos pessoais (outrora proscritos do campo da participação política) são hoje levados ao espaço público. Na interseção entre direitos de cidadania e direitos humanos há lugar tanto para a idéia de justiça e igualdade como para categorias como sofrimento, auto-estima, fraternidade, solidariedade, sexualidade, identificações culturais. Tais combinações podem oferecer uma historicamente inédita equação entre *subjetividades* (que se va-

13. Ou, como prefere Laura Nader (1999), “[*direitos humanos*] como aquilo que os americanos levam aos outros”.

lem do pessoal, mas não ficam restrita a questões de foro íntimo) e *objetividades* (que exigem ações no aqui e agora do espaço público).

- Como em décadas anteriores muitos esforços foram feitos para construir uma perspectiva de gênero envolvendo homens e mulheres, estamos hoje desafiados a construir uma *perspectiva geracional* envolvendo adultos e jovens. Tal perspectiva só pode ser construída tanto por meio de diálogo realizado tanto na dimensão *intergeracional* quanto no âmbito *intrageneracional*. O diálogo entre gerações diferentes deve produzir aprendizado mútuo e apontar para protagonismos e responsabilidades de distintos atores em direção à inclusão social dos jovens de hoje (que leve em conta seus sentimentos, que atenda suas necessidades, que motive sua participação). A interlocução intrageracional, por sua vez, deve se basear no reconhecimento de que existe hoje “no ar” uma energia que se expressa na indignação ética, no novo olhar ecológico, na criatividade para a reinvenção do mundo do trabalho, no empenho moral presente nas Ongs e nas ações solidárias que ocorrem em determinadas igrejas e tradições religiosas, e também nas tradicionais e nas novas organizações juvenis. Esse ponto de partida ajuda a neutralizar preconceitos de todas as partes e possibilita pactuações ancoradas em valores e metas comuns.

A *perspectiva geracional* só será viabilizada se os adultos envolvidos nesse campo de relações, e também os diferentes grupos juvenis, exercitarem a tolerância e o respeito às diferenças para construir unidade (de concepção e ação) em sua diversidade. Para tanto, nestes diálogos inter e intrageracionais, é preciso evitar vícios do sectarismo político, bem como dos iluminismos conceituais. Os jovens podem construir novos padrões culturais e reinventar o mundo da participação social e da *res publica*. Por meio deles podemos vislumbrar um novo e possível caminho para a construção do espaço público e do bem comum.

## Referências bibliográficas

---

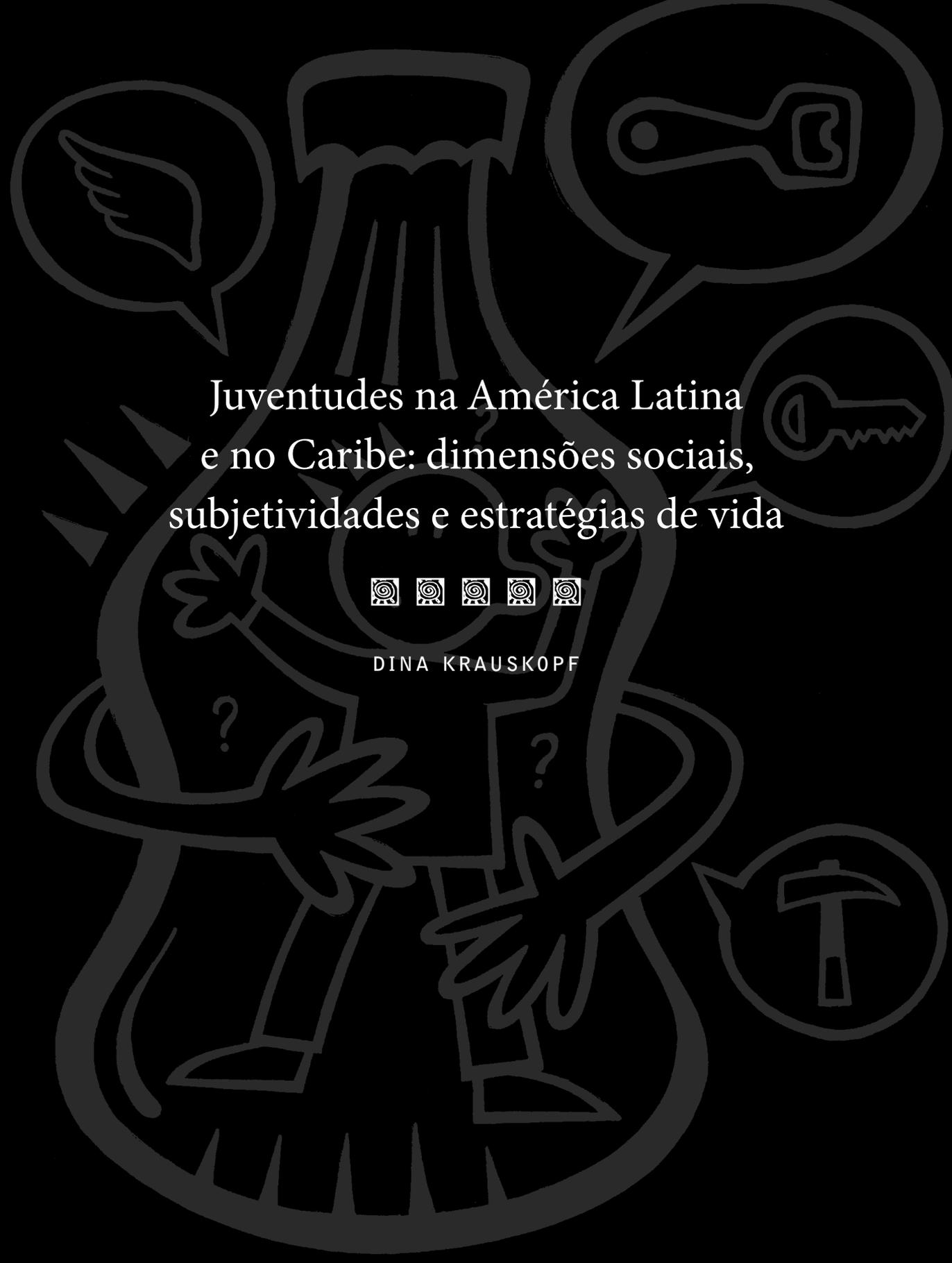
ABDALA, E. *Jóvenes, educación y empleo en América Latina. Iniciativa para el desarrollo de jóvenes en la América Latina y el Caribe*. Montevidéo: Fundación Kellogg.

ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Anpocs/Scritta, 1994.

- \_\_\_\_\_. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Juventude e Contemporaneidade*. RBPE nº 5 e nº 6, Anped, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Participação e organizações juvenis*. Documento final do seminário Organizações Juvenis. Iniciativa para o Desenvolvimento de Jovens na América Latina e Caribe. Fundação Kellogg, outubro de 1998.
- ASENSIO, C. *Características de la población joven de Nicaragua*. Fundação Kellogg, s.d.
- BALARDINI, S. (org.). *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. Buenos Aires, 2000. Colección Grupos de Trabajo de Clacso
- BALLESTEROS, E. “Los valores éticos de la juventud y la democracia”. In: *La juventud y los valores éticos de la democracia*. Memoria de lo Encuentro Internacional. Caracas: outubro de 1997.
- \_\_\_\_\_. *Políticas de juventud en América Latina: evaluación y diseño – Análises de casos nacionales en países de la región andina*. Lima: 1999.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: 1983.
- CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- CARVALHO, I. C. Ambientalismo, juventude e esfera pública. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (orgs.), *Juventude e sociedade*, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- CASTILLO, E. Diagnóstico del Panamá. Iniciativa para el desarrollo de jóvenes en la América Latina y el Caribe. Fundação Kellogg.
- CATELLA, L. Hijos. Revista *Democracia Viva*. Ibase, nº 3, 1998. *Diagnóstico El Salvador*. Iniciativa para o desenvolvimento de jovens na América Latina e Caribe. Fundação Kellogg, outubro de 1998.
- DIRETORIO DE ORGANIZACIONES JUVENILES. Medellín, março de 1996.
- DURSTON, J. Participación de la juventud en las actividades laborales y en el proceso de toma de decisión en América Latina y el Caribe. Documento preparado a cargo da Cepal para a Reunião Regional de Jovens da América Latina e Caribe, preparatória para o III Foro Mundial de Juventude, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Serie Políticas Sociales 28 – Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- \_\_\_\_\_. *Limitaciones de la ciudadanía entre la juventud latinoamericana*.
- FREIRE, J. C. “Perspectivas da juventude na sociedade de mercado”. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade*. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- HUASCAR, D. Juventud, democracia y ética a la vuelta de espejo. In: *La juventud y los valores éticos de la democracia*. Memoria de lo Encuentro Internacional. Caracas, outubro de 1997.
- \_\_\_\_\_. *Informe sobre la juventud em Guatemala: escuela de facilitadores para la creatividad e innovación – EFCI*. Guatemala. Fundação Kellogg, agosto de 2004.
- KEHL, M. R. Juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade*. Fundação Perseu Abramo, 2005.
- KLIKSBERG, B. *El contexto de la juventud en América Latina y el Caribe: interrogantes, búsquedas, perspectivas*. Fundação Kellogg, 2004.
- KOZEL, A. Los jóvenes y la política: modulaciones de un escepticismo general. In: MARGULIS, M. (ed.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MARGULIS, M. & URRESTI, M. La juventud es más que una palabra”. In: MARGULIS, M. (ed.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires, Biblos, 1996.

- \_\_\_\_\_. Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico. In: BALARDINI (org.). *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- MATEO, C. & GONZALES, C. *Bandas juveniles: violencia y moda*. Trabalho apresentado no XXI Congresso da ALAS. São Paulo, 1997.
- NADER, L. Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de direitos humanos não resolvidas. *Horizontes Antropológicos*, nº 10, 1999.
- NOVAES, R. Juventudes cariocas: mediação, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, H. *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- PNUMA. Geo juvenil para América Latina y el Caribe, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2003.
- POBLACIÓN JUVENIL DE HONDURAS. Iniciativa para o desenvolvimento de jovens na América Latina e Caribe. Fundação Kellogg, outubro de 1998.
- REYES, Y. *Morfología institucional de las políticas públicas de juventud: una lectura desde el perfil regional y la expectativa iberoamericana*. Madri: Organización Iberoamericana de Juventud, 2004.
- RIBEIRO, R. J. Juventude e política: o que fica da energia. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade*, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, B. S. Revista *Democracia Viva*. Ibase, nº 25, 2005.
- SITUACIÓN ACTUAL DE LOS JÓVENES COSTARRICENSES. Iniciativa para o desenvolvimento de jovens na América Latina e Caribe. Fundação Kellogg, outubro de 1998.
- SERNA, L. Globalización y participación juvenil. *Jovenes*, Cidade do Mexico, Causa Joven, nº 5, ano 2, julho-dezembro de 1998.
- TERMO DE REFERÊNCIA SOBRE JUVENTUDE. Documento da Fundação Kellogg. Montevidéu.
- VENTURO, S. Movidas en vez de movimientos. *Flecha en el Azul*. nº 1, ano 1, fevereiro-março de 1996.
- VIANNA, H. (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

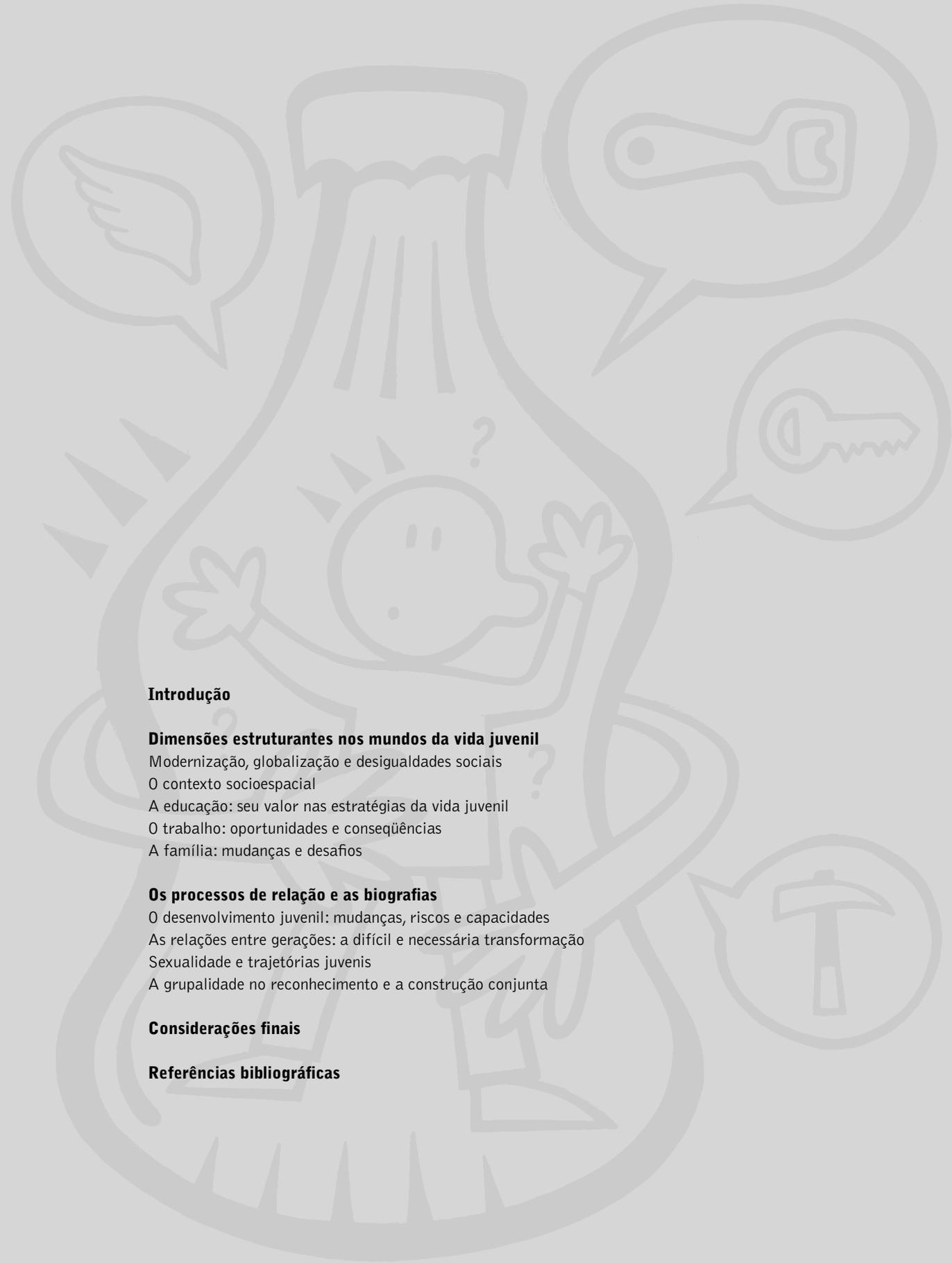




Juventudes na América Latina  
e no Caribe: dimensões sociais,  
subjetividades e estratégias de vida



DINA KRAUSKOPF

The background features a large, stylized illustration of a volcano with a person inside. The person has a question mark above their head and is holding up their hands. Surrounding the volcano are several speech bubbles containing icons: a wing, a key, a pickaxe, and another key. The entire scene is rendered in a light gray, line-art style.

## **Introdução**

### **Dimensões estruturantes nos mundos da vida juvenil**

Modernização, globalização e desigualdades sociais

O contexto socioespacial

A educação: seu valor nas estratégias da vida juvenil

O trabalho: oportunidades e conseqüências

A família: mudanças e desafios

### **Os processos de relação e as biografias**

O desenvolvimento juvenil: mudanças, riscos e capacidades

As relações entre gerações: a difícil e necessária transformação

Sexualidade e trajetórias juvenis

A grupalidade no reconhecimento e a construção conjunta

### **Considerações finais**

### **Referências bibliográficas**

## Introdução

---

A fase juvenil é a etapa na qual com maior intensidade são cruciais as interações dos recursos pessoais e grupais com as opções e as características do entorno. Isso torna necessário considerar a complexidade da sociedade no século XXI no impacto dos caminhos e subjetividades juvenis. A construção da juventude na América Latina e no Caribe ocorre em meio a transições históricas e políticas, a contextos de desigualdade econômica e a um forte influxo da globalização. São produzidos assim contextos de maior ou menor grau de multiculturalismo e multilocalização, estruturas de oportunidades enraizadas em condições econômicas e políticas com uma distribuição predominantemente dual. O mundo cibernético faz parte de uma mudança cultural que acentua as diferenças e contribui com novos códigos, condições e experiências para os processos de constituição identitária das juventudes.

A trama do desenvolvimento juvenil é tecida num contexto de novas relações de gênero e intergeracionais e com as dificuldades que geram o fracionamento das sociedades, a exclusão e a pobreza. A uniformização da percepção oficial da juventude se caracteriza pelo enfraquecimento do enfoque de gênero, cultura, etnia, residência rural e urbana e estrato socioeconômico. As mudanças sociais e econômicas desestruturam a fase juvenil para cima, ao exigir mais comprovações, num contexto de menos opções de trabalho, e para abaixo, ao adiantar a fase puberal

e sociocultural da adolescência (Balardini, 1997). Ocorre maior contradição nas demandas de condução da vida sexual dos jovens e desregramento crescente das condições que as juventudes enfrentam.

Ser jovem é uma condição que está se expandindo não somente quanto à idade, mas também quanto à representação que a juventude tem na sociedade (OIJ, 2004, em Cepal). Ao mesmo tempo, a invisibilidade da juventude rural é freqüente, o que inclui a invisibilização da etnia na representação das juventudes. A visibilidade juvenil surge facilmente no aspecto negativo, e se dá importância aos jovens em virtude de problemas que se procura corrigir, como sua sexualidade, o vício às drogas, a delinqüência, a chamada evasão escolar. A visibilidade é importante, pois faz parte das representações sociais da juventude que orientam sua inclusão, omissão ou exclusão das ações públicas.

As trajetórias de vida fazem parte de uma história de representações, experiências e oportunidades que se expressam nos acessos e escolhas, contrastados com expectativas e traduzidos em práticas que deveriam atingir níveis básicos de satisfação subjetiva, como o pertencimento, a confiança, a esperança, a alegria, o sucesso e o reconhecimento construtivo.

## **Dimensões estruturantes nos mundos da vida juvenil** \_\_\_\_\_

### **Modernização, globalização e desigualdades sociais**

A modernização contribuiu para o prolongamento da vida e possibilita que a fase juvenil seja um período cronológico suficientemente amplo para ter sentido em si mesmo, e não ser considerado meramente como uma transição ao futuro adulto. As mudanças aceleradas e a rápida obsolescência dos instrumentos da evolução dos conhecimentos e práticas influem na existência de trajetórias flexíveis e diversificadas que têm novos referentes temporais. Contudo, para o desenvolvimento dos jovens que crescem com o risco de exclusão, o prolongamento da vida não é uma promessa existencial.

Em geral, ficou debilitada a potencialidade do futuro como o eixo organizador da orientação vital. É a qualidade de vida, com o sentido positivo palpável oferecido ao presente, que proporciona a possibilidade de que os jovens projetem seus

afazerem com esperança e visão de futuro. Essa dinâmica leva a que as identidades já não sejam construídas no adiamento da inserção social nem na credibilidade de discursos e sermões. Isso torna crucial a participação do jovem na tomada de decisões e na antecipação de conseqüências para a construção identitária.

O aprendizado permanente, a geração de variados produtos culturais, as habilidades emocionais e sociais de ampla aplicabilidade permitem enfrentar as mudanças e a imprevisibilidade com imaginação, participação e expressão transformadora. Como afirma Grunbaum<sup>1</sup>, mais que de *um* projeto de vida, devemos falar de *uma vida com projetos*.

A predominância direta da família e do sistema escolar diminuiu, apesar de manter um papel central nas subjetividades juvenis. Passaram, em maior ou menor grau, a ser instituições afetadas por outras agências socializadoras e pelas influências multiculturais. O lar, além de ser o principal espaço do qual esperamos amor, apoio e confiança, representa hoje um lugar de intenso consumo simbólico e de crescente convergência de tecnologias de comunicação.

Os jovens das últimas décadas cresceram em um ecossistema comunicativo tecnológico. Os aspectos tecnológicos e os socioculturais se influenciam reciprocamente; os meios de comunicação, as redes de informação e de mercado, as indústrias culturais, os processos de consumo e a presença do ciberespaço são fundamentais na produção de subjetividades contemporâneas e diversas e, portanto, no que sentem, pensam e fazem os jovens (Marín & Muñoz, 2002).

Pesquisas mostram que os jovens são aqueles que expressam maior familiaridade com a tecnologia computacional, ainda que apresentem uma desigualdade tecnológica fortemente associada ao *status* socioeconômico (Injuv, 2004). Portanto, o impacto das tecnologias da informação e comunicação nas juventudes deve ser analisado em relação à distribuição socioeconômica. Com a chegada da globalização, a alfabetização tradicional não é claramente uma matéria-prima suficiente para o desenvolvimento; existe o alfabetismo cibernético *versus* o analfabetismo cibernético. Os grupos excluídos vão ficando afastados dos avanços. No contexto vigente, isso contribui para a dualidade social, que se expressa na maior aproximação e articulação internacional para os grupos de maiores recursos econômicos e no maior isolamento para os setores pobres (Lechner,

1. Comunicação pessoal. Susana Grunbaum, especialista uruguaia, 2005.

1998). Podemos dizer que os jovens de estratos econômicos mais favorecidos se parecem mais com os jovens do mesmo *status* dos demais países do que com os jovens pobres do seu próprio país. Balardini (2003) lembra a desigualdade entre os inferricos e os infopobres.

O mundo virtual oferece um campo simbólico de interação que compensa a limitação de tempo e espaço (Injuv, 2004). A multilocação é cada vez mais forte e o que é local encontra melhores canais de conexão com o mundo global. Outros âmbitos do planeta se tornam mais próximos no imaginário de opções e as migrações passam a fazer parte das estratégias de resposta aos sentidos de vida e inserção social dos jovens<sup>2</sup>.

Os jovens viajam com frequência no mundo contemporâneo. Nas trajetórias juvenis podem ser encontradas migrações profissionais, educacionais, nupciais, emancipatórias e familiares, com predominância das duas primeiras (Cepal, OIJ, 2004). Na América Latina são frequentes ainda a busca de opções de sobrevivência e a migração forçada, como consequência da experiência de expulsão por situações de violência nos países. O nomadismo incorpora a experiência aventureira, a busca por melhores condições de vida. Hopenhayn assinala (2004, p. 7) que a maior mobilidade dos jovens pode ser considerada um aspecto positivo, mas suas dinâmicas e trajetórias migratórias põem em questão suas opções para integrar-se em outras nações, assim como a forma de moderar os fluxos intervindo nos fatores de expulsão de seus países.

A modernização trouxe consigo metas de redução da fecundidade, de controle das doenças sexualmente transmissíveis, a ampliação da expectativa de vida, o adiamento do casamento e o fomento da autonomia econômica para homens e mulheres. São mudanças e transições que modificam elementos próprios do crescimento na fase juvenil. As mulheres e os homens jovens, que foram formados dentro de um discurso tradicional sobre seus papéis, sua vida sexual e reprodutiva, devem responder a demandas que provêm da modernidade, mas também da crise. Esta se evidencia no tecido social marcado pela pobreza, pela condição desigual de gênero, pelas contradições nas tradições culturais e pela dispersão, superposição e vazios que oferecem as instituições que sustentam as políticas sociais.

2. Estudos mostram que a maior propensão a migrar se dá entre 15 e 29 anos (Cepal, 2004). O aumento de jovens entre 15 e 24 anos que registram sua residência em um país diferente daquele de sua origem é 33% maior que o da década anterior (Cepal, *Juventud, población y desarrollo en AL y el Caribe*, México, 2000).

Ao transformarem-se as metas no desenvolvimento juvenil, aumenta-se a necessidade dos adolescentes e jovens de encontrar os elementos para organizar seu comportamento e dar sentido à sua relação presente com a sociedade. As novas circunstâncias que os rodeiam aumentam as distâncias entre as gerações. A sociedade está mais aberta à mobilidade individual, ao passo que são reduzidos os canais para a mobilidade estrutural. A individualização se apresenta como um requisito para a integração social (Injuv, 2004). Bajoit esclarece esse fenômeno diferenciando-o do individualismo. Trata-se do chamado social ao indivíduo na conformação da vida dos seres humanos<sup>3</sup>.

## O contexto socioespacial

No contexto socioespacial são construídos os espaços concretos de desenvolvimento, que não devem ser entendidos meramente em termos geográficos. Trata-se de cenários sociais, culturais, religiosos, políticos que, além de seu tamanho e temporalidade, implicam processos com potencialidades reais e virtuais que derivam em espaços de construção de identidades, de exercício e desenvolvimento do protagonismo (Cusanovich, 2002). Inclui os aspectos intergeracionais, as atitudes da comunidade de pertencimento, os valores culturais e as diferenças que prevalecem no meio.

A dinâmica socioespacial se torna uma pressão para o tipo de inserção social que os jovens que estão em tais cenários podem escolher. Nesse sentido, é imprescindível considerar a dinâmica estrutural da sociedade, como propõe Beck (1998): onde os perigos produzidos socialmente ultrapassam a segurança, os indivíduos devem se apoiar mais em suas capacidades pessoais; as instituições oferecem menos capacidade para que se dependa delas, a desapareção do Estado do bem-estar coloca nos indivíduos a responsabilidade de suas decisões, aumenta a sensação de desamparo social e a desigualdade social se traduz no acúmulo da riqueza nos estratos mais altos e o acúmulo de riscos nos mais baixos.

3. Esse chamado, segundo Bajoit, tal qual o chamado de Deus ou do progresso, tem seus mandamentos: que sejam eles mesmos, que se realizem, que sejam lúcidos e sinceros consigo mesmos, que escolham o que querem ser; não importa se errarem, é preciso descobrir e realizar os sonhos, obter o máximo de prazer, não é bom sofrer: não se pode deixar de cuidar da sua segurança, ser livre, mas sem errar, pois o espera a morte social, ser um supernumerário. Apresentação da análise de resultados da Pesquisa Nacional do Chile. Santiago, dezembro de 2004.

“O FUTURO PROFISSIONAL É TÃO IMPREVISÍVEL E ACARRETARÁ DESIGUALDADES TÃO GRANDES EM RELAÇÃO AO QUE APRENDERAM AQUELES QUE HOJE VÃO À ESCOLA, QUE DEVEMOS, ANTES DE TUDO, SOLICITAR À ESCOLA QUE, MAIS DO QUE FORMÁ-LOS EM COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS, PREPARE-OS PARA APRENDER A MUDAR.”

As cidades são receptoras de jovens migrantes e de assentamento de anéis de pobreza, onde a juventude deve enfrentar múltiplos conflitos e riscos com menos apoios. A urbanização, a modernização e as migrações debilitam o papel da família em relação à solução dos problemas juvenis. É considerável a influência da vizinhança sobre a propensão juvenil a comprometer-se em atividades delituosas. A delinqüência juvenil pode ser a consequência de um ambiente de aceitação social do crime e os menores infratores podem servir de matéria-prima para as organizações criminosas (Salazar, 1998; Ratinoff, 1996).

Com base nessas realidades, consideramos necessário identificar como contexto dos comportamentos juvenis de risco e violência o que chamamos de “risco estrutural” (Krauskopf, 2003). Quando existe o risco estrutural, os comportamentos arriscados dos jovens são inevitáveis: vivem no risco. Essa condição ocorre em locais de extrema pobreza, bélicos, criminalizantes, desprotegidos, com falta de acesso a serviços e escassa ou nula cobertura institucional. Trata-se de territórios onde a identidade positiva do coletivo é negada socialmente, enfrentando o jovem, no entanto, uma má imagem somente pelo fato de pertencer a essas comunidades. Quando não há oportunidades de participação construtiva, o anonimato é pior que o reconhecimento que eles obtêm com a identidade negativa que lhes é impingida. A visibilidade aterrorizante se torna opção de emancipação e as gratificações intensas são mais importantes que a preservação da vida (Krauskopf, 1996).

Assim, ocorrem processos de estigmatização da pobreza, e os jovens pobres são vistos como delinqüentes. A carência de espaços para a incorporação de habi-

lidades e destrezas que conduzam à melhora da qualidade de vida e à incorporação social assim como a ausência de espaços de expressão e participação juvenil legitimada são fundamentais para dificultar desfechos positivos. Nessas condições, a rua passa a ser o espaço fundamental de socialização e aprendizagem, e uma consequência disso é a ressocialização na prisão.

As tentativas inócuas de controle e satisfação mediante comportamentos de risco contribuem para as taxas de mortalidade, independentemente da idade dos membros das unidades sociais descritas. Assim, as mortes de jovens são elevadas. Por outro lado, quanto maior for a faixa de pessoas pertencentes a comunidades com suficiente capital social que se percebem com uma capacidade prolongada de controle sobre suas vidas, menores são as manifestações de violência interpessoal (Stafford y Gibbs, 1993).

Para ser bem sucedido no enfrentamento das dificuldades da fase juvenil, as condições econômicas e o capital social da família e da comunidade são muito importantes. Acrescentam-se ao desenvolvimento desse capital a qualidade das redes nas quais eles estão inseridos, as bases em que se estabelece a confiança e a cooperação entre as pessoas, as normas que prevalecem no coletivo e a vinculação das instituições (Banco Mundial, 1996).

## A educação: seu valor nas estratégias da vida juvenil

Indubitavelmente, a educação tem um papel central nas trajetórias de vida dos jovens e no desenvolvimento de suas sociedades. Cabe revisar as metas que orientam esse papel, assim como as diversas facetas do seu cumprimento. Como aponta o relatório sobre a juventude na América Latina: “O bem-estar que hoje prevê a educação já não apenas remete à possibilidade de que os estudantes gerem no futuro maiores ganhos financeiros que seus pais, dado o maior capital humano, mas também se refere ao uso das habilidades adquiridas para exercer novas formas de cidadania, viver construtivamente o multiculturalismo e combinar o vínculo imediato com o vínculo midiático... Já não é a cultura moldada pela educação, mas a educação interpelada pela cultura” (Cepal, OIJ, p. 116, 2004).

A ampliação da fase juvenil está dirigida à acumulação e à tendência dos instrumentos para o manejo competente da vida independente e sua contribuição para o desenvolvimento do coletivo na sociedade contemporânea. Tradicional-

mente, a preparação das pessoas jovens se iniciou a partir do adiamento da ação e da tomada de decisões e foi privilegiada<sup>4</sup> a preparação – subordinação sobre a contribuição participativa do sujeito jovem cidadão. Isso dá lugar a representações sociais do chamado educando, que estão desvinculadas da experiência e da cosmovisão juvenil (Krauskopf, 2003). Diante disso, pode surgir a questão: preparar-se ou viver?

As pessoas na fase juvenil já não correspondem a um pré-projeto de futuro e elas precisam enfrentar as mudanças e a incerteza com imaginação e alta capacidade de aprendizagem. Como afirma Touraine (1997, p. 338), “o futuro profissional é tão imprevisível e acarretará desigualdades tão grandes em relação ao que aprenderam aqueles que hoje vão à escola, que devemos, antes de tudo, solicitar à escola que, mais do que formá-los em competências específicas que provavelmente estarão obsoletas ou serão inúteis para eles a curto prazo, prepare-os para aprender a mudar”. Esse é um grande desafio para a formação dos educadores. Reconhece Ghiso (2000) que “muitos de nós, educadores, ficamos acostumados com a facilidade de pensar e agir nas dimensões do passado e do futuro – dois tempos que não são vitais –, desconhecendo o presente... a população juvenil nos põe em uma situação de assumir o tempo de forma mais exigente: o tempo de agora, com a intensidade e a frequência vital na qual eles deverão vibrar”.

O ritmo de difusão dos conhecimentos quebra as antinomias que deixavam como fase de substituição os jovens dos grupos incluídos e reduzem a juventude a uma etapa preparatória. Ganham relevância conquistas, gratificações e reconhecimentos no presente. A preparação não completa seu sentido para as pessoas jovens se não estiver unida à valorização de suas contribuições e à experiência produtiva. A possibilidade de pôr as idéias e valores em prática enriquece as conceitualizações, as ações e a incorporação social dos jovens. Essa é uma condição necessária para as estratégias acadêmicas da educação secundária. Caso contrário, como já dizia Aberastury (1973, p. 42), “os jovens são privados da capacidade de ação, eles são mantidos na impotência e, portanto, na onipotência do pensamento”. Acrescentemos que também assim são facilitadas ações interpostas que podem ser de ruptura e ter implicações em vivências de vazio existencial.

4. Situação que ainda persiste.

Na pesquisa nacional chilena (2004), os jovens com menos recursos concentraram suas críticas no campo das atividades educacionais e os jovens de *status* socioeconômico mais elevado, no apoio que lhes é dado com relação ao seu projeto de vida. Apesar dos problemas identificados, tanto os jovens chilenos como os mexicanos (Pesquisa Nacional, 2002) manifestam, em relação à instituição escolar, um nível significativo de confiança e satisfação.

Sem dúvida, o sistema educacional mantém um alto valor como oferta social, para além de sua defasagem e seus problemas. Além de constituir certa credencial para entrar no mercado de trabalho e proporcionar um reconhecimento formal da aprendizagem de habilidades e conhecimentos, a escola produz uma atribuição identificatória positiva, oferece um âmbito extrafamiliar legitimado e protegido, que é particularmente valioso como contrapartida da reclusão doméstica feminina, aumenta a capacidade de cuidar de si próprio e capacita para informar-se sobre a defesa de direitos, mesmo quando não seja um tema explícito do currículo. A educação durante a fase juvenil faz parte do campo de elaboração da própria identidade, da socialização e da sociabilidade com os pares, influi nas perspectivas de vida, de encontro de modelos (frustrantes ou enriquecedores) de identificação com os adultos encarregados do sistema (Krauskopf, 2001).

Hopenhayn destaca o paradoxo do acesso que tensiona a vida juvenil: há mais acesso à educação e menos acesso ao emprego. O autor observa que a cobertura da educação primária se tornou obrigatória e a educação secundária deixou de ser uma instância de minorias<sup>5</sup>, mas enfrentam uma desvalorização educacional: a mesma quantidade de anos de escolaridade valem menos hoje que décadas atrás. Existe uma desvalorização dos diplomas escolares e profissionais com relação ao mercado de trabalho e, desse modo, eles passam a ser credenciais de uma necessária etapa cumprida, mais do que a certificação de capacidades necessárias.

Nessas condições, o sistema educacional público opera com freqüência como mecanismo de comprovação, controle e segregação, e menos intensamente como promotor da mobilidade social e da capacidade inovadora, da auto-estima, do descobrimento de habilidades, potencialidades e conhecimentos formativos. A ampla

5. Isso ocorre em alguns países, visto que o ensino médio e o ensino superior mantêm caminhos classistas, ao contrário do que sucedeu à educação primária. Na América Latina e no Caribe, só metade dos estudantes que se matriculam na educação primária termina o ciclo secundário.

população juvenil que está em risco de ser eliminada do sistema educacional por dificuldades de aprendizagem e indisciplina, a “sobreidade” e a repetência, as faltas, o baixo rendimento e as sanções, a solicitação de colaboração econômica para suas famílias ou de cuidado com o lar mostram as características desiguais e de rejeição do sistema educacional. O relatório da juventude do PNUD e OIJ (2004) aponta que a evasão maciça se apresenta entre os 10 e os 15 anos de idade. O atraso escolar pode ser considerado parte de um prognóstico da chamada evasão, que é uma saída prematura e um sintoma de exclusão.

A pobreza das famílias leva à necessidade de que os filhos produzam economicamente e façam do trabalho precoce uma opção freqüente. Um problema específico são as adolescentes grávidas, que abandonam a escola para dedicar-se à criação de seus filhos ou porque são estigmatizadas. É importante conceber a educação como um processo que não se interrompe, pois foi comprovado que uma proporção significativa das pessoas que não puderam continuar estudando ou fazer uso de aprendizagem básica voltaram à condição de analfabetos, os chamados “analfabetos funcionais” (*op. cit.*). Atribui-se uma identidade negativa aos jovens que ficam marginalizados da educação. Estão expostos à exploração laboral, a emigrar mais precocemente, a levar uma vida ociosa. Mesmo quando trabalham nas regiões rurais, sofrem a estigmatização por serem considerados vagabundos, por andarem com roupas de trabalho sujas etc. (Moreno, 1992). A exclusão do sistema tem importantes conseqüências na sua imagem e nas suas trajetórias de vida. Não encontrar satisfações em uma inserção mais construtiva favorece a busca de sensações de conquista por meio de comportamentos de risco, prazeres efêmeros, anestesia ou intensidade sensorial nas drogas, entre as quais predomina o álcool.

Um aspecto relevante é a reprodução intergeracional das desigualdades educacionais na América Latina. O clima educacional do lar aparece altamente correlacionado com as trajetórias educacionais dos filhos, o que se torna ainda mais crítico nas áreas rurais. As desigualdades nos retornos educacionais também mostram diferenças significativas e favorecem a reprodução das desigualdades sociais em virtude das diferenças nas conquistas educacionais. Pela perspectiva da deterioração dos retornos da educação e a aparente dinâmica favorável de obtenção de ganhos nos setores informais e ilegais da economia, o abandono da educação pode chegar a ser visto como uma decisão economicamente razoável (Ratinoff, 1995). A elevada proporção de jovens que herdaram uma educação insuficiente prefigura

conseqüências ao longo de sua vida que limitam suas oportunidades de bem-estar e a dos lares que deverão formar (Cepal, OIJ, 2004).

Foi constatado que o progresso na cobertura deve ser seguido da modificação do paradigma de universalidade dos programas, entendida como homogeneidade programática. Esta não consegue combater a marginalização dos grupos menos favorecidos (étnico, rural, urbano popular etc.), porque parte das representações do educando, que ignora as especificidades desses grupos juvenis e as desigualdades com base nas quais tem acesso ao sistema educativo.

A rigidez das propostas educacionais desconhece a diversidade, aumenta a discriminação de oportunidades, leva a um círculo vicioso do qual são excluídos os jovens, em geral, e, em particular, as crianças e adolescentes mais pobres, as mulheres jovens, os indígenas e a juventude rural. Desse modo, não se obtém o retorno do investimento das famílias no estudo, e mais: contribui-se para a consolidação dos corredores segmentados de acesso às oportunidades e, portanto, dificulta-se a mobilidade. Isso é mais grave nos países latino-americanos, onde aumenta a distância entre a educação pública e a privada, a segmentação geográfica e social, a parca convivência entre jovens de diferentes estratos ou diferentes cosmovisões.

São muito marcadas as diferenças entre o campo<sup>6</sup> e a cidade na América Latina no que diz respeito ao analfabetismo funcional, o que afeta as expectativas de mobilidade social e ocupacional dos jovens, assim como sua integração a processos coletivos mais amplos. Nas áreas rurais, o papel que cumpre a instrução formal requer reformulações que vão desde superar a qualidade, o acesso e a escassez de educação secundária até o grave fato de que a educação se transforma mais em uma ponte que favorece o processo migratório para as cidades do que em fomento para a aquisição de conhecimentos e habilidades com vistas num novo desenvolvimento da ruralidade (Reuben, 1990).

A inclusão da interculturalidade, as estratégias para a resolução dos déficits educacionais associados a ambientes privados, o fortalecimento das capacidades de enfrentamento da adversidade e a permeabilidade social para a construção de opções são alternativas equitativas para preservar e fomentar o desenvolvimento em meio a condições estruturais arriscadas.

6. Vinte por cento dos jovens rurais de 15 a 19 anos; 26,4%, de 20 a 24 anos; e 31,2%, de 25 a 29 anos (Cepal, OIJ, 2004).

Existe um importante setor de jovens que não trabalham nem estudam<sup>7</sup>. Sem dúvida, esse grupo é o mais marginalizado e exposto a riscos críticos no seu desenvolvimento. Os jovens que carecem de um tempo estruturado, em virtude do estudo ou do trabalho, têm um tempo abundante, que não poderia ser chamado de livre (em oposição ao tempo estruturado), mas de um “não tempo”, segundo Torres Rivas<sup>8</sup>; o “desocupado”, segundo Abad (2002), “não é um tempo legitimado e valorizado socialmente, mas sim um tempo de angústia, impotência e frustração, um tempo estigmatizado socialmente, que leva à marginalidade e à exclusão”. Esse tempo é muito diferente do tempo livre, que constitui uma oportunidade necessária ao desenvolvimento juvenil para o enriquecimento das identidades sociais e culturais das sociedades, que abre as portas para o potencial das juventudes para o prazer, o lúdico e o inovador.

Há um crescente consenso sobre a necessidade de uma reformulação urgente do sistema educacional. No Encontro Internacional sobre Juventude, Educação e Emprego na América Latina, realizado no Rio de Janeiro em 1997, foram feitas observações que nos permitem afirmar o seguinte:

1. Existe a necessidade de que o sistema educacional deixe de ser um fator que praticamente bloqueia a igualdade. O sistema educacional único, ao não atender as diversidades, aumenta a discriminação e a desigualdade de oportunidades, ao invés de democratizá-las.
2. O sistema educacional responde culturalmente mais a esquemas da classe média do que às necessidades e culturas dos diferentes grupos que compõem a população da América Latina. A resposta à atual situação é o desenvolvimento de sistemas educacionais plurais, que contam com estratégias substitutivas e complementares.
3. Para eliminar a exclusão, é necessário conseguir a permanência da juventude e apoiar sua reinserção no sistema educacional formal. Para isso é preciso uma readequação que desenvolva estratégias que gerem condições para a reinserção juvenil. As vantagens da educação informal devem ser formalizadas, e não o contrário.

7. O especialista argentino Sergio Balardini os denomina jovens NET, ao contrário dos outros NET da nossa era moderna da América Latina e do Caribe.

8. Sociólogo guatemalteco, pioneiro nas pesquisas sobre a juventude latino-americana. Comunicação pessoal.

4. É necessário permitir a conquista das competências básicas, os saberes instrumentais e a criatividade. Cabe destacar, entre os aspectos formativos, o desenvolvimento da capacidade de busca permanente de aprendizagem e de saberes; a promoção dos aspectos inovadores, tais como a capacidade de propor e relacionar-se com o mundo em uma nova coexistência e propostas em relação à diversidade; o fomento do desenvolvimento pessoal, que inclui também aspectos psicológicos, como a confiança, a auto-estima, a auto-imagem.
5. É preciso fomentar a cidadania. É necessária uma revalorização do posicionamento da juventude dentro da sociedade. Deixar de ver os estudantes como recipientes passivos que são chamados para dar respostas, mas não são chamados para tomar decisões. Superar o conceito de “educando” para dialogar com o sujeito jovem. Nesse sentido, o modelo educacional deve responder a um novo paradigma de relação com as juventudes, que reconheça a exigência dos direitos e fomente a responsabilidade que isso acarreta, estabelecendo a colaboração intergeracional.
6. É importante proporcionar uma formação com perspectivas de trabalho e produtividade. Em vez de se acreditar que a formação leva unidirecionalmente a profissões ou empregos que o mercado de trabalho atualmente não oferece, as competências e alternativas devem ser de maior riqueza e flexibilidade.

## O trabalho: oportunidades e conseqüências

As políticas competitivas próprias da globalização enfatizam a formação de capital humano, mas relegam a um papel secundário o desenvolvimento de amplas oportunidades de trabalho. “Quando são produzidos vazios na produtividade dos países, é esperado que os baixos salários proporcionem a margem de competitividade necessária para continuar o negócio. Com base nessa perspectiva, o trabalho é um fator residual significativo, mas não uma prioridade” (Ratinoff, 1995, p. 170).

Nas políticas atuais de geração de emprego existe uma defasagem entre a entrega de habilidades que o Estado faz e as possibilidades que existem para os jovens. “O principal paradoxo da sonhada era da informação reside no contraste entre o que se espera que traga abertura, racionalidade e prosperidade em geral, por um lado, e a estrutura de emprego com o alto grau de segregação que requer, por

outro” (*op. cit.* p. 172). Hopenhayn enfatiza o paradoxo que enfrentam os jovens ao serem mais aptos para a mudança produtiva, mas mais excluídos dela.

A pobreza é um motivo muito importante para os jovens começarem a trabalhar precocemente, com escassa preparação e baixa oferta. Ocorrem assim as situações trabalhistas que vão desde a exploração econômica até o abuso psicológico e sexual. O trabalho na rua põe em risco a saúde dos jovens, a sua sobrevivência, ele é associado com a iniciação sexual precoce, a exploração sexual, as doenças sexualmente transmissíveis e o HIV/Aids.

O alto índice de desemprego que apresentam as sociedades contemporâneas levou Beck (2004) a dizer que se trata da redistribuição do desemprego, e não do trabalho. A maneira como isso afeta a vida dos jovens e a elaboração de suas identidades é dramática. Pesquisas revelam que no Chile, no momento da pesquisa, 39,9% dos jovens procuravam trabalho e na Colômbia, 35%, com um tempo médio de procura entre 9 e 10 meses (Cepal, OIJ, 2004).

O trabalho juvenil interrompe os estudos, impulsiona as migrações, e ele tem início com baixas condições salariais e ausência de garantias trabalhistas. A maioria dos jovens entra no setor informal da economia. Os empregos esporádicos, de baixa qualificação, agem como desorganizadores na vida dos jovens. A sazonalidade na área rural produz meses de procura, desorientação e tempo improdutivo (Campabadal & Vargas, 1992).

A carência de garantias sociais e os trabalhos ruins e mal remunerados lesam a auto-estima, têm impacto na tomada de decisões, no desenvolvimento da capacidade de planejamento e de administração, no desenvolvimento da autonomia e da integração social. As contratações que demandam silêncios cúmplices para encobrir a impunidade dos empregadores distorcem o sistema de valores (Krauskopf,

O TRABALHO JUVENIL INTERROMPE OS ESTUDOS,  
IMPULSIONA AS MIGRAÇÕES, E ELE TEM INÍCIO  
COM BAIXAS CONDIÇÕES SALARIAIS E AUSÊNCIA DE  
GARANTIAS TRABALHISTAS. A MAIORIA DOS JOVENS  
ENTRA NO SETOR INFORMAL DA ECONOMIA.

1996). Sosa & Rocha (2001) advertem: “Ser um trabalhador infantil é um excelente curso preparatório para depois fazer parte de um bando ou uma gangue”.

Dado que são escassas as oportunidades de trabalho que esperam pelos jovens, conseguir uma posição adequada é considerado, por uma proporção considerável deles, o resultado de um privilégio, um golpe de sorte, relações ou vínculos que podem ser feitos (Ratinoff, 1996). A valorização da sorte como oportunidade de aquisição de riqueza, em contraposição ao trabalho e ao esforço, debilita princípios éticos, que chegam a afetar os direitos de propriedade (Rubio, 1996).

É desse modo que, no contexto da exclusão, a entrada do narcotráfico constituiu uma opção de “emprego” e, talvez, até mesmo, de acesso a certo reconhecimento social para os jovens dos bandos e gangues. Jovens assassinos de aluguel se referem a suas ações de matar por dinheiro como emprego (Blair, 2002).

Ainda que seja inquestionável que a substituição da escolaridade pela atividade laboral aumenta a vulnerabilidade e contribui para a manutenção do ciclo de pobreza, em certas condições os adolescentes e jovens consideram que o trabalho promove seu desenvolvimento quando aponta para a prática de habilidades e a existência de relações intergeracionais de colaboração, diferentes da assimetria típica da relação educador-educando (Abaunza et al., 1995). Coincidentemente, pesquisas latino-americanas revelam que os jovens valorizam positivamente os empregos, em particular o ambiente de trabalho. O caso chileno apresenta resultados similares ao mexicano nesse aspecto: quase todos os jovens se sentem satisfeitos com as relações com os seus colegas e mais de dois terços, com seus chefes e com o trabalho que realizam. Cabe destacar que a principal razão para trabalhar era se manter ou ajudar a família. Um grupo considerável dava grande valor ao salário, ao serviço médico e aos outros benefícios. De modo significativo, a maioria dos mexicanos (79,6%) destacou que seus estudos não tinham relação com o trabalho.

Resulta evidente que a educação não mantém uma relação direta com o acesso ao trabalho e o tipo dele. Também é possível que o emprego já não possa ser considerado o fator nuclear da estruturação das identidades juvenis. A polarização socioeconômica acentua os impactos diferenciais na incorporação dos instrumentos que caracterizam a inserção social na fase juvenil. Dessa forma, para os grupos que vivem em condições de pobreza o tempo de ser jovem é abreviado, a escolaridade, menor, o acesso a trabalhos dignos, escasso. São necessárias estratégias totalmente inovadoras para adequar a educação e a produtividade às realidades

vividas nos setores juvenis, junto com uma flexibilização do sistema e novas iniciativas para superar as atuais condições e enriquecer os campos de elaboração de identidade e incorporação social.

## A família: mudanças e desafios

As primeiras experiências de relação com o mundo ocorrem dentro da família, a qual, durante o desenvolvimento dos filhos, afeta criticamente a entrada deles na vida social. Mesmo quando a socialização familiar não pode prever nem determinar o destino das novas gerações, nem mesmo proporcionar sempre a proteção dos menores, a família é a encarregada social de fornecer as bases para a integração pessoal e coletiva nas relações com o mundo. A família conserva suas funções insubstituíveis e fundamentais no campo do afeto e do vínculo.

As mudanças sociais têm um forte impacto no funcionamento das famílias e nas características psicossociais do desenvolvimento juvenil, dando lugar a relações interpessoais e metas que advêm tanto das raízes tradicionais quanto das influências das condições modernas. Entre outros fatores, influem as migrações, as modificações na inserção trabalhista, os níveis de educação, o impacto da mídia e as novas alternativas de consumo.

Atualmente, existe uma grande diversidade de famílias, ainda que o imaginário coletivo sustente um modelo de família preferentemente nuclear, que é chamado de “família completa”. Isso influencia as propostas de políticas e programas que uniformizam a estrutura e as capacidades familiares, o que oculta tensões, leva a demandas não realistas e contribui para a vulnerabilidade da estima social dos membros de famílias que não correspondem ao estereótipo.

Tradicionalmente, a estrutura familiar esteve associada aos padrões patriarcais, nos quais os sistemas de autoridade supõem o respeito às pessoas mais velhas e conseqüentemente a manutenção das relações assimétricas entre pais e filhos em qualquer etapa da vida, mesmo quando estes últimos casam. Os filhos são, assim, parte de um projeto familiar, uma contribuição para a economia familiar e um apoio para a velhice – modelo ainda muito freqüente nas áreas rurais. Quando a importância da contribuição do trabalho dos filhos é valorizada, sua identidade, auto-estima e capacidade de conquista se fortalecem. À medida que as famílias tradicionais contam com numerosos membros, as opções de comunicação, apoio

e compreensão são maiores e mais variadas. São freqüentes as modalidades de famílias grandes como resposta à pobreza.

Existe uma reestruturação dos direitos e mudanças nos papéis, particularmente das mulheres. Ocorrem novas formas de recomposição das famílias e emergem as famílias monoparentais. Na família nuclear ou monoparental, as respostas às necessidades dos filhos se concentram em poucos membros do lar e demandam, portanto, o desenvolvimento de maiores capacidades de resposta para os adultos responsáveis, em circunstâncias que também lhes é exigida uma gama muito variada de responsabilidades fora de casa. Isso favorece a presença de filhos *parentalizados*.

Os filhos *parentalizados* chegam a cumprir, no interior das famílias, as funções de cuidado e proteção dos pais e irmãos. Frequentemente, em razão dos papéis míticos parentais, eles mantêm o poder, e não a função. Assim, os filhos, apesar de cumprir um papel de responsabilidade (que pode exceder suas forças), não são legitimados em suas decisões e contribuições; eles têm uma inconsistência de *status*, com altas demandas e pouco poder, tanto dentro quanto fora de casa (Krauskopf, 1995).

A família tende a deixar de ter um único provedor masculino, a deixar de ser o espaço excludente de outros agentes de socialização, pois as complexidades contemporâneas não permitem que os pais proporcionem, de forma exclusiva, a proteção total dos filhos. Os recursos tradicionais não podem sustentar as garantias de autoridade, e o controle externo já não tem efetividade suficiente. As jovens gerações passam progressivamente um tempo maior longe dos adultos nas diversas atividades do seu tempo extra-escolar, de trabalho ou na rua.

O antagonismo entre aspectos da cultura atual e os padrões familiares estabelecidos leva a dificuldades intergeracionais não somente entre pais e filhos, mas também entre os pais e seus próprios pais. Mesmo quando não manifestam explicitamente, as gerações mais jovens percebem as confusões, inseguranças e contradições pelas quais os adultos passam<sup>9</sup>.

9. Rodolfo (2000) assevera que os adolescentes podem experimentar uma severa desilusão ao ver os pais sufocados pelas responsabilidades da vida adulta. Como consequência disso, eles costumam tornar-se muito inflexíveis e não perdoar os pais por não serem “grandes”. Ao mesmo tempo, os filhos podem sentir uma terrível angústia porque se sentem compelidos a esse lugar da vida adulta no qual a “grandeza” não é possível e colocar freios para não chegar a essa etapa. Esses casos de descontentamento com a vida não conduzem

De modo complementar, ocorre a “síndrome da autonomia adiada” (Cepal, OIJ, 2004), que se expressa no prolongamento da permanência na família, das dificuldades de passar do âmbito educacional ao laboral. O fato de os jovens, especialmente das classes médias e acomodadas, se tornarem independentes de seus lares, sendo cada vez mais adultos, repercute na sua decisão de casar e ter filhos.

Um fenômeno cada vez mais freqüente são as dificuldades de interação afetiva num quadro de demanda excessiva de trabalho para as figuras parentais e sua procura por realizações pessoais. Em famílias com recursos econômicos suficientes, os vazios comunicativos podem ser pseudocompensados com prodígios tecnológicos que acentuam o isolamento de seus membros.

A comunicação entre pais e filhos pode ser assimétrica ou concordante. A primeira é mais própria dos padrões tradicionais e os pais exercem sua autoridade estrita sobre a tomada de decisões dos filhos. Na segunda, é fomentado um lócus de controle interno que permite a homens e mulheres o cuidado consigo mesmos. Nesse caso, a comunicação se sustenta em intercâmbios afetivos não condicionados, e há uma reestruturação dos papéis de gênero e a abertura do lar para um tecido social mais aberto e poroso. A relação no interior da família, quando atinge um funcionamento aberto, tende a um respeito mútuo entre pais e filhos. Isso traz consigo maior desenvolvimento da autoridade capacitadora, que se apóia na compenetração, no diálogo e no assessoramento.

Dado que uma das metas da família moderna é o desenvolvimento pessoal dos filhos, espera-se que o casamento seja tardio e o valor da fertilidade começa a ser relativizado para dar prioridade a conquistas de outro tipo (educacionais, ampliação de experiências etc.). Esse propósito é atingido quando os filhos contam com figuras parentais que reconhecem suas possibilidades de avanço e lhes fornecem os elementos que favorecerão esse desenvolvimento. Assim, recebem um apoio que se traduz na assistência para encontrar a resolução de problemas (não a imposição das soluções), contam com a segurança emocional, que é construída quando se tem certeza de ser aceito de forma estável, com as limitações, discrepâncias, talentos e dúvidas.

necessariamente a que as gerações mais jovens saiam de casa. Aqueles jovens que ficam provavelmente se sentem excessivamente expostos a mensagens contraditórias do mundo no qual eles devem entrar e procuram ficar protegidos.

As pesquisas de juventude (*op. cit.*) mostram que são as famílias, particularmente as mães, as figuras de maior confiança que os jovens têm para comunicar os problemas pessoais. Em alguns casos, os pais são figuras muito importantes, embora desbotadas na prática relacional. Apesar das ausências comunicativas e outros problemas, a família é para os jovens a instituição de maior confiança, pois é a única constituída em torno do amor e estabelece um pertencimento básico. Em uma pesquisa com jovens internos por conflitos com a lei é possível comprovar que, apesar das piores vicissitudes e da situação de abandono dos pais, a família era mantida como referência imaginária de apoio (assim como a importância de Deus), dando um foco de esperança e pertencimento (Krauskopf & Muñoz, 2004).

O desenvolvimento juvenil no ambiente das famílias que consideram que os filhos são fundamentalmente uma propriedade, sobre cujos destinos pode ser tomado qualquer tipo de decisões, corre sério risco, independentemente se são favorecidos os seus direitos e qualidade de vida. Podem-se encontrar aqui o abuso sexual e os maus-tratos nos filhos. Os comportamentos violentos são associados à transmissão dos maus-tratos intrafamiliares de geração para geração: aqueles que presenciaram relações violentas entre os pais têm maiores probabilidades de seguir esses modelos de resposta, assim como os estereótipos de papéis para cada sexo nessa interação (Larraín, 1996). É imprescindível garantir a segurança e impedir a destruição física, psicológica e social para preservar a oportunidade de que todos os membros sintam o lar como o espaço que proporciona refúgio, nutrição afetiva e estímulos para a afirmação vital. Também é urgente que, já no lar, comece a aprendizagem de formas mais construtivas de resolução de problemas interpessoais.

É conveniente a existência de um nível preventivo que enfoque os problemas que as famílias têm ao transitar da tradição à modernidade. A criação de espaços de encontro e reflexão, aos quais sejam incorporados jovens e adultos, e o fomento de redes de pais para resolver as circunstâncias que os afetam podem contribuir para as necessárias transformações na interação e para a construção dos diversos âmbitos que acolhem o processo juvenil nos tempos atuais.

### O desenvolvimento juvenil: mudanças, riscos e capacidades

A partir da puberdade, os jovens contam, pela primeira vez, com a própria capacidade para colaborar na condução do processo existencial, completar vazios que tiveram lugar nas bases de sua experiência de vida e focalizar novamente situações, tanto da infância quanto do seu presente. As mudanças da puberdade são um ponto de partida para assumir um novo papel social e construir a própria identidade: emerge o ser produtor e reprodutor, e o jovem se sente inserido em um sentido de vida, em um curso vital possível. O desenvolvimento põe à prova as forças e fraquezas próprias e as condições da sociedade. Trata-se de um momento estratégico do ciclo vital, um momento-chave para redirecionar situações de vida, um terreno fértil para fomentar melhores estratégias de resolução de problemas.

Na fase juvenil são produzidos processos centrais que absorvem o ritmo dos tempos. O desenvolvimento intelectual e a maturidade sexual são uma parte importante do impulso para se inserir no mundo de uma forma nova, trazer recursos para a diferenciação identitária dos adolescentes de seu grupo familiar e para a reformulação das relações com o mundo. A simbolização, a generalização e a abstração introduzem visões mais amplas e diversas dos acontecimentos. Na fase juvenil existe um interesse por novas atividades, aparece a preocupação pelo social, e é fundamental a exploração de capacidades pessoais em busca da autonomia, do amor e da amizade (Krauskopf, 1994).

A autonomia para a tomada de decisões não é suficientemente fomentada em nossos modelos sociais, nem as relações amorosas são reconhecidas como um fator vital central quando se abordam a sexualidade e a vida juvenil. Pesquisas latino-americanas revelam um crescente interesse dos jovens por temas da intimidade: o amor, a amizade, a sexualidade, o casal, a sociabilidade horizontal, enquanto o que é público e institucional se enfraquece como referência na vida deles.

A fase juvenil foi muito destacada como um período de risco. É infeliz a tendência de considerar os jovens como pessoas que têm condutas de risco *per se* e caracterizar tanto a fase juvenil quanto o enfoque de programas e políticas para as condutas juvenis como fator de risco. É inquestionável que todo desenvolvimento traz consigo riscos e é necessário, quando se abordam os problemas da ju-

ventude, assumir essa realidade, assim como a determinação social dos riscos. Por outro lado, não é possível fazer, como é habitual, uma equivalência entre risco e dano. Também não se deve minimizar o perigo na vida juvenil quando se substitui conquista por risco. O desenvolvimento em torno da resiliência deslocou o olhar *patologizante* do funcionamento humano, que procurava erradicar as disfunções para dar ênfase ao reconhecimento de capacidades e atitudes que favorecem o desenvolvimento. Somente nesse contexto o tratamento do risco poderá ser abordado acertadamente.

Estudos sobre a resiliência mostram que há um potencial diferenciado nos seres humanos para o enfrentamento da adversidade. A pessoa resiliente percebe eficazmente o perigo e luta para resgatar o desenvolvimento diante da adversidade e do risco. Esse enfoque começou até mesmo a ser aplicado a coletivos sociais, em particular ao desenvolvimento comunitário<sup>10</sup>. Está claro, no entanto, que a existência de uma desconcertante conjunção de adversidades e a ausência de alternativas destroem e obstruem as possibilidades de expressar as capacidades resilientes.

É sabido que na adolescência e na juventude os comportamentos específicos que favorecem os danos à saúde se encontram inter-relacionados, estabelecendo circuitos de risco. Weinstein (1992, p. 8) afirma que “existem certos circuitos de risco e o jovem que entrou em um deles vai somando vulnerabilidades de origens distintas”. O consumo de álcool pode ser associado com o consumo de cigarro, acidentes de trânsito, uso de drogas ilícitas e atividades de sexo não protegido. Acrescentemos que os adolescentes chamam mais a atenção quando são externalizadores de problemas do que quando sofrem de depressão, isolamento, abuso sexual etc., ou quando fazem contribuições a seu próprio desenvolvimento e ao de seu entorno.

Os papéis tradicionais de gênero se traduzem em riscos específicos e adversidades diferenciais que afetam a vida de meninos e meninas. Ainda que homens e mulheres compartilhem a dificuldade de acesso à escolaridade e ao emprego, nos homens se nota maior vulnerabilidade por sua relação mais arriscada com vícios,

10. A resiliência pode ser definida como a manifestação de capacidades e ações dirigidas à luta por resgatar o sentido de vida e o desenvolvimento em face da adversidade. Trata-se, como diz Manciaux (2003), da possibilidade de resistir e de se refazer. É um estilo de enfrentamento das pessoas em situações de risco, que faz com que uma mesma circunstância possa resultar em um fator de dano ou em um estímulo para o desenvolvimento (Rutter, 1990)

sexualidade, sistema penal e carência de redes de apoio. No grupo masculino podem ser mencionados: consumo intensivo de álcool e outras drogas, condução de veículos em idades precoces em estado de embriaguez ou propensão a brigas físicas, particularmente como portadores de arma branca ou de fogo, acidentes, homicídios e suicídios. Entre as mulheres jovens, sua vulnerabilidade parece associada à sua sexualidade, particularmente quando sofrem abusos, são maltratadas e exploradas. É bastante generalizado o fato de haver mais tentativas de suicídio entre as mulheres e suicídios efetivos mais freqüentes entre os homens.

As programações que atendem à adolescência incipiente, que tratam não somente os sintomas dos problemas, mas consideram também as causas subjacentes ou os fatores facilitadores, podem prevenir ciclos de vida autodestrutivos, comportamentos transgressores, e amenizar os efeitos negativos de um ambiente daninho ao agir antes de chegar a resultados negativos (Banco Mundial, 1996).

Diversos autores (Salazar, 1996; Blair, 2002) identificaram a cultura da morte, na qual se encurtam as distâncias entre viver e morrer para os jovens assassinos de aluguel, os membros das *maras*<sup>11</sup> etc. Sua violência exprime a impossibilidade de articular algum discurso sobre as rupturas que eles vivem. Cita Perea: “São os jovens destruindo seu próprio entorno, sua própria geração e as referências de sua identidade perdida” (1998, p. 164). Reguillo concorda com essa afirmação, ao apontar que, para os que são vistos como descartáveis, a morte se torna uma experiência mais forte do que a vida. Todos parecem compartilhar uma idéia precária do futuro e experimentar a vivência do tempo descontínuo.

Destaca Salazar que nos setores populares existem grandes dificuldades para que a socialização contribua para a formação de sujeitos autônomos, com uma imagem convincente de si mesmos. O horror que produzem os atos juvenis exagerados de certo modo lhes traz compensações, pois devolve um auto-reconhecimento.

É fácil visualizar a violência juvenil como perturbação da ordem social e atrair a atenção negativa de muitos setores da sociedade. Assim, os jovens são os inimigos visíveis que são oferecidos à cidadania, que vive uma sensação de insegurança e desencantamento. Acrescentemos que os conteúdos violentos sempre foram bem sucedidos como ingrediente de entretenimento e são excessivamente divulgados

11. Termo oriundo da América Central, originariamente da Guatemala, para designar os grupos jovens.

pela mídia. Daí para passar aos pânicos morais há poucos passos, que são perigosos, certamente muito perigosos. Entre eles está incriminar os jovens pobres como ameaça para a sociedade, transformando-os no que alguns chamam em espanhol de “*portador de cara*” – termo usado para designar uma pessoa suspeita de ser um bandido, de ter “cara de bandido”. A visão negativa é uma importante adversidade na construção das biografias juvenis.

Com base nessa representação, os jovens pobres são vistos e reprimidos como delinquentes e é fomentada a política de recrudescer o controle para dar a sensação de uma resposta efetiva. É uma estratégia de fácil aceitação e graves repercussões que começou a ser utilizada em alguns países de América Central. É denominada “populismo punitivo” por alguns pesquisadores salvadorenhos. Os resultados dessas medidas espetaculares não se traduziram em uma redução do problema da violência social, pelo contrário. São medidas tomadas dentro do mesmo código de resolução de conflito: a exibição de respostas violentas.

As decisões de afirmação vital na fase juvenil requerem uma auto-imagem positiva que permita incorporar a incerteza contemporânea à realização pessoal e à vida social, em sintonia com sua participação social. Entre os mecanismos de fortalecimento individual, as sociedades só oferecem claramente as já discutidas vias de vinculação com o sistema educacional e as frágeis possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Reynoso (2004), em sua análise da Pesquisa Nacional do Chile, destaca que o Estado se preocupa quando os comportamentos pessoais afetam o âmbito público, como a sexualidade e as microempresas, mas não inclui os aspectos pessoais de realização que marcam as trajetórias juvenis.

O PERÍODO JUVENIL E A REPRESENTAÇÃO DO  
TEMPO DE SER JOVEM TÊM VALORES DISTINTOS NAS  
SOCIEDADES, NOS ESTRATOS SOCIOECONÔMICOS E  
CULTURAS, NAS SUAS FORMAS DE PRODUTIVIDADE,  
PARTICIPAÇÃO E EXPRESSÃO.

Observam-se em jovens formas de resposta próprias diante de um contexto institucional que não assume a desigualdade que eles enfrentam (Centro de Pesquisa e Estudos sobre a Juventude, 2002). Todo indivíduo tem que realizar, durante a fase juvenil, sua própria e original síntese dos modelos, as identificações e ideais, freqüentemente incompatíveis ou contraditórios, que as nossas sociedades oferecem. Seu sucesso requer a expressão na participação real com um sentimento positivo de identidade, para o qual as juventudes demandam um reconhecimento de sua inserção social e lutam por sua reputação.

Os jovens em geral são mais otimistas que os adultos com relação ao percurso da vida. Pesquisas realizadas na América Latina mostram que eles avaliam a sua existência de um modo mais positivo que negativo (Cepal, OIJ, 2004). Na Pesquisa Nacional do Chile foi notado que há mais otimismo a respeito do próprio futuro do que com relação ao futuro do país, ainda que os jovens pobres apresentassem menor otimismo que os ricos. No México, a pesquisa nacional mostrou que três de quatro jovens mantêm uma postura positiva diante da vida. A imprevisibilidade e a necessidade de inovação não são vivenciadas pelas pessoas jovens da mesma forma que pelas pessoas adultas, que foram formadas na promessa da certeza, nos tempos previsíveis e providos pelo Estado do bem-estar. Não é possível falar de ausência de futuro; os jovens desenvolvem aquilo que Bajoit (2003) chama de “estratégias de gestão da incerteza”.

O pragmatismo, a valorização de metas palpáveis, da expressão estética e dos âmbitos subjetivos, a expressão cultural e a aspiração a novas relações intergeracionais são fenômenos observados com maior intensidade no fortalecimento do sentido de vida das pessoas jovens. A qualidade do presente e a dinâmica da história são fatores determinantes na articulação dos seus processos identitários, marcados, para muitos, pela pobreza, pela instabilidade e pelo desenraizamento, pela violência política e social, pelo silêncio, pela dor, pela discriminação e pela invisibilidade. Surgem respostas contestadoras, que se expressam em diversas dimensões sociais, como o campo dos direitos e da produção cultural.

A articulação das fontes de identidade se sustenta cada vez menos na linearidade do desenvolvimento e nas assimetrias do poder interpessoal assentadas sobre o patriarcado. Este último traz consigo a desigualdade de gênero e a discriminação por idade como elemento organizador da identidade e das representações sociais dos sujeitos jovens. As distâncias entre gerações com relação aos adultos se

modificam e ressignificam. A internet constitui um espaço interativo que permite ao usuário interagir com múltiplos atores em contextos distintos. A informática produz realidades virtuais que abrem novos caminhos para a elaboração da identidade e das cosmovisões.

Já não são aplicáveis as definições clássicas de juventude, apoiadas em uma seqüência predeterminada, que se iniciava quando a pessoa saía da infância e terminava quando começava a trabalhar, participava formalmente como cidadão e casava para formar uma família. Tais eventos não ocorrem atualmente numa ordem linear programada, e a finalização do período deixou de ser um marco que se possa definir com parâmetros fixos. Há pessoas que começam a ganhar a vida tardiamente ou não casam nunca, não formam família, ou casam depois de ter filhos, estudam depois que começam a trabalhar ou paralelamente ao trabalho etc. A ruptura de seqüências e a variedade de opções fazem parte da perda de vigência do conceito de moratória psicossocial, inserida em um espaço de preparação para a vida adulta e localizada na fase juvenil como parte do percurso linear do ciclo de vida. Também não é possível determinar crises ou tarefas exclusivas de cada faixa etária. Martín Barbero (1998, p. 30) afirma que na atualidade é produzida uma configuração de identidades juvenis marcada menos pela continuidade do que pelo amálgama.

O período juvenil e a representação do tempo de ser jovem têm valores distintos nas sociedades, nos estratos socioeconômicos e culturas, nas suas formas de produtividade, participação e expressão. A grande maioria das pessoas menores de idade da região latino-americana que vivem em exclusão é vista como tal e enfrenta a urgência psicossocial<sup>12</sup> no cumprimento de responsabilidades supostamente adultas e com ausência de oportunidades. Essa urgência se intensifica a partir da puberdade, momento do ciclo vital que parece legitimar sua responsabilidade de procurar a subsistência e colaborar com as famílias. Os jovens colaboram economicamente, mas com freqüência não têm acesso à decisão sobre esses ganhos, pois contribuem para o orçamento familiar no contexto de um modelo patriarcal.

Tanto a urgência psicossocial, que induz à introdução precoce em papéis que obrigam o indivíduo a incorporar-se a projetos não escolhidos nem amadurecidos, como a moratória psicossocial, que leva ao adiamento do compromisso ativo dos

12. Em De la Garza et al., 1977

afazeres presentes para ser “o adulto do futuro”, farão da fase juvenil um período de resolução muito conflitiva e difícil. As características do mercado de trabalho, tanto nos países chamados subdesenvolvidos quanto naqueles situados na faixa dos países desenvolvidos econômica e politicamente, fazem com que o adiamento e o tempo de espera implícitos na moratória tenham seu sentido enfraquecido e evidenciem mais fortemente as desvantagens da marginalização na tomada de decisões e no acesso a posições em sintonia com as capacidades e buscas juvenis.

É a possibilidade de tomar decisões que define as pessoas jovens como sujeitos do presente. A estabilidade já não se expressa na rigidez e na rotinização, mas está baseada na flexibilidade, na incorporação da multacentralidade, na valorização da diversidade de alternativas, recursos e interesses.

### As relações entre gerações: a difícil e necessária transformação

A diferença entre o que o indivíduo projeta para a sua vida e os projetos que sua família forjou para ele pode ser considerada como indicador da velocidade de mudança na sociedade. Por isso, quanto mais rápido muda uma cultura, mais longa será a fase juvenil dos seus membros, e vice-versa (Erdheim, 1992), e mais mudanças ocorrerão nas relações entre as gerações.

Os adultos do presente começam a perceber que a possibilidade tradicional de ser o modelo para o futuro dos jovens está afetada. Argumenta Perdomo (1996, p. 78): “Hoje, os adolescentes não querem parecer com os seus pais, não se identificam com eles como ocorria tradicionalmente. Herdam dos adultos um mundo perigoso que ameaça se autodestruir, destruindo-os. Os adultos, pelo contrário, se identificam com os jovens, buscando prolongar sua própria juventude. Meninos e meninas não aspiram mais copiar a moda dos pais, mas, pelo contrário, os pais é que vão adotar os *jeans*, as marcas, as jaquetas, o penteado, o sapato dos jovens e, com isso, seus costumes e sua linguagem”. Assim, a dinâmica da juventude se adapta naturalmente ao ritmo dos tempos, ao passo que sucede o contrário à população adulta, cuja experiência e habilidade estão em permanente risco de obsolescência. Paradoxalmente, aumenta a exclusão social entre os jovens, especialmente sua entrada no mercado de trabalho (Cepal, OIJ, 2004).

A tentativa de recuperar o equilíbrio perdido é observada nos controles externos que às vezes os adultos e os organismos sociais exercem, na perplexidade que

surge na geração mais velha diante da intuição juvenil de um futuro inimaginado, e diante da evidência da maior velocidade com que as gerações jovens adquirem conhecimentos inovadores. Devidamente reconhecidas as novas circunstâncias, o problema pode ser resolvido de modo integrador. Caso contrário, fraturas nas relações entre gerações são possíveis.

A transformação do período adulto levou os mais velhos a ocultar menos, ou destacar em excesso, o que consideram os custos da vida adulta. É forte a tendência à juvenilização, por meio da qual os adultos reafirmam sua capacidade de se manterem vigentes, flexíveis e abertos às transformações do mundo contemporâneo, assinalando suas identidades com a marca da juventude. Até mesmo o mercado intervém, facilitando a aquisição desses signos, e as técnicas facilitam a reciclagem do corpo (Margulis & Urresti, 1996). A valorização do signo juventude não vem acompanhada do apreço pelas pessoas jovens.

Mantém-se o “adultocentrismo”, que provém das tradições patriarcais: discrimina as pessoas que estão na fase juvenil pela idade, não incorpora nem legitima suas perspectivas, desqualifica ou estigmatiza as manifestações que não coincidem com as expectativas dos interlocutores mais velhos. Com base nesse enfoque, prioriza os problemas juvenis sem estabelecer um espaço de escuta e participação, nem dar reconhecimento às exigências dos seus direitos. Frequentemente, encobre o desconcerto adulto em relação às demandas formativas da época atual, assim como a dificuldade de redistribuir o poder favorecido pela discriminação (Krauskopf, 2003).

Mead afirmava que a tradição dos modelos fazia sentido quando o futuro dos netos era o passado dos avós. Hoje, nem o futuro dos filhos é o passado dos pais. Atualmente, as duas gerações estão se preparando constantemente e devem considerar a flexibilidade diante das mudanças, abandonando a irreversibilidade dos passos dados na direção de uma suposta certeza. Como foi mencionado, a incerteza e a imprevisibilidade são elementos que devem ser incorporados ao desenvolvimento. Já não são claros os passos na direção de um horizonte seguro e predefinido, traduzido em um projeto de futuro que organiza o presente. Desaparecem as transições clássicas, e novas estratégias devem ser incorporadas ao sentido de vida.

A elaboração de identidades encontra canais no espaço cibernético, aparecem expressões culturais próprias e conhecimentos rapidamente manipulados pelas

novas gerações. No âmbito identitário, as tecnologias acentuam a desigualdade intergeracional e elas são encaradas de modo radicalmente diferente por adultos e jovens: para os mais velhos, é tecnologia; para as crianças e os jovens, faz parte do mundo em que eles nasceram (Balardini, 2003).

As ações que implementam as propostas de intervenção e atendimento devem se despojar dos esquemas centrados no adulto que são utilizados para auxiliar o período juvenil. A ineficácia de instrumentos psicossociais tradicionais para afirmar a autoridade e proporcionar a proteção exacerbada e agrava a rigidez e a inadequação das respostas dos mais velhos, desvaloriza as capacidades juvenis, aumenta a discriminação etária e o controle externo do desenvolvimento em vez de estimular a atualização de potencialidades.

A mudança histórica que ocorreu no campo dos direitos, com a recente inclusão democrática de crianças, adolescentes e jovens, enfrenta o fato de que, na América Latina e no Caribe, o direito à participação foi muito pouco exercido em geral e, em particular, o conceito de moratória psicossocial adia a cidadania responsável. A discriminação por idade que afeta os setores juvenis, a cultura pouco participativa provocada pelo autoritarismo, os conflitos externos em vários países, os conflitos armados e a violência submeteram os adolescentes e jovens a situações difíceis, entre elas a hostilidade policial. A aceitação dos direitos das pessoas jovens sofre toda sorte de embates (Unicef, 2003).

Existem algumas campanhas de comunicação que colaboram para a confusão da informação e contribuem para o uso inadequado do tema dos direitos humanos. Exemplo disso é o *outdoor* publicitário de uma empresa privada de El Salvador que dizia: “Cumpra os seus deveres e depois exija os seus direitos”<sup>13</sup>. Assim se reflete a resistência das pessoas adultas a aceitar o protagonismo e a tomada de decisões por adolescentes e jovens (*op. cit.*).

A distância entre jovens e adultos se modificou. Os jovens sabem coisas que os adultos não sabem<sup>14</sup> e os adultos têm recursos e capacidades para oferecer. Por isso é fundamental a colaboração e a co-responsabilidade entre as gerações.

13. Informação da Oficina Regional sobre Experiências em Participação Adolescente: Lições e Desafios. Unicef-Tacro. Recife, Brasil, 2003.

14 A falta de reconhecimento desse novo balanço muitas vezes se exprime nos bloqueios geracionais (termo trazido pelo sociólogo uruguaio Julio Bango), um discurso paralelo entre jovens e adultos que afeta a escuta mútua.

É difícil para os adultos aceitar a necessidade de enfrentar a redistribuição do poder que implica a participação juvenil autêntica, mas é necessário valorizar a juventude cidadã, sua flexibilidade para incorporar os conhecimentos e contribuir com a inovação.

## Sexualidade e trajetórias juvenis

A sexualidade juvenil está associada à elaboração da identidade, ao sentido de vida e suas projeções, à exploração e à ampliação do mundo externo para a família – ela marca as relações interpessoais e suas práticas são objeto de regulações sociais. Estas últimas, no entanto, tornaram-se confusas ao não poder responder à celeridade das mudanças contemporâneas.

Existem novas metas para o desenvolvimento juvenil e os casamentos tendem a ser adiadas. Nesse contexto, a atividade sexual tem maiores probabilidades de ocorrer fora de uma união estável, o que demanda estratégias específicas de prevenção e proteção. Nos grupos tradicionais, que constituem amplas maiorias na América Latina e no Caribe, a perspectiva de gênero e das relações entre as gerações se manteve baseada em suas raízes patriarcais e tem um impacto sobre a sexualidade e sobre a saúde reprodutiva na fase juvenil. O enfoque tradicional afeta diferenciadamente o controle sobre as condutas sexuais de homens e mulheres e, em consequência disso, as políticas sociais não podem explicitar claramente estratégias de prevenção de gravidez, nem dar uma formação que integre o reconhecimento da sexualidade na vida jovem.

A gravidez na adolescência não é um problema novo. Mesmo sua maior frequência no meio rural reflete um contexto no qual as estruturas familiares estavam organizadas para sustentar o desenvolvimento da criança, que fazia parte dos recursos e estratégias de sobrevivência. A reprodução era bem-vinda quando a expectativa de vida para a população era baixa e a mortalidade, alta. A situação hoje em dia é diferente, tanto em relação às exigências da modernidade quanto no que diz respeito às mudanças no desenvolvimento da vida. A puberdade chega mais cedo, a idade para a primeira união está sendo adiada, a idade média do início de relações sexuais se mantém ou diminui e ocorre antes do casamento, as uniões são mais instáveis nas cidades e a expectativa de vida aumenta.

A situação de pobreza contribui para o estabelecimento de uniões livres, com

NAS FAMÍLIAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE  
NÃO É FREQUENTE UMA COMUNICAÇÃO FLUIDA EM  
TORNO DA SEXUALIDADE, E AS RELAÇÕES SEXUAIS  
ENTRE JOVENS SE ENQUADRAM EM UM PREDOMÍNIO  
DOS VALORES TRADICIONAIS OU DA ANOMIA  
DERIVADA DAS CONTRADIÇÕES EXISTENTES.

a alta frequência de jovens grávidas no âmbito da procura de opções e de afirmação da identidade nas relações durante a adolescência. A formação de um casal e de uma família própria, de algum modo, fornece a sensação (ainda que passageira) de estabilidade e autonomia, ao constituir um lar (Calderón & Muñoz, 1998). Muitos jovens estão enfrentando as responsabilidades de uma família própria e suas próprias crises de desenvolvimento.

Ao iniciar a puberdade, o surgimento da maturação sexual e a aquisição de novas ferramentas cognitivas estimulam a urgência de diferenciação do sistema familiar de origem, por meio do processo de individualização e separação. Ficam evidentes também os dinamismos e valores que os membros do grupo familiar usam em relação à sexualidade e aos papéis, e sua confrontação com o contexto cultural e social. Para as culturas tradicionais<sup>15</sup>, o surgimento de indícios de desenvolvimento sexual na puberdade tende a ser enfrentado pelos adultos de modo oposto para cada sexo: controle, vigilância e cuidado para as meninas; estímulo e liberdade para os meninos. Os meninos estão autorizados à vida extrafamiliar, são menos protegidos, são estimulados à afirmação sexual, ao mesmo tempo em que não são levados a aprofundar os conhecimentos sobre o desenvolvimento sexual, nem as atitudes para a construção de relações afetivas satisfatórias, assumindo tardiamente a paternidade. O próprio período da puberdade apresenta especial

15. Em diversas etnias da América Latina essa situação não se verifica. A manifestação da capacidade reprodutiva não inibe a vida sexual e favorece o estabelecimento de uniões e de famílias, de modo que passam a ser considerados jovens adultos. O problema se apresenta para aqueles que querem ampliar suas capacidades de inserção social e, portanto, não querem seguir o caminho tradicional da união precoce.

vulnerabilidade e exposição ao assédio, ao abuso e à exploração sexual. As seqüelas dessas experiências afetam a elaboração da identidade, a orientação de vida e as expressões de conduta.

O respeito e a autoridade atribuídos aos mais velhos excluem a aceitação do acontecimento sexual ou a análise desse episódio de modo aberto. Nas famílias da América Latina e do Caribe não é freqüente uma comunicação fluida em torno da sexualidade, e as relações sexuais entre jovens se enquadram em um predomínio dos valores tradicionais ou da anomia derivada das contradições existentes. Outros temas dos quais se fala pouco são o trabalho e a política (Cepal, OIJ, 2004). Esses temas de difícil tratamento nos âmbitos familiares são, entretanto, estratégicos no desenvolvimento juvenil. É necessário fortalecer as famílias nessas capacidades.

Em geral, para os homens, enfatiza-se que têm que se prevenir com relação às doenças sexualmente transmissíveis e, para as mulheres, que devem se cuidar com relação à gravidez. Isso mantém as mulheres expostas à contração de doenças sexualmente transmissíveis e influi na escolha que elas fazem do anticoncepcional. A presença de doenças sexualmente transmissíveis no período juvenil não é suficientemente precisa. Contudo, existem evidências de que se trata de uma faixa etária de alto risco e na qual jovens, por falta de informação e por exposição a abusos e exploração sexual, apresentam níveis superiores de morbidade do que as adultas. A fase juvenil é o período mais crítico para a infecção com o HIV. Um aspecto relevante é que existem evidências de que os jovens são mais receptivos do que os adultos ao uso de preservativos nas relações sexuais. Ainda não são observados resultados importantes na América Latina e no Caribe que permitam generalizar esse comportamento com parceiros afetivos, pois prevalece em relações com mulheres que não aparecem como confiáveis.

Para o avanço nas condições de vida e a melhora da saúde sexual e reprodutiva, é importante considerar que muitas pessoas jovens têm uma vida sexual ativa e precisam de acesso real aos anticoncepcionais adequados para a sua idade e sejam entregues com a privacidade adequada. Os adolescentes passam progressivamente maior tempo longe dos adultos nas diversas atividades de seu tempo extra-escolar, extralaboral, ou por causa da carência de inserção em uma dessas programações. A influência dos grupos de pares é importante no comportamento sexual e social. Com isso, eles são naturalmente expostos a mais oportunidades e a ter que fazer mais escolhas e tomar mais decisões. São os recursos da sociedade mais ampla e as

novas formas de condução da proteção – o cuidado mútuo e a tomada de decisões com base em informações – os eixos que atualmente podem facilitar a promoção e a prevenção da saúde sexual e reprodutiva.

A puberdade é um período de especial vulnerabilidade e exposição ao assédio e ao abuso sexual. As seqüelas dessas experiências afetam a elaboração da identidade, a orientação de vida e as expressões de conduta. A conduta agressora e abusiva tende a manter-se com uma tendência crônica e ocorre em diversos âmbitos, econômicos e culturais. O lar é um espaço-chave para esse tipo de situações, e nas relações abusivas se impede o uso de anticoncepção. A construção tradicional dos papéis de gênero leva a que freqüentemente as relações sexuais das adolescentes latino-americanas sejam com namorados mais velhos.

A gravidez de uma adolescente se insere em um complexo processo de crescimento e transformação individual, que inclui a redefinição de seu papel, seus laços familiares e sociais, com freqüente restrição das opções. Propomos diferenciar entre a gravidez prematura, antes dos 15 anos (de risco biológico), e a gravidez antecipada, antes de poder assumir os papéis necessários (de risco psicossocial). Antes dos 15 anos a maior parte dos casos de jovens grávidas na América Latina são por abuso e exploração sexual comercial (Unfpa, 1997). É urgente desenvolver espaços e estratégias específicas para a população entre 10 e 15 anos, que apresenta os riscos mais elevados de saúde sexual e reprodutiva. Paradoxalmente, é a faixa etária menos identificada nas estatísticas e nos estudos.

Assumir as mudanças do corpo, próprias da adolescência, junto com as modificações que vêm com a gravidez, é difícil em si. Isso se agrava quando se trata de atividade sexual para a qual, juntamente com essa mudança radical da vida, a jovem não é apoiada por um companheiro que a acompanha ou familiares que aceitam. A falta de uma anticoncepção eficaz conduz a uma gravidez forçada, à expulsão de adolescentes de casa e da escola – respostas sociais que também constituem uma violação dos direitos humanos.

É elevada a fecundidade das adolescentes rurais casadas, refletindo a forte associação entre união conjugal e procriação da descendência. A gravidez antecipada prevalece em adolescentes de baixo nível socioeconômico, cuja educação foi reduzida e, geralmente, limitou as possibilidades de alternativas para gerar boa renda pelas jovens e pelos pais de seus filhos. Essa situação leva à perpetuação do ciclo da pobreza e das situações de dependência.

A pobreza inicia seu impacto no ciclo de vida dos filhos das adolescentes com uma atenção pré-natal deficiente durante a gravidez. A gestação ocorre frequentemente em um contexto de carências nutricionais, as condições de parto e pós-parto são de risco, para depois enfrentar uma infância marcada pelas desvantagens e uma adolescência e uma juventude com poucas opções de inserção produtiva e de valorização social. O ciclo tende a se repetir, e a pobreza é transmitida de pais para filhos. A promoção da saúde sexual e reprodutiva para essas jovens requer um avanço em relação às ações direcionadas à redução do problema e oferta de ações que levem a evitar que se perpetuem as condições desfavoráveis nas gerações seguintes. Para tanto, deve ser orientada para a conquista integral da saúde, com o acesso a serviços sensíveis à realidade específica da adolescência, assim como à inclusão da oferta de opções de desenvolvimento.

Existe um elevado número de pais desconhecidos nas certidões de nascimento e de maternidade em adolescentes solteiras, situação que alguns países da América Latina estão enfrentando com uma legislação que identifique e responsabilize os pais. Quando as adolescentes engravidam, muitas vezes elas continuam com a família, e, se o pai do bebê o reconhece, com a família dele. Os pais mantêm a autoridade sobre a vida da jovem parceira e a do próprio filho. Desse modo, as mulheres são primeiro meninas-mães, ao estar sob o cuidado da família, irmãos e outros homens da família, para passar a ser mães-filhas, quando têm o bebê precocemente e devem se manter na sua casa sob a autoridade dos pais. Assim, desde cedo, a maternidade aparece como um papel predeterminado antes mesmo de ter uma gravidez; a contínua dependência, reclusão doméstica e sobrecarga de responsabilidades reduzem as opções de desenvolvimento (Krauskopf & Cabezas, 1998). A representação das juventudes raramente inclui as responsabilidades que a presença de filhos na sua vida envolve, situação que articula seu cotidiano de modo totalmente distinto.

Podem ser destacadas as seguintes situações críticas.

- A gravidez na puberdade é produto da exploração sexual e do abuso sexual, frequentemente causados por membros da própria família, pois de acordo com o conceito jurídico formal as meninas dessas idades não possuem capacidade de consentir.

- Em adolescentes urbanos marginais foram identificadas a baixa escolaridade e a evasão como um fator prévio à gravidez adolescente. Em adolescentes rurais pobres, a maternidade precoce e a evasão escolar tendem a estar associadas a uniões ou casamentos.
- A exposição precoce à experiência sexual e a gravidez não desejada submetem a saúde da adolescente pobre a maior risco, tanto no caso de ela optar por ter o filho quanto no caso de interromper a gravidez. Esta última situação acarreta risco mais alto, pois o aborto clandestino implica condições de insegurança muito altas.
- São riscos significativos as doenças sexualmente transmissíveis, o HIV/Aids e a mortalidade materna associada freqüentemente a um controle pré-natal nulo ou deficiente das adolescentes.
- A união ou o casamento e a maternidade precoce de adolescentes em situação de pobreza se associam à menor educação e limitam suas possibilidades de trabalho futuro.
- Nos casos das jovens pobres rejeitadas por seus parceiros, há mais probabilidades de que sejam também rejeitadas pelas próprias famílias.
- As conseqüências da paternidade precoce afetam a educação, as perspectivas de trabalho e o bem-estar social, econômico e emocional dos homens adolescentes latino-americanos pobres. As relações tradicionais de gênero influenciam a incompetência que experimentam para o papel paterno, considerado como provedor, e favorecem a fuga dessas responsabilidades.
- Crianças nascidas de mães adolescentes pobres têm mais freqüentemente baixo peso ao nascer, sofrem riscos maiores de desnutrição, doenças e morte, e de permanecer presas no ciclo da pobreza e em uma existência cheia de riscos.
- A maternidade precoce é associada a maiores taxas de fecundidade e a menores intervalos entre uma gravidez e outra. Nos países em que existe fácil disponibilidade de serviços de planejamento familiar, as mulheres de mais idade aproveitaram esses serviços em maior grau do que as adolescentes.
- As mulheres jovens têm maiores probabilidades de utilizar proteção nas relações sexuais se elas estão casadas, se elas têm mais idade quando vivenciam a primeira relação sexual, se elas têm mais escolaridade, se elas vivem em uma região urbana e receberam educação sexual.

Abordar a situação da vida sexual juvenil com base em suas especificidades no campo dos direitos sexuais e reprodutivos permite uma perspectiva coerente com o seu desenvolvimento e cidadania, conforme é apresentado a seguir.

- *O direito das pessoas à liberdade e à segurança.* Inclui o livre-arbítrio para aproveitar e controlar a própria vida sexual e reprodutiva. Aplicar esse direito às mulheres jovens é uma mudança cultural duplamente intensa porque modifica práticas tradicionais de controle nesse campo e gera novas formas de condução das relações de casal que tornam fundamental a formação que capacita para a tomada de decisões baseada em informações no plano sexual e reprodutivo. O direito mencionado inclui a anticoncepção e a proteção eficaz. O cuidado mútuo que é construído com a formação antecipada dos meninos e meninas se traduz em maiores possibilidades de hábitos de sexo seguro e na aprendizagem de uma comunicação responsável. Constatou-se que a utilização de métodos de proteção é adquirida com maior facilidade e naturalidade durante as primeiras experiências sexuais.
- *O direito à informação e à educação sexual.* Estabelece que todas as pessoas, incluindo aquelas que se encontram no período juvenil, devem ter acesso à informação ampla e confiável sobre os riscos e sobre a eficácia de todos os métodos de controle da natalidade e à educação para a vida que permita a tomada de decisões com pleno conhecimento. Foi comprovado que os nascimentos e abortos diminuem quando a informação é específica para a prevenção e atendimento da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis, e não é usada a proibição de relações sexuais como prevenção da gravidez.
- *O direito ao atendimento e à proteção da saúde.* É o direito de contar com serviços de saúde da mais alta qualidade possível e de se ver livre de práticas tradicionais que sejam prejudiciais para a saúde. No que se refere às pessoas jovens, isso significa serviços específicos e acessíveis, com uma perspectiva integral. Particularmente no âmbito da saúde reprodutiva, deve ser priorizada a prevenção da gravidez antes dos 15 anos por ser de alto risco e o atendimento pré-natal especializado a partir dessa idade. É importante para o casal a inclusão dos homens e a reformulação da construção de masculinidades.

- *O direito a uma sexualidade prazerosa e sadia.* Destaca-se aqui o direito à sexualidade livre da reprodução, da violência e do assédio. No caso das pessoas jovens, esse direito inclui a liberdade de viver a experiência do amor, fator que as preocupações adultas tendem a minimizar, já que percebem o surgimento da sexualidade como perigo. As relações sentimentais são cruciais nesse período e servem para ampliar as perspectivas existenciais, elaborar padrões de conduta e espirituais, assim como enriquecer o desenvolvimento da identidade.
  
- *O direito à não-discriminação por motivos de sexo.* Durante o período adolescente a discriminação por sexo é acentuada. Observa-se quando ocorrem práticas diferenciadas de acesso à escolaridade, à participação social e produtiva. A reclusão como controle da sexualidade das mulheres, a associação estigmatizante que é feita do fato de as meninas conhecerem os anticoncepcionais e terem acesso a eles com a falta da valorizada inocência e uma carência de profundidade nos sentimentos, são desigualdades importantes nos direitos sexuais e reprodutivos que afetam a força interna, o auto-respeito e a confiança para tomar decisões. As dimensões patriarcais sobre as quais se apóia a construção da masculinidade durante a adolescência acentuam as desigualdades, expõem os meninos a altos riscos, vinculam-nos a comportamentos violentos e dificultam a condução responsável de seus compromissos afetivos. Os homens têm a tarefa da conquista; a auto-afirmação na genitalidade; o papel que lhes é atribuído dificulta a comunicação igualitária, facilita o domínio e a violência. Amar é acreditar na inocência da menina. O uso do preservativo é associado a mulheres promíscuas. Tradicionalmente, a concepção de risco nas relações sexuais diverge em ambos os sexos. Nas mulheres se enfatiza a possibilidade de engravidar, cuidar do bebê, desencadear problemas em casa; para os meninos, se enfatiza o risco de doença e um casamento forçado (Krauskopf et al.)
  
- *O direito à não-discriminação por motivos de idade.* Inclui o mesmo direito à confidencialidade para os assuntos de sexualidade e saúde reprodutiva para os jovens e para os adultos. Entre as barreiras significativas para a condução de uma sexualidade sadia estão aquelas derivadas de posições tradicionais adultas. Não somente dificultam o acesso e o afluxo aos serviços de orientação

sexual, atendimento pré-natal e de parto com um enfoque integral, preventivo e educativo. Predomina o horror, a censura, os maus-tratos e a rejeição a adolescentes que procuram ter acesso ou circulam com métodos de proteção para as relações sexuais. Os jovens ficam assim expostos a relações furtivas, não planejadas, em lugares afastados e arriscados.

- *O direito de homens e mulheres de participar na criação dos filhos com iguais responsabilidades.* A imposição de responsabilidade e culpa às mulheres adolescentes pela gravidez é uma acentuação das demonstrações de desigualdades já mencionadas. A falta de apoio e de condições adequadas para enfrentar a maternidade e continuar a construção de uma vida enriquecedora é outro desafio que se enfrenta para melhorar as atuais condições e propiciar a igualdade de responsabilidades entre homens e mulheres na criação dos filhos. Nos homens pobres, a chamada “falta de responsabilidade paterna” guarda relação com os modelos patriarcais. Sua masculinidade é construída para cumprir o papel de provedores e quando não podem dar conta desse requisito eles abandonam a situação. As jovens contribuem para essa situação, pois não concebem um papel paterno que esteja além dessas demandas tradicionais (Calderón & Muñoz, 1998).

## A grupalidade no reconhecimento e a construção conjunta

Para os jovens, o pertencimento subjetivo a um grupo supõe uma referência para sua própria vida: é o campo fundamental de elaboração da identidade grupal, amplia as modalidades de relação interpessoal, valoriza o reconhecimento de habilidades e opções, reforça os processos de autonomia, diferenciação, e pode contribuir para o desenvolvimento da participação social.

Nos grupos mais centrados no desenvolvimento de amizades, tem importância a apropriação de papéis sexuais, a exploração amorosa, a transição da dependência familiar em direção à autonomia, a ampliação de opções, experiências, diversão e participação social. Constroem espaços extrafamiliares, onde eles têm prestígio e aceitação que costumam funcionar como apoio, consolação ou fuga com relação aos problemas, assim como constituir um vínculo entre a esfera familiar e os demais âmbitos (Krauskopf, 1994). Nesse sentido, é interes-

sante destacar que pesquisas latino-americanas mostram que a vida social dos jovens transcorre preferencialmente na casa deles, quando se trata de casas com recursos suficientes.

A resistência por meio da desvinculação ativa é uma expressão importante perante a ausência de propostas para a inclusão social verdadeira das juventudes, e surge a hostilidade partidária. Os agrupamentos juvenis têm formas próprias de autonomia e metas de participação social no plano subjetivo e desacreditam o plano ideológico. A ecologia, a liberdade sexual, a paz, os direitos humanos, a defesa das tradições, a expansão da consciência, o *rock* transformam-se em bandeiras, em objetos símbolos que reúnem e dão identidade a grupos de jovens (Reguillo, 1993).

As ações juvenis procuram atualmente mudar o presente com autonomia e identidade para a partir daqui construir a mudança social. Prioriza-se a ação imediata, a busca da efetividade palpável da ação. O respeito à diversidade e às individualidades se torna o centro das práticas. De modo que as organizações onde o indivíduo fica "... anulado em prol do coletivo massificado deixaram de ser de interesse para as novas gerações. As redes de jovens buscam funcionar como facilitadoras, e não como centralizadoras" (Serna, 1998, p. 50).

As auto-organizações – bandos e turmas – que respondem à "invisibilização" e exclusão, às fraturas no desenvolvimento e no reconhecimento social, são grupos juvenis que enfatizam o poder em oposição ao entorno que os marginaliza ou nega, e podem chegar a mostrar a visibilidade transgressora ou violenta que chamamos de "aterrorizante". A maior parte dos efeitos dessas estratégias é transitória, resolve as coisas simbolicamente, não transforma a sociedade, não é capaz de restabelecer realmente a auto-imagem e o bem-estar dos jovens, consegue ampliar suas experiências e afirmar fugazmente sua presença de modo impressionante, mas com implicações autodestrutivas (Krauskopf, 1996).

Salazar distingue entre: a) o grupo natural de amigos que desenvolvem atividades lúdicas, recreativas, chamado na Colômbia "*la gallada*", b) a turma (em espanhol *la pandilla*), que seria uma espécie de agrupação intermediária, em que a violência e os assaltos têm lugar em meio a um conjunto de atividades e papéis sociais orientados a assegurar o sentido territorial e c) o bando ou a gangue (em espanhol, *la banda*), que, na Colômbia, é a agrupação estruturada ao redor do exercício da violência criminal. A ação dos bandos/gangues implica a negação do

espaço público e, em certa medida, uma abolição dos símbolos e das linguagens que servem como mediação social.

Nestes dois últimos tipos de agrupamentos, a territorialidade e a criminalidade desempenham papel muito importante. Podem estar orientadas à ação violenta como proteção de comunidades em que os sistemas de segurança institucionalizados não operam ou perderam efetividade. A estrutura hierárquica de lealdades nas organizações criminais leva a disputar o controle dos territórios e o tráfico de drogas mediante enfrentamentos violentos.

Nesses casos, os agrupamentos juvenis facilitam aos seus membros informação, modelos, identidade, reconhecimento, combate à frustração, satisfazendo necessidades de modo imediato, com a posse de objetos físicos e a aquisição de protagonismo social, reafirmando sua comunidade de interesses em aspectos culturais, como a música que os convoca. Algumas características desses grupos são um forte sentido gregário, o uso da teatralidade, do consumo conspícuo, a exibição de poder, o conservadorismo cultural nos papéis femininos e masculinos. A expressão da força se manifesta no sucesso das ações, no dinheiro e no poder. As chefias, em alguns casos, procuram agradar aos seus, como forma de reafirmação pessoal e coletiva (Salazar, *op. cit.*).

O consumo de drogas nos bandos ou gangues é muito freqüente e cumpre diversas funções: satisfação imediata, que no meio da desesperança tem mais importância que a própria vida; intensidade do consumo como forma de alcançar um *status* superior com relação aos outros; fuga mágica da realidade social por meio da química; coesão entre companheiros ao compartilhar, de modo praticamente semelhante, as mesmas sensações. Esse compartilhar é fundamental e pode ser uma motivação central nas transgressões (Encinas, 1994).

AS AÇÕES JUVENIS PROCURAM ATUALMENTE MUDAR  
O PRESENTE COM AUTONOMIA E IDENTIDADE PARA  
A PARTIR DAQUI CONSTRUIR A MUDANÇA SOCIAL.  
PRIORIZA-SE A AÇÃO IMEDIATA, A BUSCA DA  
EFETIVIDADE PALPÁVEL DA AÇÃO.

É importante considerar que as turmas e bandos ou gangues são auto-organizações independentes que adquiriram características que alguns chamaram de “tribais”, cujo significado é compartilhado por seus membros. É uma reorganização juvenil à margem do que é socialmente aprovado. São grupos fechados que não aceitam normas impostas de fora e podem chegar a substituir a família e a escola. A turma lhes permite representar o que individualmente não podem fazer (*op. cit.*).

O estudo desses grupos em diversos países e por diferentes pesquisadores e analistas coincide em apontar que eles derivam da segregação social, da necessidade de afirmar a identidade e adquirir poder sobre um ambiente hostil ou indiferente (Ratinoff, 1996; Salazar, *op. cit.*; Encinas, 1994; Smutt & Miranda, 1998; e outros). No combate à despersonalização, esses grupos chegaram a constituir um *self* coletivo e sentir que essa identidade é sua força, o que deve ser levado em consideração quando se desenvolvem atividades orientadas para a transformação identitária e de pertencimento que permita o passar das expressões violentas para um protagonismo de afirmação vital (Krauskopf, 1996).

Os comportamentos violentos podem surgir como forma de compensar danos experimentados na vida, em um meio onde não prevalecem instrumentos construtivos de auto-afirmação, participação e desenvolvimento. Influem as ameaças à masculinidade, à auto-estima, a desesperança aprendida, a aprendizagem da violência como meio de conseguir objetivos e solucionar conflitos. A violência oferece aos jovens excluídos sentimentos de onipotência, de reparação da própria imagem, de restituição do poder e reconhecimento. O consumo de drogas e a participação em ações violentas podem ser vividos como afirmação do pertencimento grupal, que, mesmo sendo precária, é o nível mais acessível no entorno.

O escasso domínio e a carência de espaços sociais próprios, que muitos jovens experimentam, e o aumento da ênfase na individualização levaram-nos a privilegiar o corpo como território simbólico de expressão e auto-afirmação: tatuagens, roupas, cabelos (Krauskopf, 1996). As tribos urbanas, as microrredes estão enquadradas na desinstitucionalização. A sensibilidade juvenil começa a pôr em prática toda uma ritualidade distintiva, que vai marcando e protegendo o espaço do seu cotidiano. Conjuntamente, vai se produzindo uma reincorporação ao hábitat urbano, onde são desenvolvidas essas sensibilidades. “O encontro com um outro, mediado pelas ‘marcas’, facilita a identificação. São os sinais de reconhecimento

que permitem que eles se classifiquem como: *hippies, thrashes, punk, playboy*, engajados, *tecno, under* etc. Nesse andar se reconhecem diferentes, se reencontram no contraste; na diferença que, se é respeitada, exige a contrapartida” (Ganter & Zarzuri, 2001, p. 169). A música demonstrou ser a empatia estética mais importante para a juventude (Blair, 2002). Torna-se um elemento de convocatória, linguagem coesiva, identificatória e expressiva, diferenciadora da infância e da fase adulta.

Os ambientes de congregação juvenil são espaços de sociabilidade, nos intervalos dos processos de socialização tradicionais ensinados pela escola, pela família, pelo trabalho, pela religião, pela política, e por outros correspondentes aos momentos de lazer, nos quais se expressam culturas juvenis, estabelecidos em centros de produção de sentido múltiplos, mutantes e diversos (Urteaga, 2000). A dimensão estética, como criação de “outros espaços de referência, de novas subjetividades coletivas e de formas artísticas, permite ver as culturas juvenis, e as mais criativas entre elas, como descomuns potencialidades de transformação...” (Marín & Muñoz, 2002, p. 293).

As manifestações culturais específicas dos jovens são espaços de participação valiosos, por meio dos quais se expressam como sujeitos sociais, com uma voz legítima e autônoma. Elas dão forma estética a uma ética própria e a novos sentidos do âmbito político. As culturas juvenis possuem saberes, práticas e potenciais que podem contribuir para a sociedade em geral.

## **Considerações finais**

---

A modernização trouxe uma estruturação frágil e contraditória para formar as juventudes ativa e construtivamente, o que constitui uma crise social. Essa desorganização profunda na sociedade tem conseqüências visíveis e imediatas entre os jovens e os adultos, que são agravadas pela pobreza e pela exclusão.

A invisibilidade predominante dos jovens como sujeitos sociais e atores estratégicos do desenvolvimento, associada à omissão das respostas, gera vazios e perigos para o desenvolvimento juvenil e para suas sociedades. Como contrapartida, aflora a visão negativa, com o agravante de que o reconhecimento pejorativo das pessoas que atravessam o período juvenil é uma adversidade pouco identificada e insidiosa em sua socialização. Zapata (2002) observa que os jovens formam

espaços de resistência em relação a uma ordem social cuja construção, direção e interpelação estão convencidos de não serem convidados.

A pobreza, os déficits educacionais e os prematuros compromissos para a maternidade e a paternidade, que são transmitidos de geração a geração em um contexto de carências, são adversidades que podem ser enfrentadas com ações baseadas em enfoques de reconhecimento dos direitos e capacidades juvenis, relações entre gerações que abandonem a discriminação patriarcal, de geração e de classe, os enfoques assistenciais e de controle, fundamentados na atribuição da negatividade, deficiência e inabilidade do sujeito jovem.

A carência de espaços para uma visão positiva e a incorporação social das habilidades e destrezas de crianças e jovens podem fazer da rua, da escola e da prisão a universidade (Sosa & Rocha, 2001). A subversão das oportunidades e das mudanças sociais demanda uma estrutura com novas condições para romper os ciclos de pobreza, produzir condições para a esperança e a resiliência das juventudes, a preservação da sua vida e as opções para se expressar culturalmente e contribuir para o seu entorno.

Trata-se de construir, como assinala Abad (2002), as condições para uma verdadeira convivência social com a juventude, que resolva as posições desiguais dos jovens na sociedade, no quadro da sustentação de direitos fundamentais iguais, isto é, entre cidadãos. Para isso, é necessário enfocar um processo multissetorial com implicações no ambiente econômico e social, trabalhar as restrições que existam no nível político para comprometer recursos em programas, criar uma consciência sobre a importância de investir nos jovens, como um recurso econômico

A NOVA CONDIÇÃO JUVENIL DESTACA A AVIDEZ POR  
MULTIPLICAR EXPERIÊNCIAS VITAIS, A EMANCIPAÇÃO  
MAIS IMEDIATA NOS ASPECTOS EMOCIONAIS E  
AFETIVOS, O ATRASO NO ASPECTO ECONÔMICO, COM  
UM EXERCÍCIO ANTECIPADO DA SEXUALIDADE E SEM  
IMPACIÊNCIA PARA ADQUIRIR A CONDIÇÃO ADULTA.

e social para o progresso. É importante elaborar estratégias integradoras entre os jovens separados pelas desigualdades socioeconômicas e culturais.

A família e a escola encontram novos contextos ao enfrentar as mudanças sociais. A ilusão de mobilidade e ascensão social que foi depositada na expansão da educação exauriu-se. Ganharam relevância a construção da cidadania, o desenvolvimento em igualdade e a formação com perspectivas de desenvolvimento autônomo, produtivo e satisfatório. Apostar na convivência escolar, familiar e juvenil, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, significa reconfigurar os vínculos sociais para possibilitar o reconhecimento e o encontro das identidades de jovens, pais e docentes, legitimar sistemas de regulação social construídos coletivamente, abrir as portas para a vida, gerando espaços onde verdadeiramente possam coexistir de uma maneira mais próxima com os jovens.

Para isso, é necessário reconhecer a heterogeneidade das juventudes e a celeridade das mudanças nas trajetórias de vida por uma perspectiva entre gerações e intercultural. Os adolescentes e jovens têm fundamentalmente um sentido de vida positivo. A fase juvenil é o momento da capacidade e da oportunidade, um momento fundamental para redirecionar situações de vida que não se podiam modificar no contexto da dependência infantil, um terreno fértil para alcançar o enriquecimento do desenvolvimento.

A nova condição juvenil destaca, por uma valorização da individualização, a avidez por multiplicar experiências vitais, a emancipação mais imediata nos aspectos emocionais e afetivos, o atraso no aspecto econômico, com um exercício antecipado da sexualidade e sem impaciência para adquirir a condição adulta. O aumento da expectativa de vida mudou a meta de um projeto fixo e predeterminado e dá maior sentido às inserções juvenis com potencial inovador. O sentido dos seus caminhos não se direciona apenas para o seu futuro – como tradicionalmente se entende do ponto de vista adulto –, mas sim para ser co-gestor e promotor do próprio desenvolvimento e do seu coletivo. As sociedades precisam contar com as juventudes, com a sua capacidade de aprender a aprender e reciclar com flexibilidade as suas competências e atitudes, com o seu prazer criador e com a sua energia vital. Com eles, em um novo pacto de co-responsabilidade e colaboração, as novas estratégias do desenvolvimento e da orientação existencial podem ser construídas.

## Referências bibliográficas

---

- ABAD, Miguel. Jóvenes en Colombia. Conflicto, condición juvenil y convivencia. *Jóvenes*. Revista de estudios da juventude. Nueva Época, ano 6, nº 16. México: Instituto Mexicano da Juventude, 2002.
- ABERASTURY, Arminda. Adolescencia. In: ABERASTURY et. al. *Adolescencia*. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1971.
- ABAUNZA, Humberto et al. *Una causa para rebeldes*. Manágua: Ed. Puntos de Encuentro, 1995.
- BAJOIT, Guy. *Todo cambia. Análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades*. Santiago: Ed. Lom, 2003.
- BAJOIT, Guy. *Análisis de la IV Encuesta de Juventud de Chile*. Conferência. Santiago: 2004.
- BALARDINI, Sergio. Nuevas tecnologías, ciudadanía y participación. Apresentado na Conferencia Regional de Juventud: *Las juventudes en Centroamérica. Retos y perspectivas*. Cirma, Rockefeller Foundation, Fundação Frederich Ebert. Antigua, Guatemala, 2003.
- BANCO MUNDIAL. *Una estrategia enfocada a los jóvenes en riesgo*. Divisão de Recursos Humanos. Departamento III. Região da América Latina e do Caribe. Washington, 1996.
- BECK, Ulrich. *La sociedad de riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo sin trabajo. Sobre mitos políticos, la economía global y el futuro de la democracia. In: ALVAREZ, Luis J. (coord.). *Um mundo sin trabajo*. 2ª ed. México: Ed. Driada, 2004.
- BLAIR, Elsa. La complacencia en el exceso. Las muertes violentas de jóvenes en el conflicto urbano. *Jóvenes*. Revista de estudios da juventude. Nueva Época, ano 6, nº 16. México: Instituto Mexicano da Juventude, 2002.
- CALDERÓN, A. L & MUÑOZ, S. *Maternidad y paternidad: las dos caras del embarazo adolescente*. Costa Rica, Centro Nacional para o Desenvolvimento da Mulher e da Família, Coleção Temática, nº 10, Adolescência, nº 2.
- CAMPABADAL, M. & Vargas, M. C. *Experiencia de grupos operativos con adolescentes marginales de Santo Tomás de Santo Domingo de Heredia*. Escola de Psicologia, Universidade da Costa Rica, São José, 1992.
- CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y ESTUDIOS SOBRE JUVENTUD. *Jóvenes mexicanos del siglo XXI. Encuesta Nacional de Juventud*. México: Instituto Mexicano da Juventude, 2002.
- CUSSIÁNOVICH, A. & MÁRQUEZ A. M. *Hacia una participación protagónica de los niños, niñas y adolescentes*. Save the Children, Suécia. Lima, Peru, 2002.
- ENCINAS, José L. *Bandas juveniles. Perspectivas teóricas*. México: Trillas, 1994.
- ERDHEIM, Mario. *Sobre la desritualización de la adolescencia por la aceleración del cambio cultural*. Documento. San José: Goethe Institut, 1992.
- GANTER, Rodrigo & ZARZURI, Raúl. Tribus urbanas: por el devenir cultural de nuevas sociabilidades juveniles. In: *Universidad Católica Cardenal Raúl Silva Henríquez. Jóvenes: ¿en busca de una identidad perdida?* Santiago, 2001.
- GHISO, Alfredo. Convivencia y sobrevivencia. *Jóvenes*. Revista de estudios da juventude. Nueva Época, ano 6, nº 16. México: Instituto Mexicano da Juventude, 2002.
- HOPENHAYN, Martín. *La reconstrucción de lo juvenil: entre postergados y estigmatizados*. xxv Congresso Internacional das Associações de Estudos Latino-Americanos. Cepal, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE JUVENTUD (INJUV). *La integración social de los jóvenes en Chile. 1994-2003. Encuesta Nacional de Juventud*. Santiago, 2004.

- KRAUSKOPF, Dina. *Adolescencia y educación*. 2ª ed. San José: Euned, 1994.
- \_\_\_\_\_. Familia y adolescencia. In: ROJAS & DONAS. *Adolescencia y juventud. Aportes para una discusión*. O. P. S. San José, Costa Rica, 1995.
- \_\_\_\_\_. Violência juvenil: alerta social. *Revista Parlamentaria. La crisis social: desintegración familiar, valores y violencia social*. v. 4, nº 3. San José, Costa Rica, 1996.
- \_\_\_\_\_. Los nuevos desafíos de la educación en el desarrollo juvenil. In: DONAS, Solum (org.). *Adolescencia y juventud en América Latina*. Cartago, Costa Rica: Editorial LUR (Libro Universitario Regional), 2001.
- \_\_\_\_\_. *Participación social y desarrollo en la adolescencia*. 3ª ed. Fundo de População das Nações Unidas. San José na Costa Rica, 2003.
- \_\_\_\_\_. Juventud, riesgo y violencia. In: *Dimensiones de la violencia*. El Salvador: Ed. Pnud, 2003.
- KRAUSKOPF, Dina & MUÑOZ, Sergio. *Análisis de situación sobre inseguridad ciudadana, violencia y desprotección social de la niñez y la adolescencia*. San José, Costa Rica: Unicef, 2003.
- LARRAÍN, Soledad. Violencia familiar y la trasmisión de pautas de comportamiento social. Apresentado no encontro Hacia un Enfoque Integrado de Desarrollo: Ética, Violencia y Seguridad Ciudadana. Documento. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1996.
- LECHNER, Norbert. Condiciones de gobernabilidad democrática en América Latina. In: *Chile 97. Análisis y opiniones*. Santiago: Flacso, 1998.
- MANCIAUX, Michel et al. La resiliencia: estado de la cuestión. In: MANCIAUX, Michel. *La resiliencia. Resistir y rehacerse*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2003.
- MARGULIS, M. & Urresti, M. La juventud no es más que una palabra. In: Margulis, M. (ed.), *La juventud no es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MARÍN, Marta & MUÑOZ, Germán. *Secretos de mutantes: música y creación en las culturas juveniles*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidade Central-DIUC, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Jóvenes: des-orden cultural y palimpsestos. In: CUBIDES, Humberto et al. *Viviendo a toda — Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Departamento de Pesquisas da Universidade Central, 1998.
- MORENO, Wagner. *Representaciones sociales del proyecto de vida y elección ocupacional en adolescentes nicoyanos inscritos y no inscritos en el sistema educativo formal*. Tese para optar pela graduação em psicologia. Universidade da Costa Rica, São José.
- PERDOMO, Rita. *Enfoques da adolescentes*. Montevideú: Editoria Roca Viva, 1996.
- RATINOFF, Luis C. Delincuencia y paz ciudadana. Apresentado no encontro Hacia un Enfoque Integrado de Desarrollo: Ética, Violencia y Seguridad Ciudadana. Documento. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1996.
- \_\_\_\_\_. Inseguridad mundial y educación: la cultura de la mundialización. *Perspectivas*. v. xxv, nº 2.
- REGULLO, Rossana. Las tribus juveniles en tiempos de la modernidad. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*. vol. v, nº 15. México, 1993.
- REUBEN, W. *La juventud rural en América Latina y el Caribe*. Série de publicações miscelâneas. São José: IICA, 1990.
- RUTTER, M. Resiliencia: some conceptual considerations. Apresentado na conferência Cambio Social y Desarrollo en la Adolescencia: un Foco sobre las Américas. Washington: Escritorio Pan-Americano da Saúde, 1992.

- SALAZAR, Alonso. Juventud y violencia. In: PADILLA, Jaime Artur (org.). *La constitución de lo juvenil*. México: Ed. Causa Joven, 1998.
- SERNA, Leslie. Globalización y participación juvenil. *Jóvenes*. Revista de estudios da juventude. Nueva Época, ano 5. México, 1998
- STAFFORD, Mark C. & Gibbs, Jack P. A theory about disputes and the efficacy of control. In: FELSON, Richard B. & TEDESCHI, James (eds.). *Agression and violence. Social interactionist perspectives*. Washington: American Psychological Association, 1993.
- SOSA, Juan J. & Rocha José L. Las pandillas en Nicaragua. In: *Maras y pandillas en Centroamérica*. v. 1. Eric, Ideso, Idies, Iudop. Ed. Uca Publicaciones. Manágua: 2001.
- UNICEF-TACRO. *Taller regional sobre experiencias en participación adolescente: lecciones y desafíos*. Recife: 2003.
- TOURAINÉ, Alain. *Pourons nous vivre ensemble?*. Paris: Fainard. Citado em CEPAL, OIJ (2004). *La juventud en Iberoamerica: tendencias y urgencias*, 1997.
- URTEAGA, Maritza. Formas de agregación juvenil. In: PÉREZ, Islas, José Antonio (coord.). *Jóvenes: una evaluación del conocimiento*. t. II. México: Centro de Pesquisa e Estudos sobre Juventude, Instituto Mexicano da Juventude, 2000.
- WEINSTEIN, J. *Riesgo psicosocial en jóvenes*. Santiago: Prealc, 1992.
- ZAPATA, Carlos Andrés. Del dicho al hecho... Algunas nociones sobre ciudadanía y su realidad en Colombia. *Jóvenes*. Revista de estudios da juventude. Nueva Época, ano 6, nº 16. México: Instituto Mexicano da Juventude, 2002.

## Sobre os autores

### **Bernardo Kliksberg**

Doutor em economia, doutor em administração, graduado em sociologia, contador público. Prestou assessoria em gerência executiva, gerência pública, gestão social e desenvolvimento social a governos de trinta países, bem como foi assessor da ONU, do BID, da Unesco, do Unicef, da OPS, da OEA, entre outros organismos. Foi diretor do Projeto Regional da ONU de Modernização Estatal, dirige a Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento (BID-Noruega) e preside a cadeira de honra de gerência social da Universidade de Buenos Aires (UBA-PNUD). Foi agraciado com o título de professor emérito, honorário e doutor *honoris causa* por diversas universidades da América Latina, como professor honorário da Universidade da República do Uruguai, professor honorário da Universidade Católica do Peru, doutor *honoris causa* pela Universidade do Nordeste da Argentina, doutor *honoris causa* pela Universidade de Piura, do Peru, doutor *honoris causa* pela Universidade de Carabobo, da Venezuela, doutor *honoris causa* pela Universidade Centrooccidental, da Venezuela. Escreveu quarenta obras e centenas de trabalhos de grande difusão internacional, sendo as últimas: *Más ética, más desarrollo* (Temas, 2004); *Hacia una economía con rostro humano* (FCE, OPSU, LUZ, 2003); *Capital social y cultura* (FCE, 2002); *Toward an intelligent state* (ONU, IIAS, Nova York, Amsterdam, 2001). Foi relator-geral da Conferência Mundial da

International Association of Schools and Institutes of Public Administration, realizada nos Estados Unidos em 2003.

### **Christina Vital**

Mestre em Sociologia pelo IFCS/UFRJ, Doutoranda em Antropologia pelo PPCIS/UERJ, pesquisadora da área de Organizações da Sociedade Civil – Religião e Sociedade, professora do departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Gama Filho. Desempenhou pesquisas na área de religião e favelas. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre juventude em favelas cariocas.

### **Dina Krauskopf**

Professora emérita da Universidade da Costa Rica; diretora do Instituto de Pesquisas Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Costa Rica (1990-1994); professora convidada de pós-graduação na área de adolescência e juventude de diversos países latino-americanos. Membro fundadora e coordenadora do Grupo de Trabalho de Pesquisas em Juventude do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) (1988-1993); vice-presidente para a América Latina do Capítulo 34 (Juventude) da Associação Internacional de Sociologia (1991-1992); membro da Rede de Especialistas em Políticas de Juventude da Organização Ibero-Americana da Juventude, desde 1996; coordenadora internacional de pesquisas e consultora internacional da juventude de agências das Nações Unidas (OMS, OPS, Unfpa, Unicef, entre outras), Banco Centro-Americano de Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Rockefeller Humanities Fellowship, programa implementado em colaboração com o Centro de Pesquisas Regionais da Mesoamérica (Cirma), e outros organismos de cooperação.

## **Regina Novaes**

Antropóloga, com estudos de mestrado no Museu Nacional, UFRJ, e doutorado na USP. Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da diretoria do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e presidente do Conselho Curador do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE). Editora da revista *Religião e Sociedade*. Pesquisadora com várias publicações na área de relações entre religião, política e juventude. Nos últimos anos, tem se dedicado ao estudo das expressões culturais juvenis. No último ano, atuou como consultora do Projeto Juventude, desenvolvido pelo Instituto Cidadania. Atualmente é Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude/ Brasil.

## **Yuri Chillán Reyes**

Advogado com formação em administração pública, comunicação, gestão política e sociologia; mestre em administração pública pelo Instituto Universitário José Ortega y Gasset e em sociologia política pelo London School of Economics. Foi secretário-geral, embaixador, chefe da missão diplomática da organização perante o Reino da Espanha, Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), Madri, Espanha (1998-2004); vice-ministro de Juventude, do Ministério da Educação Nacional, Presidência da República da Colômbia; secretário-geral técnico do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, organismo adjunto ao Ministério da Proteção Social da Colômbia; secretário-geral da Alcalis da Colômbia, entidade do Instituto de Fomento Industrial, do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Colômbia. Profundo conhecedor de direito internacional, economia internacional, política exterior e relações internacionais, especialista em temas de institucionalidade pública ibero-americana e em assuntos relacionados à gestão de recursos para a cooperação com o desenvolvimento. Possui experiência na formulação e implementação de políticas e programas em entidades estatais e organismos internacionais. Escritor e conferencista de diversos textos relacionados com direito e integração internacional, relações e política internacional, globalização e economia.

*Este livro foi publicado com o apoio da Fundação Kellogg.*



#### SOBRE A FUNDAÇÃO W. K. KELLOGG

Criada nos Estados Unidos pelo pioneiro da indústria de cereais Will Keith Kellogg, a Fundação Kellogg é hoje uma das maiores financiadoras privadas do mundo, com doações a instituições sediadas nos Estados Unidos, América Latina e Caribe, sul da África, entre outras. Sua missão é ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas por meio da aplicação prática de conhecimentos e recursos para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações.

#### PROGRAMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

A América Latina passou a participar da programação da Fundação Kellogg no início da década de 1940. Desde então, a maioria dos países latino-americanos e alguns do Caribe receberam apoio para mais de dois mil projetos. Atualmente, o orçamento anual da instituição para a região é de 24 milhões de dólares, aproximadamente.

As áreas onde há projetos apoiados pela Fundação Kellogg são: sul do México e América Central (incluindo Haiti e República Dominicana, no Caribe), nordeste do Brasil e região andina da Bolívia, Peru e Equador. A estratégia de trabalho é financiar conjuntos de projetos que envolvam Ongs, governos locais e sociedade civil (empresas, comércio, comunidade em geral), com o objetivo de influenciar políticas públicas direcionadas à juventude e quebrar o ciclo de reprodução da pobreza.

#### FUNDAÇÃO W. K. KELLOGG

Escritório regional da América Latina e Caribe:

Alameda Rio Negro, 1084, conj. 31

Centro Comercial – Alphaville

06454-000 – Barueri, SP – Brasil

E-mail: [wkkfbr@wkkf.org](mailto:wkkfbr@wkkf.org)

Website: [www.wkkf-lac.org](http://www.wkkf-lac.org)